

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MUSEU NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**O trabalho indígena em frigoríficos no sul do Brasil:
Índios Kaingang e Guarani como assalariados**

Mariana Porto Motta

Rio de Janeiro

2014

Mariana Porto Motta

**O trabalho indígena em frigoríficos no sul do Brasil:
Índios Kaingang e Guarani como assalariados**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira

Rio de Janeiro

Fevereiro, 2014

Mariana Porto Motta
O trabalho indígena em frigoríficos no sul do Brasil:
Índios Kaingang e Guarani como assalariados

Mariana Porto Motta

Orientador: João Pacheco de Oliveira

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGAS/MN/ UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira (orientador)

Prof. Dr. Sidnei Clemente Peres

Prof. Dr. Andrey Cordeiro Ferreira

Profa. Dra. Arlene Renk (suplente)

Prof. Dr. Marcos Alexandre Albuquerque
(suplente)

Motta, Mariana Porto

O trabalho indígena em frigoríficos no sul do Brasil: Índios Kaingang e Guarani como assalariados/Mariana Porto Motta/Rio de Janeiro, UFRJ, 2014.

Orientador: João Pacheco de Oliveira
122p.

Dissertação (mestrado) UFRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social 2014.

1. Frigoríficos; 2. Kaingang; 3. Guarani; 4. Trabalho formal.

I Oliveira, João Pacheco de. II Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
III. Título.

RESUMO

MOTTA, Mariana Porto – “O trabalho indígena em frigoríficos no sul do Brasil: Índios Kaingang e Guarani como assalariados”

Orientador: Dr. João Pacheco de Oliveira. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS/Museu Nacional

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

O presente trabalho apresenta e analisa a situação de emprego formal de indígenas nos frigoríficos do sul do Brasil, os contextos e relações sociais travadas nesse interím, assim como as formas de exploração e marginalização imbricadas durante o processo de colonização brasileira e igualmente daquelas executadas através do regime de tutela indígena no país, que desembocam no momento atual de assalariamento dos povos Kaingang e Guarani. Para isso, utilizamos teorias acerca da expansão capitalista em suas fronteiras e a inserção de novos povos à este modelo de produção, em suas formas gerais através do autor Claude Meillassoux e das condicionantes particulares brasileiras com Jessé Souza, Paul Singer e André Singer. Para traçar este panorama, analisamos as terras indígenas do oeste catarinense, as formas de exploração e ocupação do território em questão. Por outro lado foi necessário, para o entendimento desta situação, conhecer as empresas, enquanto setor agroindustrial de grande importância na economia nacional. Buscamos entender suas dinâmicas de abastecimento e produção, plantas fabris e modos de produção. Por fim, interessava-nos conhecer os vínculos empregatícios em si, realizados entre frigoríficos e indígenas. As relações sociais antes, durante e após o emprego no interior das fábricas enquanto subproletários indígenas; as condições laborais, os postos de trabalho e as características que foram sendo introduzidas nas aldeias a partir da condição assalariada dos Kaingang e Guarani.

Palavras-chave: Frigoríficos; Kaingang; Guarani; Trabalho formal.

ABSTRACT

MOTTA, Mariana Porto – “O trabalho indígena em frigoríficos no sul do Brasil: Índios Kaingang e Guarani como assalariados”

Orientador: Dr. João Pacheco de Oliveira. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS/Museu Nacional

This text presents and analyses the situation of formal employment of indigenous people in the packing plant (mainly pork and poultry) of South Brazil, their contexts and the social relations in between, the forms of exploitation and marginalization during the process of Brazilian colonization and also those executed through the tutelage regime, that provoked long term consequences seen in this moment as wage workers Indians from Kaingang and Guarani communities. For this aim, we utilized theories of capitalist expansion in its frontiers and the introduction of new groups (ethnic groups in this case) to this production model, in general terms using the work of Claude Meillassoux, and the Brazilian particularities from the authors Jessé Souza, Paul Singer e André Singer. To trace this scenario, we have analyzed the indigenous lands from the west region of Santa Catarina state, the forms of exploitation and occupation of the territories in matter. We also, to comprehend this situation, thought necessary to investigate the companies, for the agrobusiness sector is a major one in national economy. We sought to understand their dynamics of supply and production, the factories and the capitalist industrial modes of production. At last, we were interested in revealing the work boundaries between companies and indigenous. The social relations before, during and after the working time inside the factories as indigenous “*sub-employers*”; the labour conditions, the jobs and the characteristics introduced in the indigenous lands after this situation regarding Kaingang and Guarani families.

Key-words: packing plant, Kaingang, Guarani, formal employment.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão às pessoas que fizeram este trabalho possível, em suas diferentes etapas e formas de apoio, essenciais para minha formação, pesquisa de campo e redação; em momentos tão diversos transcorridos nos últimos anos desde que iniciei o curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional.

Minha gratidão...

À Neide Esterci, que me orientou durante a graduação em Ciências Sociais no IFCS, e motivou em tantos aspectos minha permanência na área dos estudos antropológicos, me incentivando e proporcionando o impulso inicial no que seria minha primeira pesquisa de campo.

Ao meu orientador João Pacheco de Oliveira, por toda atenção e dedicação doados ao trabalho; pela segurança e credibilidade passadas a mim, pelo apoio durante os cursos, pesquisa e principalmente na escrita desta dissertação.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, em especial Giralda Seyferth e Antonio Carlos Souza Lima. A profundidade e os novos horizontes trazidos pelos professores, cada um a seu modo, renovaram meu interesse pela antropologia e a vontade de me dedicar a esta área de estudo.

Aos funcionários das bibliotecas em que passei muitos dias de estudo, no PPGAS-MN, PUC-RIO e UNOCHAPECÓ, essenciais ao término deste trabalho, por seus acervos e ambientes.

Aos colegas de trabalho na FUNAI, pela acolhida em Santa Catarina e no dia a dia, com todas as dificuldades e deficiências presentes, que se mostraram também muito importantes para meu crescimento pessoal e meu conhecimento em um nível de atuação único, junto aos problemas enfrentados pelos mais diversos ângulos: minha chefe Azelene Inácio; meus companheiros de núcleo Renato Gnoatto, Maria Elaine e Rosângela Inácio; os contadores de causos Sebastião Fernandes, João Oselame e Nilvo Fortunati; meu coordenador Antonio Marini; os cuidados de Malgarete dos Anjos, Edith e Alvaci Ribeiro; o também “novo da casa” José Renato César; o procurador Adnilson da Silva; a antropóloga Maria Helena Pinheiro e todos os demais que participaram de minha vida no período em que morei na cidade de Chapecó.

Aos indígenas Guarani e Kaingang que estive em constante contato e aprendizagem, aos quais sinto também enorme apreço e devo a eles a confiança e

abertura dadas a mim junto a suas casas, famílias e histórias. Minha sincera gratidão e o intento em continuar atuando junto à promoção dos direitos indígenas.

Às psicólogas Lúcia e Ana, pela permanência e manutenção do meu rumo.

Aos parentes e grandes amigos, que nos suportam a todo tempo e incondicionalmente, para além do que eu poderia imaginar. Agradeço meu pai Milton Motta, minha irmã Ana, e principalmente minha mãe, Elisabeth Porto, por sua ajuda na revisão do texto, e pelo apoio nos momentos tristes e estressantes.

Ao meu companheiro, Rodrigo Macedo, pelo amor e dedicação de sempre.

*Em homenagem à minha irmã
Renata Porto Motta*

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Introdução.....	03
1.1 Tema e metodologia.....	03
1.2 Estrutura.....	06
1.3 O mercado secundário do trabalho.....	07
1.4 Da escravidão à subcidadania.....	12
1.5 A subcidadania no mercado de trabalho.....	16
Capítulo 2 – A colonização e as terras indígenas do oeste catarinense.....	20
2.1 A formação da mão de obra indígena no Brasil.....	21
2.2 A expansão para o oeste na região sul.....	26
2.3 Colônias agrícolas e atividades econômicas nas Terras Indígenas.....	27
2.4 Terra Indígena Xapecó.....	30
2.5 Terra Indígena Palmas.....	33
2.6 O Toldo Imbú.....	34
2.7 O Toldo Chimbangué.....	35
2.8 O Toldo Pinhal.....	36
2.9 Aldeia Condá	37
2.10 Aldeias Guarani no oeste catarinense.....	38
2.11 Considerações Finais.....	41

Capítulo 3 – Os Frigoríficos no Brasil.....	43
3.1 Os frigoríficos no oeste catarinense.....	44
3.2 Os integrados	52
3.3 O interior das fábricas	55
3.4 Os modelos fabris.....	59
3.5 O operariado dos frigoríficos	63
Capítulo 4 – Os indígenas assalariados dos frigoríficos.....	69
4.1 O trabalhador indígena assalariado.....	69
4.2 O recrutamento.....	72
4.3 A rotina.....	77
4.4 Os postos de trabalho por etnicidade e gênero.....	83
4.5 Atividades econômicas e educação.....	88
4.6 A importância do subproletariado para a vida nas aldeias em termos quantitativos.....	92
4.7 Considerações finais.....	95
Capítulo 5 – Conclusão	97
Referências	104
Anexos	109

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1 – Tema e metodologia

A seguinte dissertação tem como objetivo conhecer analiticamente as condições sociais presentes atualmente junto aos povos indígenas Kaingang e Guarani no sul do Brasil, ao que concerne a realidade laboral dos atores em questão junto ao setor de produção agroindustrial, mais especificamente nos frigoríficos locais. Esta ambição surgiu com meu deslocamento para a cidade de Chapecó, no oeste do estado de Santa Catarina, entre maio de 2012 e agosto de 2013, onde exercia ofício de indigenista especializada, no órgão indigenista federal brasileiro, e percebia para além de meu trabalho, as condições locais da inserção da mão de obra indígena no mercado capitalista abrangente.

Algumas questões foram se apresentando diante de mim durante minha estadia e foram guiando minha pesquisa, ante a tentativa de compreender a vida social, a produção e reprodução dos grupos com que de certa forma convivi. Por que os índios estão trabalhando nos frigoríficos? Por que as empresas estão contratando os indígenas? Como se dá esta oferta e demanda de trabalho? Quais as causas e consequências da entrada maciça da mão de obra indígena nas fábricas? Quais as vantagens e desvantagens do trabalho fora das terras indígenas? Como são as relações interétnicas ali? Existe preconceito, discriminação e estigma sobre os indígenas no mercado de trabalho? E uma vez dentro das empresas, no seu ambiente de trabalho? E por fim, quais as transformações geradas a partir da inserção nas fábricas, e no mundo do emprego formal, nas famílias e aldeias indígenas?

Procurei compreender as formas de sustento, produção e relações sociais envolvidas nos processos e transformações atuais a partir de um arcabouço teórico mais amplo, assim como tive oportunidade de realizar uma pesquisa de campo acerca da realidade regional indígena, de um lado enquanto servidora da FUNAI, e de outro como pesquisadora. É preciso ponderar que este duplo papel no campo não é algo a ser desprezado, trazendo consigo implicações incontornáveis.

A tentativa de realizar entrevistas fora do meu horário de trabalho, aos finais de semana principalmente sem outros membros do órgão e seus aparatos, como os veículos tão onipresentes, foi com o intuito de distanciar os interesses e objetivos que a

instituição que eu representava oficialmente remetia junto aos moradores das aldeias. Ainda assim, eu era conhecida como a “nova funcionária da FUNAI”, e isto acarretava desconfianças assim como aproximações. Entretanto, o fato da Fundação não estar especificamente ligada ao processo que eu buscava conhecer, permitia ao longo das entrevistas, após uma introdução e apresentação, fugir em parte desta dubiedade de papéis. Ainda assim, foi necessário construir, ao longo do tempo em que estive na região, uma confiança tanto com os Kaingang quanto com os Guarani, e até mesmo uma intimidade com alguns indígenas e suas famílias que pude conhecer mais de perto.

Para além da pesquisa de campo, a bibliografia que me debruçei contava com arcabouço teórico-antropológico, textos de antropologia histórica, artigos e livros publicados pelo Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM), centro de referência sobre os estudos da região, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UnoChapecó).

Utilizei como base teórica o livro de Claude Meillassoux intitulado “Mulheres, celeiros e capitais” através do qual pude situar o contexto do meu campo na esfera de conhecimento da antropologia econômica. Fiz igualmente uso de vasta bibliografia acerca da história indígena no Brasil, principalmente daquilo que dizia respeito às formas de trabalho ao longo dos séculos desde a colonização portuguesa, posteriormente estreitando a pesquisa bibliográfica para àquelas formas realizadas historicamente pelos grupos indígenas no sul do Brasil e finalmente, chegando ao contexto atual destas.

O meu objetivo específico, porém, uma vez que há pouco material antropológico específico previamente produzido, é baseado em minhas pesquisas e entrevistas, realizadas junto aos indígenas que exerciam ou exerceram o trabalho nas fábricas, outros indígenas que contavam com parentes – pais, maridos, esposas e etc. – neste setor, lideranças indígenas, representantes do sindicato local e representantes dos órgãos públicos relacionados com o tema em questão, tais como FUNAI, SESAI, escolas indígenas e Ministério Público do Trabalho. Também foram entrevistados trabalhadores não indígenas dos frigoríficos e buscou-se um diálogo com as empresas do setor agroindustrial em questão que contam com fábricas na região, intenção esta que em alguns casos não foi efetiva.

Pelas implicações das falas e depoimentos como objeto de possível recriminação dentro do escopo de relações estritamente hierárquicas presentes nos frigoríficos, em determinados casos os trechos transcritos aparecem aqui sem a identificação do interlocutor, como uma opção de expor menos meus “informantes” sem perder a

importância de que eles sejam citados, a partir de suas próprias palavras e entendimentos. Outros personagens, entretanto, que não se encontram mais empregados ou que não o foram, tais como caciques, tem aqui seus nomes citados, uma vez que isto não lhes traria dúvidas ou medo de possíveis represálias. A decisão de não fazer uso de abreviaturas ou nomes falsos é por acreditar que se trata de artifícios descartáveis; o que pretendo não é dar voz a um ou outro indígena, mas a uma situação encontrada entre as comunidades indígenas, reveladas através daqueles que me contaram suas histórias e contradições em meio a suas novas realidades de trabalho.

Por fim, outro ponto que senti ser necessário pesquisar para compreender o lugar social do trabalho indígena para a sociedade nacional, foram algumas análises sociológicas acerca das relações sociais brasileiras, que dessem conta da profundidade histórica que reflete nos dias atuais as condições em jogo no mercado de trabalho do país, para além do recorte “indígena”. Para este fim, me debruçei nos trabalhos de Jessé de Souza e André Singer, por meio dos quais introduzi os conceitos, respectivamente, de subcidadania e subproletariado, os quais serão centrais para a minha pesquisa.

Afinal, temos a ambição nesta dissertação de entender como é criada uma narrativa de trabalho, uma estigmatização social e o entrelaçamento dos grupos sociais indígenas estudados com o sistema capitalista no Brasil. Tal situação entendida por Ferreira como a “expansão capitalista no campo”¹ implica transformações complexas no modo de vida dos povos indígenas, com toda uma reestruturação produtiva, tendo como foco a mudança dos fatores terra e trabalho no âmbito da economia doméstica das famílias e aldeias. Temos ainda novas dinâmicas sociais, inseridas junto ao contexto de assalariamento de indígenas formalmente, que provocam novas configurações das famílias e dos trabalhadores enquanto membros das comunidades.

Ocorre, como aponta Ferreira no caso do recrutamento de mão de obra indígena sob demanda da agroindústria no Mato Grosso do Sul, alterações diretas nas relações de trabalho, nas formas de produtivas e seus procedimentos técnicos tradicionais, na reprodução social, nas relações de poder, nas relações interétnicas e igualmente no equilíbrio interno das aldeias, criando tensões durante o processo de integração econômica, com as resistências e formas de adaptação adotadas pelos indígenas.

¹ A. Ferreira, 2013 (p.2).

² C. Meillassoux, 1976 (p. 100).

1.2 – Estrutura

Esta dissertação foi organizada de modo a apresentar primeiramente, nesta introdução, os autores, seus textos e conceitos teóricos, centrais para o entendimento da situação abordada. É importante frisar que a construção teórica aqui realizada parte dos autores que não são etnólogos, e que não fazem dos grupos indígenas especificamente seu foco de análise. Ainda assim, seus textos apresentam formas amplas de entender grupos sociais inseridos em esquemas de trabalho tais quais os indivíduos aqui especificamente pesquisados, não por sua etnicidade, mas por outras características – o nascimento, crescimento e a vinda do campo para a cidade/fábrica como *locus* do mundo capitalista e a marginalização no mercado de trabalho – igualmente importantes para a compreensão daquilo que pretendemos conhecer durante a pesquisa.

Em um segundo momento buscaremos apresentar os contextos sociais a que os grupos de indígenas assalariados que foram o foco da pesquisa estão inseridos. Para tal destinamos o primeiro capítulo para falar da região do oeste catarinense, principalmente no tocante às Terras Indígenas que lá se encontram demarcadas e nas quais estão presentes os lares, as redes de parentesco e comunidades dos trabalhadores indígenas Kaingang e Guarani aqui abordados.

Posteriormente temos no terceiro capítulo o contexto específico dos frigoríficos presentes na mesma região. Um estudo sobre setor agroindustrial de frigoríficos no Brasil, com sua expressividade nacional e internacional, partindo da história das empresas (megaempresas e até daquelas já falidas ou em processo de falência) e do sistema de integração entre campo/indústria na qual está baseado. Também falaremos das plantas fabris e os modelos de produção que elas encerram. Por fim, abordaremos o trabalho nos frigoríficos e quem compõe o operariado (excetuando os indígenas neste capítulo). As questões, condições e o sofrimento do proletariado desta agroindústria.

O quarto capítulo é especificamente para tratar dos indígenas enquanto trabalhadores. Aborda o processo de formação de hábitos de trabalho junto aos povos indígenas até o atual momento em que são assalariados, trabalhando nos frigoríficos. A partir desta abordagem, passamos a conhecer as especificidades do subproletariado indígena: quais as formas de recrutamento dos frigoríficos, a rotina e os postos de trabalho. Por fim, chegando a compreensão das mudanças nas terras indígenas, principalmente no tocante à economia doméstica.

Na conclusão buscaremos trazer uma compreensão do conjunto entre teoria e pesquisa de campo do tema em questão, onde almejamos apresentar em resumo aquilo que foi construído ao longo da dissertação. Há por trás deste esforço uma tentativa de uma abordagem crítica, porém que não simplifique na dicotomia entre capitalismo/empresas/patrões de um lado e indígenas/trabalhadores/pobres de outro, e que busca compreender as relações sociais e os processos por que elas passam como envolvidas para além dos termos opressor/oprimido. É preciso, no entanto esclarecer desde já que as ambições desta pesquisa podem e devem ser aprofundadas em momento posterior, pela seriedade do assunto e capacidade limitada ao período de um mestrado.

1.3 – O mercado secundário do trabalho

O autor do livro “Mulheres, celeiros e capitais”, o francês Claude Meillassoux antropólogo africanista, influenciou fortemente a antropologia a partir de uma abordagem que buscava entender as relações de controle do trabalho nas sociedades camponesas e suas respostas ao processo de colonização. Meillassoux tem como foco do entendimento da questão a comunidade doméstica, pelo seu papel de reprodutora dos produtores, ou seja, o papel duplo de produção e reprodução social, que tal elemento detinha antes do advento do sistema capitalista. A grande mudança introduzida pelo capitalismo é vista, desta forma, como a retirada do modo de produção do seio doméstico em que se assentava. Assim, resta à família inserida no sistema capitalista, seu caráter reprodutivo. Ou seja, é a família que reproduz os indivíduos, entendido pelo capitalismo enquanto “trabalhadores livres”.

O que está em jogo, para compreendermos as transformações das sociedades estudadas, é a dissociação dos ciclos produtivos e reprodutivos, antes encerrada na comunidade doméstica agrícola.

Esta abordagem busca entender os sistemas econômicos como mais do que modos de produção. Segundo o autor, os sistemas econômicos devem se basear nas relações entre produtor, meios de produção e nas relações sociais necessárias à implantação destes meios. Tais relações sociais vão além dos acordos contratuais exercidos no capitalismo, elas também estão presentes no parentesco, na vizinhança, enfim, nos contextos e relações aos quais os indivíduos interagem.

Neste sentido, o autor percebe o ato contínuo do imperialismo como uma relação orgânica entre as economias capitalistas e domésticas. O imperialismo e a

colonização procedem com o crescimento do lucro e a expansão capitalista a partir da incorporação contínua de novas terras e novas populações. A saber, a expansão do capitalismo depende a todo momento desta extração da força de trabalho de uma parcela antes excluída de seu sistema e que é mais barata, para a acumulação de capital e sua perpetuação. Isto é realizado a partir da inserção de indivíduos provenientes do sistema econômico agrícola, ou seja indivíduos estes que produziam sua subsistência fora do setor econômico capitalista.

Tal inserção provoca um deslocamento do custo de reprodução dos trabalhadores livres. Ou seja, o indivíduo nasce e cresce até a idade ativa inserido em um sistema produtivo, o agrícola familiar, sendo criado a partir daquilo produzido pela família e para a subsistência da mesma. Porém, uma vez atingido a idade adulta, em que torna-se não mais um dependente do trabalho de sua família (como no caso das crianças e dos idosos) e passa a ser um provedor, este indivíduo é arregimentado pelo sistema capitalista de produção, caso este dos territórios colonizados. É a partir de então que temos a sobreexploração da mão de obra do trabalhador livre.

Os salários do sistema capitalista estão baseados, não na lei da ferte e da procura como propõe a economia clássica, mas no custo de reprodução da força de trabalho. Segundo Meillassoux, porém, tal custo não é equacionado de forma a inserir os períodos pré e pós-produtivos da vida humana (a infância, a velhice), assim como os períodos improdutivos (como por exemplo durante doenças) e menos ainda da reprodução familiar dos indivíduos assalariados: “O cálculo do trabalho numa base horária está especificamente ligado à exploração capitalista. Este modo de cálculo, com efeito, exclui o custo de formação e de reprodução da força de trabalho”.²

Desta forma há um duplo ganho de acumulação aqui: além da mais-valia retirada do trabalhador, há uma transferência (gratuita) de valores das sociedades pré-capitalistas em última instância para as potências imperialistas. Tal transferência não é, entretanto um “fenômeno inicial e transitório, mas algo inerente ao capitalismo” provocando uma contínua acumulação primitiva de capital³. O autor percebe que o capitalismo não se trata de um sistema social completo, como veremos adiante, por estar permanentemente buscando suas fronteiras através de mecanismos de inserção. Este modelo econômico, portanto, atua de forma a sempre prescindir da expansão do sistema junto a novas fronteiras territoriais e sociais.

² C. Meillassoux, 1976 (p. 100).

³ Ibidem (p. 172).

Isto quer dizer que não há instituições presentes no capitalismo que assegure uma gestão organizada da reprodução da força de trabalho, ao contrário do sistema econômico doméstico agrícola. Esta última seria uma forma de “organização social integral” - ao contrário do capitalismo – que proporciona ao grupo um ciclo de adiantamentos e restituições dos produtos e trabalhos conforme as gerações se sucedem. E este é o foco da análise que nos interessa enormemente aqui: Meillassoux aponta que há uma transferência de milhões de horas de trabalho da economia doméstica agrícola para o setor capitalista, que por sua vez serve de motor à própria expansão deste último. A diferença, portanto do que ocorre entre a comunidade doméstica agrícola e o capitalismo faz com que a primeira seja entendida enquanto um sistema econômico e o segundo apenas enquanto um modo de produção, dado que este não se perpetua.

Tal descompasso inerente ao modo capitalista, pelo fato de que ele não se reproduzir, leva com o tempo a um brusco crescimento do custo da mão de obra, uma vez que a primeira geração de trabalhadores inseridos no modelo deve ser substituída por outra não mais necessariamente ligada à terra, e que portanto não mais produz sua subsistência daí. Portanto, a esta segunda geração deve ser garantido o sustento, do início ao fim da vida, inteiramente pelo setor capitalista. O que ocorre em geral é um encargo da aposentadoria ao Estado de um lado, e do sustento perante a infância à família de outro. Por fim, temos a substituição dos trabalhadores ativos por novos grupos até então excluídos ou à margem do capitalismo.

Para isto, temos duas formas de inserção que distinguem os trabalhadores livres: aqueles que fazem uma migração definitiva (êxodo rural) e os que permanecem ligados às duas esferas, o campo e a cidade – aqui representada enquanto local de trabalho –, através da prática de migração temporária. No primeiro caso, o capitalismo irá reter as horas trabalhadas para o sustento e reprodução somente da primeira geração proveniente da economia doméstica, uma vez que ela será interrompida por definitivo a partir de então. No segundo caso porém, a renda em trabalho proveniente da produção agrícola de autossustentação permanece. E por consequência o capitalista continua a tirar um proveito duplo do trabalhador: a mais-valia e a renda em trabalho.

Preservar o trabalhador perto de sua terra natal, da terra onde produz sua subsistência além de reproduzir sua comunidade doméstica, é portanto ideal para o capitalista. Isto porque a força de trabalho é reproduzida por si própria, mas

permanece atraída para fora da reserva a fim de aliviar-se do nível estrito de subsistência em que permanecem: “O modo de produção doméstico, tal como o descrevemos, isto é, constituído por comunidades homólogas mantendo relações orgânicas apenas com outras comunidades semelhantes já não existe. (...) Mas esmagada, oprimida, dividida, tributada, recrutada, a comunidade doméstica, quanto a ela vacila mas resiste, no entanto, porque as relações de produção doméstica não desapareceram completamente. Sustentam ainda milhões de células produtivas inseridas em diversos graus na economia capitalista, derramando as suas subsistências e as suas energias sob o peso esmagador do imperialismo”.⁴

O imperialismo, entendido enquanto dominação de novos territórios e populações pelos Estados detentores do modo de produção capitalista seria, portanto, o mecanismo que possibilita ao capital a reprodução da mão de obra barata, uma vez que as comunidades domésticas agrícolas inseridas ao sistema, a partir de seu acesso à terra, mantem a produção dos elementos de reprodução da força de trabalho, os quais o capitalismo sobreexplora, mantendo os salários baixos. Em outras palavras: “É pela preservação de um setor doméstico produtor de subsistência que o imperialismo realiza e sobretudo perpetua a acumulação primitiva”.⁵

Porém, o modo de produção doméstico é ao mesmo tempo preservado e destruído a prazo. A comunidade doméstica agrícola é transformada a partir da dissociação dos ciclos produtivos e reprodutivos, e acaba quando as relações de parentela, com suas prestações recíprocas de tarefas e papéis, restam em segundo plano, sobrepassadas pelas relações salariais, assim como quando a terra se torna mercadoria, os objetos e ferramentas comprados e não produzidos e transmitidos.

Aquilo que está em jogo nesta abordagem é o entendimento de que “esta mercadoria essencial ao funcionamento da economia capitalista, a *força de trabalho*, ao mesmo tempo em que este agente social indispensável à construção das relações de produção capitalista, o *trabalhador livre*, escapam às normas de produção capitalista, ainda que produzidas na órbita e sob dominação capitalista”⁶ porque depende da reprodução no seio familiar (com suas relações sociais não capitalistas), que não é levada em conta no valor atribuído ao trabalho em si, e portanto nos salários.

Ainda assim, como abordado anteriormente, a sobreexploração é exercida

⁴ Ibidem (p. 145).

⁵ Ibidem (p. 158).

⁶ Ibidem (p. 166).

duplamente nos trabalhadores que permanecem ligados à sua aldeia, à sua terra, de forma que eles não se tornem um encargo maior aos patrões, ou seja, a partir do momento em que o trabalhador passa a se reproduzir integralmente no setor capitalista. Segundo Meillassoux, forma-se então um duplo mercado de trabalho, uma divisão do proletariado, na qual há uma discriminação daqueles que migram temporariamente ao setor capitalista, exercida através da instabilidade no emprego e do salário indireto, conforme a passagem: “Diversos processos são utilizados para reforçar, guiar, facilitar o funcionamento deste mercado duplo, dos quais, sobretudo, a manutenção (...) dos preconceitos racistas e xenófobos, preconceitos que permitem considerar como menos qualificados *a priori* os trabalhadores de origem estrangeira e dirigi-los arbitrariamente, por este jogo viciado, para os empregos mais mal pagos e menos estáveis”⁷. O autor continua sua análise mostrando que o racismo também atua de forma a manter o medo em uma fração do proletariado, que passa a não fazer reivindicações, além de retardar a consciência de classe. O racismo étnico no caso brasileiro condiciona a todo momento as questões que abordaremos aqui. Também voltaremos a este quesito no próximo subitem.

Entretanto, há uma tendência à aceitação e submissão do trabalhador livre ao que o capitalista lhe oferta. O salário traria ao menos duas vantagens, a saber, um rendimento relativamente elevado quando comparado àquele alcançado através do trabalho produzido domesticamente e o acesso a bens que não poderiam ser confeccionados artesanalmente, por isso “é sobreexplorado, mas a diferença de produtividade entre seu setor de origem e seu setor de emprego é suficientemente grande para que seus ganhos imediatos o encorajem a preservar nos sacrifícios que impõe uma vida de semiexílio, as durezas e os perigos do trabalho que lhe exigem, as condições de alojamento e saúde de que é vítima”⁸.

E enquanto estes trabalhadores permanecerem ligados à sua comunidade doméstica, tendo nela uma fonte mínima alimentar que o sustenta, ele pode continuar a vender sua força de trabalho com valor mais barato, mantendo-se ali uma reprodução da reserva de mão de obra barata, de baixa qualificação.

A longo prazo, no entanto, este modo de produção capitalista torna-se cruel a estes grupos provenientes de comunidades agrícolas. Seus postos de trabalho levam ao desgaste físico e em geral contam com alto índice de acidentes, levando à doenças

⁷ Ibidem (Pp. 196 – 197)

⁸ Ibidem (p. 207).

e até invalidez prematura de muitos destes trabalhadores. Ocorre um processo de degradação física e social, a partir da sobre-exploração capitalista do trabalho.

O êxodo rural em maior grau, mas também a migração temporária a um prazo maior, provocam o esgotamento dos recursos da economia doméstica. Com o tempo, as comunidades inseridas passam a ter uma maior dependência ao capitalismo, em uma situação que dificilmente é possível aos trabalhadores o rompimento do papel hierárquico mais baixo, e paralelamente o aumento significativo do salário.

“Para que o capitalismo se reproduza, isto é, para que cresça segundo a lógica do seu desenvolvimento, as forças produtivas nas quais se apoia devem crescer proporcionalmente e, entre estas, em primeiro lugar, a força de trabalho, que deve aumentar em qualidade e em quantidade. O imperialismo europeu fornece uma solução original para este problema mediante uma divisão do proletariado internacional: as frações estabilizadas, urbanizadas da classe operária, destinam-se a uma formação ou a uma educação seletiva para aumentar sua produtividade, ao passo que se espera das que provem das zonas coloniais um crescimento numérico”⁹.

A atração e o interesse gerado pelos empregos ofertados aos trabalhadores advindos de sociedades pré-capitalistas, periféricas, são imprescindíveis ao modelo de desenvolvimento da produção econômica capitalista e seu caráter expansionista. Os trabalhadores servem tanto como força de trabalho quanto como novo mercado consumidor, uma vez que a partir de seu ganho passa a vislumbrar aos bens de consumo antes inacessíveis.

Tais proposições amplas acerca dos mecanismos de funcionamento da engrenagem capitalista, suas contradições e limitações, nos possibilitará entender como se dá o processo de transformação social que buscamos entender durante nossa pesquisa. Ainda assim, mostrou-se necessário um maior entendimento para além da teoria geral, da forma que tal modelo transcorreu no Brasil, a partir da ótica social, das classes geradas com a divisão internacional do trabalho, especificamente no país com um dos mais altos índices de desigualdade do mundo.

1.4 – Da escravidão à subcidadania

Dada a divisão e hierarquização internacional do trabalho, temos igualmente

⁹ *Ibidem* (p. 225).

uma graduação traduzida entre corpo e mente nesta esfera. Tal hierarquia diz respeito a separação dos trabalhos braçais daqueles menos “qualificados” e os trabalhos intelectuais aos que detêm “conhecimento” (que por sua vez exercem uma dominação simbólica a partir do capital cultural que possuem)¹⁰. Esta divisão, aliada ao discurso de igualdade de oportunidades e a valoração do trabalho ordinário demonstrada na teoria weberiana (onde “o trabalho deve ser executado como um fim absoluto em si mesmo – como uma vocação”)¹¹, seriam, segundo Bourdieu, as bases de dominação política das sociedades industriais avançadas.

A divisão entre trabalhadores braçais e intelectuais é também revelada na separação de classes da sociedade, respectivamente as primeiras ligadas às classes trabalhadoras e as últimas às classes burguesas, como dois polos opostos. A mente é aqui o *locus* da lógica, do raciocínio, da reflexão, enquanto o corpo está ligado ao ser animal, seus instintos, sensações e paixões. E no caso brasileiro esta separação é revelada não somente às classes, mas também entre os brancos de um lado e negros e indígenas de outro.

Esta hierarquia nos traz à tona o passado escravocrata, do qual ainda não nos despimos inteiramente. Jessé Souza propõe, a partir do entendimento do processo de modernização brasileiro, uma teoria sobre a formação da marginalização social, seus processos de classificação/desclassificação social e a dominação exercida por trás destes, possibilitando a constituição de cidadãos de primeira e segunda classe.

A noção de *habitus* bourdieusiana é central nesta análise. O funcionamento semiautomático e irrefletido da vida cotidiana, informados por dispositivos que orientam nossa conduta e socialização, que se inscrevem no corpo e tornam visíveis nas expressões de cada indivíduo tal quais sinais sociais, consubstanciam o *habitus*. É por meio destas expressões, maneiras de se portar, falar, vestir, entre outros, que o autor denomina de “capital simbólico” por também serem símbolos econômicos nas sociedades modernas, que classificamos as pessoas e atribuímos prestígio ou desprezo. Para completar a distinção social, junto ao *habitus* temos o capital cultural, que seria aquilo que forma, através de maiores dispêndios em educação e conhecimento, os gostos “pessoais”, que servem em última instância como “marcadores de classe” referentes a estilos de vida específicos, ligados à estética e ao belo para uns (burguesia) – como senso de distinção – e à necessidade para outros

¹⁰ P. Bourdieu. A Distinção: crítica social do julgamento.

¹¹ M. Weber, 2001 (p. 48).

(trabalhadores): “O gosto da necessidade só pode engendrar um estilo de vida em si que é definido como tal apenas de forma negativa, por falta, pela relação de privação que mantem com os outros estilos de vida. Para uns, os emblemas eletivos, enquanto, para outros, os estigmas que carregam inclusive no seu corpo”¹².

A distinção social exercida, portanto, de forma negativa, associada à valorização do trabalho ordinário e secular, ainda que operantes a partir da ilusão da igualdade de oportunidades, são entendidos como base do reconhecimento social. A partir de então é produzido o indivíduo que convém ao Estado moderno e ao mercado capitalista: “plástico, moldável, flexível, disciplinado, autocontrolado, responsável por si próprio, orientado para o futuro e para o cálculo prospectivo”¹³.

Entretanto, nas sociedades periféricas, tais noções articuladas não serão construídas, mas importadas através das práticas. No Brasil, ao longo do processo de colonização “a legitimação das relações hierárquicas e desiguais era conseguida a custo da violência física aberta, no pior dos casos, ou da violência psíquica e encoberta da cooptação implícita na relação de dependência pessoal, nos outros casos”¹⁴. O modo capitalista de produção não é introduzido no país acompanhado do ideário de homogeneização do indivíduo com as qualidades supracitadas. E é esta generalização da personalidade, que convém ao processo de consolidação do capitalismo, o pressuposto da eficácia social da noção de cidadania. Portanto, no Brasil, por sua posição mundial periférica, temos a introdução do modo de produção moderno, sem a generalização do ideal de igualdade, e por conseguinte, sem a inclusão de diferentes grupos e classes sociais à condição de cidadão.

A instituição da escravidão de negros, assim como de índios, no Brasil, é visto por Souza, como base da constituição social nacional, juntamente com a família patriarcal portuguesa, onde mantinha-se o domínio desta sobre aqueles, independente da possibilidade de atualização da mestiçagem do senhor com as mulheres negras e índias: “A consequência política e social dessas tiranias privadas, quando se transmitem da esfera da família e da atividade sexual para a esfera pública das relações políticas e sociais, se tornam evidentes na dialética de mandonismo e autoritarismo de um lado, no das elites mais precisamente, e no populismo e messianismo das massas por outro. Dialética essa que iria, mais tarde, assumir formas

¹² P. Bourdieu, 2011(p.170).

¹³ J. Souza, 2012 (p. 82).

¹⁴ *Ibidem* (p. 95).

múltiplas e mais concretas nas oposições entre doutores e analfabetos, grupos e classes mais europeizadas e as massas ameríndia e africana, e assim por diante”¹⁵. São os antigos escravos e dependentes “livres” da casa grande que hoje formam a ralé brasileira, os cidadãos de segunda classe.

A transição da ordem escravocrata para a competitiva moderna, foi através daquilo que Florestan Fernandes aponta em *A integração do negro na sociedade de classes* como o abandono do liberto à própria sorte. Os negros – e certamente os índios – não apresentavam a personalidade e a atitude requerida pelo novo contexto social: “Ao negro, fora do contexto tradicional, restava o deslocamento social na nova ordem. Ele não apresentava os pressupostos sociais e psicossociais que são os motivos últimos do sucesso no meio ambiente concorrencial. Faltava-lhe vontade de se ocupar com as funções consideradas degradantes (que lhe lembravam ao passado) – pejo que os imigrantes italianos, por exemplo, não tinham –; não eram suficientemente industriais nem poupadores e, acima de tudo, faltava-lhes o aguilhão da ânsia pela riqueza”¹⁶. Deste panorama temos a semente da marginalização. A dificuldade de adaptação ao novo modelo social, juntamente com a pauperização dos ex-escravos, levou à construção de uma “ordem desviante” como afirmação individual. Nesse cenário, tornar-se prostituta, ladrão ou vagabundo oferecia, em termos, perspectivas maiores em meio às inseguranças sociais. Há a conformação a partir de então de um “habitus precário” específico, de que decorre o preconceito de dada personalidade julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade como um todo.

Jessé Souza foca sua análise na parcela negra da sociedade. A desqualificação de parcelas da sociedade como subprodutos ou subcidadãos no entanto não exclui aos povos indígenas e tentaremos mostrar como isso ocorre atualmente. O necessário, por ora, é apresentarmos a teoria de como a sociedade brasileira enquanto um todo é permeada de desigualdades que se iniciaram no processo de colonização e se mantiveram ao longo do processo de modernização ocorrido nos últimos séculos, em que temos a separação entre cidadãos e subcidadãos, numa dimensão objetiva porém não explícita.

Por fim, tal posição de subcidadão provoca o autodesprezo e muitas vezes a aceitação de um papel precário na sociedade a partir do que Souza aponta como a

¹⁵ *Ibidem* (p. 117).

¹⁶ *Ibidem* (p.155).

“naturalização da desigualdade”¹⁷ que determina um lugar social aos grupos desqualificados, de marginalização política e econômica, construída do encontro da herança escravocrata com a modernização capitalista.

1.5 – A subcidadania no mercado de trabalho

Como não poderia ser diferente, a parcela da sociedade brasileira relegada à condição de subcidadãos conforma também a classe trabalhadora do país. Entretanto, há uma fração de classe específica a que nos interessa aqui: os subproletariados. Este conceito, cunhado por Paul Israel Singer em *Dominação e Desigualdade. Estrutura de classe e repartição de renda no Brasil*¹⁸ composto por “pobres que trabalham”¹⁹ é igualmente específico ao país, conforme aprofunda André Singer: “A singularidade das classes no Brasil consiste no peso do subproletariado, cuja origem se deve procurar na escravidão, que ao longo do século XX não consegue incorporar-se à condição proletária, reproduzindo a massa miserável permanente e regionalmente concentrada”²⁰.

Os conceitos de subcidadania e subproletariado estão, assim, intimamente ligados. A massa marginalizada – a ralé – o é nas diferentes esferas de socialização, e no trabalho principalmente. É importante não confundirmos o conceito com o lumpemproletariado, como ressalva Singer, ou seja, aqueles que também são subcidadãos, mas se encontram fora do mercado de trabalho²¹. O subproletariado é, portanto, uma fração de classe com características específicas.

Tal grupo é formado por aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquirí-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais.(...) Como empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes”²².

Uma característica do subproletariado é a falta de consciência de classe, dos interesses e experiências compartilhadas que seriam de outra forma levadas por meio

¹⁷ Ibidem (p. 180).

¹⁸ P. Singer, 1981.

¹⁹ Ibidem (p. 23).

²⁰ A. Singer, 2012 (p. 20).

²¹ A. Singer, 2012 (p. 20).

²² P. Singer, 1981(p. 59).

da ação coletiva à cena política. Tal fração é vista enquanto “massa” e pensados de fora para dentro, uma vez que não se organizam e, portanto, não atualizam a luta de classes. O subproletariado também forma o exército de reserva de mão de obra barata, pois estão aquém do proletariado²³.

André Singer atualiza o contexto por trás do conceito para entender o Brasil de hoje. A fragmentação da classe operária ao longo do século XX, provoca a necessidade de compreensão dos fragmentos de classe, a partir das mudanças ocorridas tais como o declínio da classe trabalhadora manual, a ascensão do setor de serviços, maior diversidade salarial, o incremento do número de mulheres operárias e o maior número de imigrantes e culturas distintas. No caso brasileiro, para além da divisão das classes burguesa e trabalhadora, temos aquela que opõe os “incluídos” e os “excluídos”. Os ditos “excluídos” ou subcidadãos conformam no Brasil “uma vasta fração de classe que luta por aceder ao mundo do trabalho formal em regime capitalista, com todos os defeitos que ele possui, tendo estado historicamente dele excluída”²⁴.

No Brasil, a conformação da fração de classe subproletariada para a esfera política ocorreu de cima para baixo, no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, que através da política de combate à pobreza com a distribuição de renda (alavancada pelo Programa Bolsa Família num primeiro momento, mas também com aumento do salário mínimo e o acesso ao crédito consignado), e conseqüentemente, porém em menor grau, da diminuição da desigualdade social. Este cenário trouxe autoestima e confiança às parcelas mais pobres da população brasileira.

Durante o governo Lula, a economia voltou a crescer e o emprego aumentar. Segundo o IBGE, no ano de 2003 a taxa de desemprego era de 12,4 pontos percentuais, de acordo com a média anual. Esta taxa foi decaindo progressivamente, chegando a 5,5% em 2012 (vide tabela). Segundo Singer “o fator fundamental na redução da desigualdade durante o governo Lula foi o expressivo aumento do emprego e da renda”²⁵.

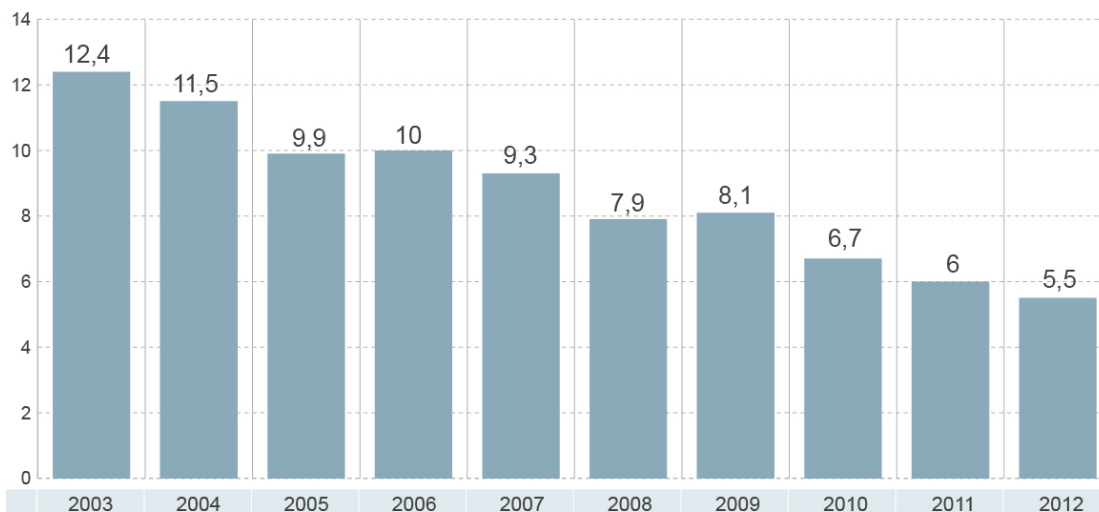
²³ A. Singer, 2012(p. 43).

²⁴ Ibidem (p. 44).

²⁵ Ibidem (p. 184)

Desemprego recorde

Evolução da taxa média anual de desocupação



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego| IBGE

A importância do emprego formal é altíssima no país: “A carteira assinada no Brasil equivale a ter proteção das leis trabalhistas, que limitam a liberdade do capital no que se refere à jornada, à demissão, às condições de trabalho e remuneração etc.” e continua com menos entusiasmo “os 10,5 milhões de postos de trabalho formais criados no governo Lula representaram uma diminuição na velocidade do moinho satânico, mas são um freio relativamente fraco, pois os empregos criados, embora protegidos por lei, têm condições precárias, sobretudo em virtude de sua alta rotatividade”²⁶.

Todavia, o trabalho formal ainda é um patamar relativamente superior, dada a abrangência do setor informal, para além do desemprego. É, portanto, em meio a este contexto que buscaremos entender como se dá a inserção nacional de uma parcela específica da sociedade nacional ao mundo dos assalariados, e subproletários: os indígenas do sul do Brasil.

A fim de entender a complexidade da situação, tivemos que recorrer a modelos teóricos que vislumbrassem o encontro de economias pré-capitalistas com o modo industrial de produção. Para além da antropologia econômica focada na agricultura e no artesanato, e no trabalho precário e eventuais que os indígenas participavam até então. A participação expressiva da mão de obra indígena na

²⁶ *Ibidem* (p. 198).

agroindústria, e no caso específico da região estudada nos frigoríficos, nos evoca novos desafios de compreensão da realidade social de tais grupos.

Nos propomos a investigar o que aconteceu a partir do século XXI no país, e na região, para que iniciasse o processo de entrada de mão de obra indígena nos frigoríficos e o porquê desta ser uma alternativa atrativa para os mesmos.

CAPÍTULO 2

A COLONIZAÇÃO E AS TERRAS INDÍGENAS DO OESTE CATARINENSE

O presente capítulo é destinado à apresentação do processo de colonização e da caracterização histórica e atual do Brasil com ênfase nas região e terras indígenas do oeste catarinense, as quais tive oportunidade de conhecer perante meu período de vivência na cidade de Chapecó. Além dos livros e artigos utilizados como fonte, parte do que é apresentado foi conhecido através de conversas e do dia a dia de trabalho com os indígenas e colegas da FUNAI.

Na região existem atualmente seis áreas indígenas reconhecidas, sendo que oficialmente a Terra Indígena Toldo Chibanguê é dividida em duas, Chibanguê I e II. Além desta temos a Reserva Indígena Aldeia Condá, Terra Indígena Xaçecó, Terra Indígena Toldo Pinhal, Terra Indígena Toldo Imbú, e a Terra Indígena Palmas, que tem seu território dividido, por sua localização na fronteira entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

Todas as terras indígenas do oeste catarinense são destinadas à etnia Kaingang, porém, internamente existem aldeias Guarani, caso da aldeia Araçaí no Toldo Chibanguê e da aldeia Limeira na TI Xaçecó. Na TI Palmas também existem famílias Guarani que habitam o local. Existe uma área identificada como território Guarani no oeste catarinense, mais especificamente nos municípios de Saudades e Cunha Porã, que está em processo judiciário, com fortes pressões da população local e dos governantes contrárias ao estabelecimento da mesma.

Passaremos a entender como transcorreu o processo de colonização a partir do interesse na mão de obra indígena e como tais territórios foram delimitados ou ocupados ao longo do processo de colonização regional. Após uma breve introdução à história de colonização e estabelecimento dos aldeamentos, ao longo do séculos XIX e início do século XX, passaremos a nos dedicar a cada uma das terras indígenas supracitadas, com o intuito de entender os processos posteriores e as dificuldades encontradas em cada caso para os grupos indígenas nelas estabelecidos.

Para fins práticos, fizemos a opção de dedicar um espaço exclusivo para as aldeias Guarani já mencionadas. Nossa intenção é fazer um panorama dos processos de criação e das situações encontradas atualmente em cada uma delas, trazendo dados como área total e municípios de localização, população, situação legal e etc.

2.1 – A formação da mão de obra indígena no Brasil

A história da mão de obra indígena no Brasil começa com a escravização de diferentes povos após as primeiras décadas do descobrimento, que é intensificada a partir da instalação do primeiro governo geral e a vinda de colonos portugueses ao país. Até então, no primeiro meio século de contato, os índios foram parceiros dos portugueses, levando mercadorias às feitorias costeiras²⁷. Junto à intenção de povoar o território brasileiro, veio o esforço por ter a mão de obra indígena ao proveito dos colonos, muitas vezes como soldados para o apresamento de outros índios, que seriam escravizados. Outros eram utilizados para o trabalho das construções necessárias ao estabelecimento das colônias: “Quando os donatários nomeados pela Coroa portuguesa instalaram as primeiras colônias no Brasil, a partir de 1530, a prática do escambo continuou sendo adotada pelos índios, em busca principalmente de objetos de metal. Entretanto, aos poucos, surgiram atos de sujeição de índios aliados, empregados na defesa do território e como mão de obra na construção de prédios, igrejas e vilas.”²⁸

A escravidão indígena muitas vezes fora entendida então como resultante de “guerras justas”, guerras de conquista e apresamento contra índios ditos inimigos, que seriam utilizados para assegurar o funcionamento dos engenhos de cana de açúcar. Outra forma praticada para utilização da mão de obra indígena eram os resgates, a troca realizada entre tribos e portugueses, onde os índios aprisionados em guerras intertribais eram negociados por utensílios.

Apesar das dificuldades dos senhores de terras em submeterem os indígenas aos seus desejos, assim como da contrariedade quanto a esta prática por parcelas da Igreja, o trabalho escravo permaneceu presente até meados do século XIX no país. Os missionários jesuítas muitas vezes ao longo dos anos entravam em discórdias com o governo para a obtenção e o controle do trabalho indígena e dos aldeamentos. No sul do Brasil a forte presença dos jesuítas junto aos indígenas se deu através das reduções, também conhecidas como misiones, que tinham o objetivo de catequizar o povo Guarani. Diversas batalhas foram travadas com os bandeirantes, em finais do século XVI e meados do século XVII e novamente durante o início do século XVIII.²⁹

²⁷ M. Cunha, 2012 (p. 18).

²⁸ J. Oliveira e C. Freire, 2006 (p. 39).

²⁹ J. Monteiro, 2001 (p. 154).

Em 1798, a Carta Régia colocava o “fim da tutela” dos aldeamentos e instituía o início dos índios independentes, que seriam representados através da figura do Juíz de Órfãos. Este deveria assegurar que os contratos de particulares com índios fossem zelados, coibindo as práticas escravizantes. Porém, a não continuidade de um projeto ou mesmo de leis que assegurassem direitos e terras aos índios, sendo o Regulamento das Missões o único documento indigenista do Império, o qual incutia ao Diretor Geral dos Índios a designação de índios aptos para os serviços públicos enquanto os acordos privados continuavam sob comando do Juíz de Órfãos, provocou o seguinte panorama: “No final do século XIX, esses índios [expulsos de suas terras] sobreviviam como trabalhadores sem terra, já como ‘caboclos’(...). Nos trabalhos para os colonos, esses índios eram muito explorados. Baixos salários criavam insatisfação, e os confinamentos levavam ao esquecimento dos ritos tribais. No Amazonas, os índios recém-chegados a Manaus eram distribuídos entre casas de família, enquanto os de Santa Catarina trabalhavam em empresas privadas”.³⁰

Trata-se nesta passagem de indivíduos da etnia Guarani. É preciso lembrar aqui da antiga distinção dos povos indígenas entre as categorias tupi e tapuia, muito interessante quando transposta à análise da região em questão por termos a presença de um grupo enquadrado enquanto tupi – os Guarani – e outro representando os ditos tapuia – os Kaingang. O mesmo se dá pela distinção administrativa entre índios mansos e bravos, ou ainda leais e traiçoeiros, que remetem respectivamente aos mesmos povos. Tais categorias classificavam as etnias segundo às capacidades elencadas aos grupos indígenas, quando do contato com os brancos, quanto à sua disposição ao trabalho e sua postura e caráter, como o viés guerreiro presente ou não.

Assim como outras etnias do grupo Jê, os Kaingang tinham o costume de revidar às investidas dos brancos, enquanto os seus rivais Guarani, que realizavam produções agrícolas, eram considerados mansos. As disputas e lutas intertribais eram estimuladas pelos fazendeiros na época, com o propósito estratégico de “dividir para governar”³¹ – a qual encontrou eco no faccionalismo Kaingang. A resistência e os conflitos deflagrados entre indígenas Kaingang e os colonos do oeste paulista e paranaense eram centrados na exploração de mão de obra. Nas frentes de expansão do oeste, a mão de obra indígena era recorrente, porém era pensada como alternativa

³⁰ J.Oliveira e C. Freire, 2006 (p. 76).

³¹ A. Renk, 2007 (p.19).

local e transitória, interessante apenas em um primeiro momento de conquista e estabelecimento das fazendas.

Durante o século XVIII havia o debate se deveriam exterminar os índios bravos ou se eles eram passíveis de civilizar através da utilização de sua mão de obra. Com a chegada de D. João VI ao Brasil, há uma nova determinação de guerras justas contra os botocudos (Xokleng) e coroados (Kaingang) através da Carta Régia de 1808 para ocupação dos ditos “vazios demográficos” que seriam os campos de Guarapuava e Palmas³². E, partir desta carta, finalmente decidiram pela utilização dos indígenas como mão de obra para a construção de estradas que pudessem garantir o povoamento da fronteira com a Argentina. O plano de ocupação da região oeste “previa a criação de uma companhia militar constituída de índios mansos, com os seus próprios oficiais. Instituíu o soldo para os índios militarizados, a fim de que se dedicassem à abertura e à conservação de estradas. Os índios aldeados deveriam se ocupar da agricultura e da diligência de novas catequese”³³.

Após o genocídio Kaingang em São Paulo, com grande repercussão nacional e internacional, o projeto de criação de um Serviço de Proteção ao Índio, foi enfim colocado em prática em 1910. É paradigmático a primeira denominação do órgão: Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais. O próprio nome escolhido inicialmente revela-nos o objetivo e o ideário por detrás das intenções do Estado³⁴. O Ministério ao qual o órgão estava vinculado leva-nos igualmente a este caminho, a saber o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Nas primeiras décadas do século XX o indígena passa a ser “incorporado”, ou melhor, entendido como elemento possível de adentrar à civilização, através de uma paz imposta, com uma rotina de trabalho compulsório e fixação nos postos indígenas administrados pelo SPI³⁵. Este órgão tinha como funções os papéis de integrador, educador e protetor. Para o SPI traçar suas estratégias, os povos indígenas eram classificados, sendo os Kaingang posicionados na categoria “inteiramente selvagem”. Segundo Niminon Pinheiro “a sugerida possibilidade de o índio transpor essa condição [de inferioridade] alcançando níveis sociais superiores dar-se-á através da

³² A. Renk, 2006 (p.17).

³³ ibdem (p.22).

³⁴ A. C. Souza Lima, 2011 (p. 203).

³⁵ A. C. Souza Lima, 1992 (p. 156).

incorporação de elementos da cultura do invasor, pela *educação para o trabalho*³⁶ (grifo nosso). A autora continua sua análise da seguinte forma: “A primeira ação efetiva do SPI na ‘pacificação’ dos indígenas foi fixá-los em terras doadas. Concluída esta etapa, a seguinte foi a introdução da noção capitalista do trabalho”³⁷.

Foi antes disto, porém, a partir de meados do século XIX, que a busca pela pacificação dos Kaingang começa lentamente a surtir efeitos considerados então como positivos. Aldeamentos foram criados e lideranças indígenas, que passaram a ser tidas enquanto colaboradores do Império, tornaram-se centrais para a reconsideração da existência de grupos Kaingang “amansados”. Mais tarde este processo seria levado a cabo com a criação do SPI: “Os grandes momentos da vida do órgão indigenista foram justamente os processos de atração e pacificação (caingang e xocling, no Sul, e parintintim, no Pará, no primeiro quartel de século; xavante e diversos subgrupos caiapó, no Mato Grosso e Pará, nos anos 50), descritos e glorificados como alternativa humanitária ao extermínio”³⁸.

Um grande papel neste processo foi o de lideranças indígenas, notadamente os índios Kaingang Condá e Virí, em meados do século XIX, na região sul do Brasil, reconhecidos como leais ao Império. Ambos eram responsáveis por aldeamentos indígenas, considerados então como os grupos mansos da região, inicialmente em Palmas (atualmente no Paraná), em seguida no aldeamento em Nonoai (Rio Grande do Sul) e por fim em Chapecó (Santa Catarina). Condá foi nomeado Comandante dos Índios ainda em Palmas e ambos chegaram a receber soldos mensais pelos serviços prestados³⁹. Há aqui uma agência e até mesmo um protagonismo indígena que surtem até hoje efeitos controversos quanto às figuras supracitadas⁴⁰.

A grande questão das terras, no século XIX, fazia com que a política para com os grupos indígenas fosse pensada para restringir o acesso à propriedade fundiária e converter em assalariados uma população independente, a fim de suprir as necessidades de mão de obra das grandes propriedades⁴¹. Os aldeamentos, assim, serviam como reserva de mão de obra. Esta dimensão não foi alterada com a atuação

³⁶ N. Pinheiro, 2004 (p. 403).

³⁷ *ibidem* (p. 407).

³⁸ J. P. Oliveira, 1999 (p. 200).

³⁹ G. Oppitz e L. Reis, 2012 (p. 312).

⁴⁰ A discussão de historiadores, assim como entre os indígenas, ocorre entre aqueles que acreditam que Condá e Virí foram traidores dos índios, colaboracionistas, ou que ajudaram a salvar e mostrar demandas legítimas dos grupos indígenas.

⁴¹ M. Cunha, 2012 (p. 70).

do SPI, que buscava um índio civilizado, atuando como trabalhador rural. A busca do indígena como reserva de mão de obra barata se manteve como possibilidade para os senhores de terras e esta realidade permanece até os dias atuais, porém com a ressalva que já não se limita ao trabalho rural, como no caso do oeste catarinense.

Por fim, podemos destacar que esta fabricação do índio em um trabalhador, além do discurso, das leis, das políticas públicas e das investidas dos colonos, também foi realizada ao longo da história do Brasil e sua formação nacional através das imagens, como aquelas apresentadas em *Viagem Pitoresca ao Brasil*, de J.M. Rugendas. O artista procurou retratar os aldeamentos jesuítas onde se buscava o caminho da civilização pela educação ao trabalho⁴².



⁴² A. Roca. Dissertação de mestrado (p. 165). Litografia de J. M. Rugendas “Aldeia de tapuias”.

2.2 - A expansão para o oeste na região sul

A região da cidade de Chapecó, localizada na faixa de fronteira com a Argentina – fronteira esta que permaneceu indefinida até ano de 1885 – ficou conhecida por muito tempo como Passo dos Índios. Hoje conhecida como “a capital do oeste” a cidade de Chapecó teve seu nome trocado apenas em 1931, a fim de estabelecer ali uma sede municipal. Até o início do século XX a região era pouco explorada e foi após a Guerra do Contestado, ocorrida no período entre 1912 e 1916, onde tropas do governo sufocaram a guerrilha cabocla local, que a colonização foi enfim possível⁴³. É através desta guerra que se delimitam os estados de Santa Catarina e Paraná e até este evento, a macrorregião era conhecida como “campos de Palmas”.

A partir de então imigrantes italianos e alemães sediados no Rio Grande do Sul começaram a expandir sua área colonial na direção norte, atravessando o Rio Uruguai. As disputas entre colonos italianos e alemães e os grupos indígenas estabelecidos anteriormente foram recorrentes e o são até hoje.

Desde a época em que a região oeste do sul do Brasil foi sendo penetrada pelos exércitos e colonizada pelas famílias brancas de origem europeia, há entre os índios, e entre os Kaingang principalmente, uma divisão de orientação: existem aqueles que são favoráveis e os demais que são contrários às alianças com os brancos. Certos líderes indígenas que se aliaram aos brancos ficaram conhecidos na região, e tiveram papéis importantes para a efetiva colonização – alguns exemplos são Pahy (em Guarapuava), Condá (em Chapecó), Viry (em Palmas) – que aceitaram a convivência pacífica com os fazendeiros, atuando nos conflitos gerados, e enquanto caciques de agrupamentos e aldeias indígenas Kaingang, com famílias que optavam por este modelo e indígenas capturados e forçados a tal. O estabelecimento de alguns aldeamentos, a saber Palmas, Xaçupé e Nonoai (no Rio Grande do Sul, onde a cidade de Chapecó faz fronteira) ocorreu ainda na primeira metade do século XIX. Paralelamente ao estabelecimento destas, ocorreram massacres indígenas na região, como o encabeçado pelo comandante Pedro de Siqueira Cortes, que matou cento e seis indígenas⁴⁴.

Os aldeamentos Kaingang, pela divisão de posturas mencionada acima, também eram atacados por grupos indígenas que apesar de serem da mesma etnia,

⁴³ S. Roseto, 2006 (p. 258).

⁴⁴ W. D’Angelis, 2006 (p. 290).

eram contra a postura colaboracionista. Em termos gerais a política, em meados do século XIX, era então de remover e agregar os grupos indígenas com a finalidade de liberação de terras para a colonização.

Na época da Guerra do Paraguai a região passou a ser uma fonte de exploração da erva-mate, até então produzida naquele país em que a guerra foi travada, e desde já a mão de obra indígena era utilizada pontualmente pelos colonos. Em 1882 foram instaladas as Colônias Militares do Xaçecó e de Xopim, que tinham como missão proteger os habitantes brancos da região, ainda que em pouco número, proteger a fronteira e catequizar os índios. Em 1902 é criada a Reserva Xaçecó, por meio do Decreto Nº 7⁴⁵. Logo após, no ano de 1908, é criada a Reserva de Palmas (Decreto Nº 64). Estas duas áreas são ainda hoje as mais extensas do oeste catarinense.

É interessante ressaltar aqui, que desde o estabelecimento dos agrupamentos indígenas no sul do Brasil há uma forte presença militar para contê-los e discipliná-los. Tal característica é evidenciada até os dias atuais a partir da presença entre indígenas dos “cargos” internos às terras, para além do cacique e vice-cacique, de soldados, capitães, majores, tenentes e sargentos. Porém, tal política de aglutinação das populações indígenas em “cercos de paz” pode ser evitada por grupos que permaneceram instalados em locais que não interessavam aos colonos (como terras de terreno íngreme) ou a partir de relações mais próximas, trabalhando nas lavouras ou como agregados das famílias brancas. Tal forma de viver e ocupar um local era praticada por grupos indígenas de ambas etnias Kaingang e Guarani, e se perpetua até o presente.

2.3 – Colônias agrícolas e atividades econômicas nas Terras Indígenas

A implementação da política indigenista dita humanitária, ou seja de não extermínio, e do processo de civilização e catequização dos índios, como vimos, passou pela intenção de transformação destes grupos em trabalhadores nacionais, que assegurariam a reserva de mão de obra e entrariam com sua força de trabalho enquanto colaboração para o desenvolvimento do país. O cunho positivista do Serviço de Proteção ao Índio, na República, buscou este mesmo objetivo, afastando as ordens

⁴⁵ W. D’Angelis, 2006 (p. 310).

religiosas que outrora se faziam presentes nos aldeamentos, sem no entanto modificar a intenção de transformar as povos indígenas pela via da educação e do trabalho.

Na região sul, os aldeamentos, assim como posteriormente as terras indígenas, foram implementados projetos educacionais e iniciativas de cunho produtivista, com o fim mencionado acima, além da possibilidade de geração alimentos e até mesmo de renda ao órgão. Foi através desta ideologia que se propôs a instalação dos clubes agrícolas escolares e de colônias agrícolas, comandadas pelo órgão indigenista. A intenção era transformar o índio em trabalhador rural, ensinando-lhe formal e tecnicamente o ofício, incutindo uma moral pública centrada no trabalho, além de garantir que os aldeamentos fossem autossustentáveis ou até mesmo produtivos do ponto de vista econômico, tornando-os autônomos.

Os Clubes Agrícolas Escolares, inicialmente criados para atender às comunidades rurais e posteriormente expandidos aos postos indígenas nas décadas de 1950 e 1960, eram pensados com o objetivo de estabelecer uma ponte entre a educação e o trabalho rural, uma “escola para o trabalho”. Desta forma, grande ênfase era dada às atividades agrícolas e pecuárias, através de cursos de apicultura, sericultura, reprodução animal, manuseio de instrumentos agrícolas entre outros que variavam de acordo com a economia regional.⁴⁶

O SPI em meados do século XX contava na região com poucos postos e suas respectivas escolas, sendo eles o Posto Indígena Xapecó (SC), Nonoai (RS), localizado na fronteira norte do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, e Palmas (PR), localizado na fronteira sul do Paraná com Santa Catarina. É interessante notar que desde esta época, as áreas contavam com aldeias Kaingang e Guarani justapostas, uma vez que na época a política era agrupar indígenas independente de suas etnias. As escolas se destinavam a alunos de ambas etnias, assim como aceitavam alunos brancos e mestiços⁴⁷.

Entretanto, o desenvolvimento dos Clubes Agrícolas nas áreas indígenas sofreu reveses como nos aponta Bringmann: “Muitas vezes, entretanto, as atividades dos Postos e mesmo das escolas eram travancadas não apenas pela falta de recursos materiais necessários para o seu aparelhamento eficaz. Eram frequentes ainda, as barreiras impostas pelos regionais, que não viam com bons olhos as atividades nos Postos, considerando o desenvolvimento dos mesmos uma ameaça para a manutenção

⁴⁶ A. C. Souza Lima, 1992 (p. 161).

⁴⁷ S. Bringmann, 2012 (p. 137).

de seu poder local, representado principalmente pela exploração da mão de obra indígena”⁴⁸. Os Clubes Agrícolas, e o Programa Educacional Indígena ao qual faziam parte, foram extintos em 1967 com o fim do SPI.

Logo da criação da FUNAI pode-se perceber a continuidade ideológica da política desenvolvimentista e assimilacionista, que continha a proposta de transformar os índios em um elemento social integrado à população nacional através de seu trabalho, a partir de novos instrumentos e programas. A exploração de madeiras nobres da região foi realizada dentro das terras indígenas a partir de arrendamentos e de projetos agrícolas desenvolvimentistas do órgão indigenista, inclusive com a instalação de serrarias dentro delas. O período que se seguiu à segunda guerra mundial trouxe particularmente uma forte valorização da madeira e como consequência a expansão da atividade extrativa no sul do país.

Também podemos citar a criação de olarias nas terras indígenas como fomento de atividades econômicas onde os indígenas deveriam aprender e realizar um ofício, num momento posterior (1988). Em decorrência destas atividades, as áreas foram sendo degradadas e os modos de vida tradicionais, baseados na caça, coleta e pesca, foram à medida sendo impossibilitados. Assim, cada vez mais os indígenas dependiam da agricultura e da venda da força de trabalho para os regionais como diaristas ou então vivendo como agregados. No entanto, o processo produtivo agrícola tampouco era mais controlado pelas famílias, passando pela necessidade da compra ou obtenção de sementes através da FUNAI ou demais órgãos estaduais e municipais (sementes que já não eram as conhecidas, criolas), da utilização de adubos e insumos para correção do solo, assim como a utilização de maquinários (como tratores) e até mesmo agrotóxicos⁴⁹.

A agricultura passou a ser uma atividade para poucas famílias, que controlavam as áreas boas para o cultivo no interior das terras indígenas, enquanto as demais sobreviviam com o trabalho para terceiros ou a fabricação e venda de artesanato, esta principalmente na Reserva Indígena Condá que no início do século XXI ainda constava como principal atividade⁵⁰. Em geral a venda da força de trabalho para os produtores rurais do entorno como diaristas ou por empreitada se dão em serviços como a quebra e a colheita do milho e do feijão, a limpeza das roças e

⁴⁸ S. Bringmann, 2012 (p. 141).

⁴⁹ A. Naeke e N. Bloemer, 2007 (Pp. 89 e 90).

⁵⁰ A. Naeke e N. Bloemer, 2007 (p. 99).

lavouras, a coleta de maçãs, o corte de erva-mate e o carregamento de frangos e esparramento de maravalha nos aviários. Estas atividades ficavam à mercê da oferta esporádica, que variavam de acordo com os períodos de safras das produções agrícolas. Com a mecanização crescente das lavouras a necessidade e oferta destes serviços foi minguando. Entretanto, tal situação ainda se apresenta hoje, mas tem-se um número cada vez maior de indivíduos que estão trabalhando nas cidades do entorno das áreas indígenas, tornando-se assalariados.

2.4 – Terra Indígena Xapecó

A Terra Indígena Xapecó, ou Xapecozinho como é apelidada pelos indígenas, como supracitado, foi criada em 1902. Sob o comando do cacique Vanhkrê, as “terras Kaingang” decretadas eram uma forma de “recompensa” demandada pelos indígenas após a abertura da picada feita pelos mesmos para a instalação da linha telegráfica entre Palmas e o Rio Uruguai, entre os anos de 1890 e 1893. Com uma área que ultrapassa quinze (15) mil hectares, esta é, desde então a maior reserva da região, localizada entre os municípios de Ipuçu e Entre Rios. Antes de sua criação oficial pelo Governo do Paraná, por meio do Decreto Nº 7 de 18 de junho de 1902⁵¹, o líder Vitorino Condá, à época nomeado major, foi comandar o agrupamento de Xapecó em 1856, quando partiu de Nonoai com um grupo expressivo, calculado por volta de oitenta indígenas⁵². Existe ainda hoje uma disputa em jogo pela história indígena local, que coloca maior ou menor ênfase na agência e no protagonismo dos caciques Condá e Vanhkrê quanto ao sucesso da demanda realizada junto às autoridades à época do Império para obtenção de terras, legal e oficialmente destinadas aos indígenas.

Atualmente a área conta com catorze aldeias, sendo apenas uma delas referente à etnia Guarani, como anunciamos anteriormente, chamada Linha Limeira. As demais são: A aldeia Sede, Olaria, Água Branca, Fazenda São José, Serro Doce, Canhadão, Pinhalzinho, Serrano, Baixo Samburá, Paiol de Barro, Manduri, Linha Matão e João Veloso. As aldeias que concentram maior número de famílias são a Aldeia Sede e Pinhalzinho. Existe na área um cacique, porém pela sua extensão, cada aldeia conta igualmente com um “sub-cacique” para atuar em questões e disputas

⁵¹ L. Mota, 2012 (p. 249)

⁵² W. D’Angelis, 1994 (p. 304).

específicas das famílias aldeadas ali. No total são mais de cinco mil habitantes, tal número é entretanto uma estimativa dado que a todo momento famílias se mudam, chegam ou são transferidas de terra indígena, de acordo com uma política interna de resolução de conflitos.

A aldeia Sede, como fica expresso pela sua designação, era o antigo estabelecimento administrativo do Posto Indígena do SPI primeiramente, e da FUNAI após, tendo sido instalada esta administração apenas em 1941. Ao redor do posto foram sendo construídos os edifícios necessários ao funcionamento dos programas de saúde e educação, respectivamente o posto de saúde e a Escola Cacique Vanhkrê, esta última motivo de orgulho às crianças da área.

Também há no local uma antiga serraria, instalada em 1960 pela FUNAI (além de outras duas instaladas nas Terras Indígenas Mangueirinha no Paraná e Guarita no Rio Grande do Sul), como forma de levar aos índios uma “ocupação” e gerar renda ao próprio órgão, a partir da exploração predatória das madeiras existentes dentro da TI com grande valor comercial, tais como a imbuia, o pinheiro e o cedro. Esta serraria permaneceu em funcionamento até o ano de 1986, tendo sido modernizada em 1975 para aumentar sua capacidade, que teve uma média de produção de 1.250 dúzias de tábuas ao mês⁵³. Além da serraria, foi instalada uma olaria em 1988 (que atualmente dá nome a uma das aldeias), assim como o órgão manteve no local grandes lavouras de soja e milho. Em todas as iniciativas e projetos, a mão de obra indígena era sistematicamente utilizada, e a renda gerada permanecia junto ao órgão enquanto “patrimônio da renda indígena”. Como coloca Juracilda Veiga, tais iniciativas foram desastrosas para os indígenas: “Esse longo processo, iniciado com o confinamento em reservas, seguido pela destruição de seus recursos naturais, até a ocupação de suas terras com a monocultura agroexportadora (soja na primavera e trigo no inverno) conduzida pela FUNAI, levou a uma desestruturação da economia Kaingang, com a destruição do ecossistema, a perda das sementes próprias e o empobrecimento do solo. Nessas terras o antigo sistema indígena da roça de coivara já não funciona; o solo necessita ser corrigido com calcário e adubo, o que torna a produção de alto custo e, portanto, fora das possibilidades de custeio dos Kaingang”⁵⁴.

⁵³ A. Naeke e N. Bloemer, 2007 (p. 49).

⁵⁴ J. Veiga, 2006 (p. 75).

A prática de arrendamento de terras na área em questão foi recorrente desde a década de 1950, tendo sido prática recorrente em grande parte das reservas já existentes no sul do Brasil, e provocou aqui inclusive a contestação de terras previamente expropriadas dos índios, na região conhecida por Canhadão, permeando seiscentos e sessenta hectares, a qual integra igualmente a aldeia Pinhalzinho, perdida por tempo significativo pelos índios, mas que já foi novamente declarada como parte da Terra Indígena Xapecó, contando com um grupo de trabalho (GT) realizado em 2003. Hoje tal revisão se encontra em processo de homologação.

Ao longo do tempo, desde sua criação em 1902 até o momento atual, a reserva sofreu uma série de perdas territoriais para os proprietários do entorno, a partir de títulos e ocupações ilegais. Por sua topografia, ideal à utilização de maquinário, além de sua extensão e da qualidade do terreno, é uma área muito cobiçada para a atividade agrícola, e hoje já se encontra em grande parte desmatada por todos os avanços sofridos nas últimas décadas, com a crescente valorização das terras na região.

Além das práticas e iniciativas contestáveis mencionadas, a construção da rodovia que passam pela TI (aldeia Pinhalzinho) e das hidrelétricas (Hidrelétricas Xanxerê, Quebra-queixo, Voltão Novo e Foz do Chapecozinho) e linhas de transmissão na região afetaram muito a qualidade da pesca nos rios que permeiam e limitam a TI (tradicionalmente realizada com a utilização do *pari*) e das possibilidades já restritas de caça (considerada uma atividade masculina). As contrapartidas de tais empreendimentos foram, entre outros, o acesso gratuito à eletricidade, porém apenas nas aldeias mais populosas⁵⁵.

Enfim, nos “matos” – que consideram a morada dos espíritos – que ainda se encontram dentro da reserva, têm-se espécies de plantas utilizadas tradicionalmente para tratamentos de cura, a partir de infusões. Os poucos pinheiros não mais permitem o hábito alimentar do pinhão durante o inverno, e as pequenas roças familiares de produtos cultivados na agricultura Kaingang, como milho, feijão, mandioca, batata doce e moranga, nas demais estações tampouco são suficientes para suprir as necessidades indígenas.

Por todos estes fatores de pressão interna e externa, os aldeados de Xapecó tiveram a necessidade da venda da força de trabalho, a princípio durante as

⁵⁵ A. Naeke e S. Bloemer, 2007 (p. 45).

entressafras nas tarefas agrícolas e extrativas para os regionais como diaristas e peões, e posteriormente como veremos, de maneira constante nos frigoríficos.

2.5 – Terra Indígena Palmas

A região dos campos de Palmas, assim como os campos de Guarapuava também no Paraná, se tornou um território cobiçado durante o século XIX, a partir do processo de expansão brasileiro para o oeste, tendo sido conquistado no ano de 1839. Tais regiões eram objeto de interesse particularmente por seu relevo e geografia – os campos – ideais para a atividade pecuária. Também contavam com grandes ervais além de madeiras nobres, como o pinheiro.

Os paulistas, responsáveis por tal conquista, provocavam as divergências internas aos grupos indígenas Kaingang a fim de facilitarem a entrada nos territórios e “como resultado ocorreu a expropriação de terras indígenas e parte desta população foi dizimada”⁵⁶. Para o estabelecimento das fazendas, em 1880 foi instalada a Colônia Militar de Xopim (nome de um dos rios que corta a região). Junto à colônia militar seriam distribuídos lotes de terra aos colonos, com espaço para moradia e o cultivo, além de ferramentas e utensílios agrícolas.

Antes do estabelecimento das fazendas, em meados do século XIX, entretanto, foi tido como necessário pelo governo paulista a manutenção de um agrupamento de índios na região, então capitaneados pelos caciques Condá primeiramente e Virí após, sendo que até 1853 uma verba foi dedicada exclusivamente a este fim, além dos salários dos caciques responsáveis⁵⁷.

Apenas em 1908 foi criada, através do Decreto nº 64 do Governo do Paraná, as terras reservadas aos indígenas Kaingang da Palmas, à época sob comando do cacique Cretã (hoje também homenageado através do nome da aldeia Kaingang nos limites urbanos da cidade de Palmas/PR). Desde então esta área tem sido mantida pelos Kaingang, tendo ficado dividida na fronteira entre Paraná e Santa Catarina, após a separação dos territórios com o fim da Guerra do Contestado em 1916.

Atualmente esta Terra Indígena se encontra regularizada, com uma área de três mil e oitocentos hectares, localizada nos municípios de Palmas/PR e Abelardo Luz/SC. Ali existem duas aldeias e um total de cerca de oitocentos indivíduos, sendo

⁵⁶ A. Renk, 2007 (p. 20).

⁵⁷ L. Mota, 2012 (p. 239).

que dentre eles temos poucas famílias da etnia Guarani Mbyá. Durante muito tempo a região foi desmatada a partir de atividades extrativistas junto aos ervais e pinheiras de araucária. Assim como na TI Xaçecó, a atuação do órgão indigenista provocou grande desmatamento em Palmas. Em geral o desenrolar da atuação e convivência dos índios com o órgão em Palmas foi similar àquele ocorrido na TI Xaçecó, com forte atuação militar, a imposição de trabalhos e o arrendamento das terras.

2.6 – O Toldo Imbú

Apesar da intenção de povoar a região oeste com colonos de origem europeia e paralelamente agrupar diferentes grupos indígenas nos “cercos de paz” reservados aos índios e comandados de perto, muitos espaços tinham menor grau de interesse comparado a outros e se mantiveram à margem dos interesses especulativos. Desta forma, grupos indígenas conseguiram se manter afastados da tutela do Estado, nos locais desocupados, chamados de “toldos”⁵⁸. Não é de se espantar, portanto, que diversas terras indígenas da região tenham esta mesma denominação iniciada pelo termo “toldo” – no oeste catarinense temos três exemplos, mas eles também aparecem com frequência no Rio Grande do Sul.

Foi apenas a partir da década de 1970 que tais territórios passaram a ser reconhecidos e retomados oficialmente, através de demandas e atuação dos próprios indígenas Kaingang como protagonistas, em diferentes etapas. A história da retomada do Toldo Imbú foi marcada pela memória de indivíduos ainda vivos na época, que contaram a violência que sofreram quando crianças para serem levadas dali para a Terra Indígena Xaçecó, de localização próxima.

A extensão de terra do Toldo Imbú inicialmente estava incluída no primeiro decreto de criação da TI Xaçecó, de 1902, entretanto, apesar da existência deste documento, as terras foram sendo ocupadas e inclusive tituladas a terceiros⁵⁹. Paralelamente, a atuação do SPI era direcionada para a aglomeração das moradias indígenas no entorno do Posto (instalado em 1940), a fim de controlar mais de perto e facilitar a rotina junto aos programas e serviços promovidos. No ano de 1949, sob o comando do chefe de posto Wismar da Costa Lima, o órgão impôs a transferência das

⁵⁸ C. Brighenti, 2012 (p. 52).

⁵⁹ W. D’Angelis e V. Fokâé, 1994 (p. 46).

famílias Kaingang do Toldo Imbú para as imediações do Posto Administrativo, alugando caminhões para realizar as mudanças.

Apesar de forte atuação do juiz Selistre de Campos a favor da manutenção da área e dos direitos indígenas, esta foi sendo grilados gradativamente. Alguns exemplos de fazendeiros que conseguiram títulos da área já decretada indígena são: João Carneiro Marcondes, Antonio Simões Cavalheiro, e principalmente o madeireiro Alberto Berthier de Almeida⁶⁰. A degradação da área enquanto ocupada por fazendeiros, que tinham a ambição de realizar atividades extrativistas com o intuito último do lucro a partir da venda de madeiras, não desmotivou a intenção de famílias Kaingang de retomarem o território em 1998⁶¹.

Hoje esta TI está localizada próxima à área urbana do município de Abelardo Luz (cidade esta onde foram encontradas recentemente ossadas que se supõem indígenas). O processo de retomada desta terra culminou nos últimos anos com a demarcação da mesma que atualmente se encontra, em termos de sua situação jurídica, em processo de homologação. Tem mil e novecentos hectares e conta com mais de cento e cinquenta moradores, todos da etnia Kaingang.

2.7 – O Toldo Chimbanguê

A Terra Indígena Toldo Chimbanguê, nome dado em homenagem ao antigo cacique Antonio Chimbanguê e que anteriormente era conhecida como Toldo Irani por estar localizada à margem do rio Irani, localizada no município de Chapecó, a apenas dezoito quilômetros da área urbana, foi demarcada como fruto da atuação de líderes Kaingang no final do século XX. Formado um grupo de lideranças, o qual lutou e se organizou para reaver seu território, eles foram pessoalmente até Brasília reivindicar seus direitos.

Até a década de 1980, as famílias indígenas que habitavam a região eram agregados das pequenas propriedades agrícolas ou vivendo em espaços exíguos à margem do rio Irani. Nas décadas de 1940 e 1950 o SPI realizou recenseamentos no local e identificou 41 indígenas no local⁶². Tais propriedades haviam sido loteadas pela Empresa Colonizadora Luce e Rosa e Cia à época da colonização da região,

⁶⁰ W. D'Angelis e V. Fókê, 1994 (p. 35 e 47)

⁶¹ A. Naeke e N. Bloemer, 2007 (p. 69).

⁶² A. Naeke e N. Bloemer, 2007 (p. 58).

sendo grande parte adquirida por Giocondo Trentin em 1948 (até hoje esta localidade é conhecida como “sede Trentin”).

Em julho de 1984 foram iniciados os processos para a identificação e delimitação da área indígena. Com a posse de títulos registrados oficialmente, os colonos passaram a se opor ao processo de tal forma que foi aberto o precedente para a indenização dos mesmos. Inicialmente apenas uma parte da terra reivindicada fora demarcada em 1985 contando com 988 hectares, porém recentemente uma revisão foi realizada com a demarcação da Terra Indígena Toldo Chimbanguê II, no ano de 2000, que detém 954 hectares contíguos. No total esta TI apresenta uma população no entorno de setecentos indivíduos, entretanto, cento e dez deles são da etnia Guarani, que mais tarde abordaremos.

Esta TI não conta com uma extensão de terra grande apropriada ao cultivo. A mesma é permeada de terrenos íngremes, como encostas de morros, os quais não são agricultáveis, diminuindo a capacidade de produção e subsistência local, devido também ao grande aumento populacional no interior da área. Ainda assim, o cultivo de milho principalmente ainda é bastante difundido no local.

Existe uma disputa, principalmente travada com a outra área indígena do mesmo município, Aldeia Condá, sobre a etnicidade dos moradores desta área que na visão destes seriam “mestiços” e não “índios puros”. Tal discussão remete ao caráter menos tradicionalista desta TI em relação a outra e aos diversos casamentos interétnicos, muitos deles realizados como estratégias de colonos para continuarem se apropriando da terra em questão. Igualmente são poucos Kaingang que mantêm a língua e os rituais tradicionais, por exemplo, que estão gradativamente sendo retomados através da atuação do ensino escolar.

2.8 – O Toldo Pinhal

As famílias Kaingang que atualmente compõem a população do Toldo Pinhal sobreviveram por décadas enquanto agregadas dos colonos do município de Seara, vizinho ao de Chapecó, terras estas que igualmente ao descrito no caso do Toldo Chimbanguê foram loteadas pela empresa colonizadora Luce Rosa e Cia na década de 1940.

Na condição de agregados, eles se afastaram da rede de sociabilidade Kaingang, e estavam desarticulados até a crescente movimentação indígena regional

em torno da reivindicação de seus direitos, que ganhou folego junto às conquistas de Nonoai (na década de 1970 houve uma mobilização indígena que foi efetiva para a desintrusão de três mil famílias desta TI⁶³) e do Toldo Chimbangué num contexto próximo, assim como a onda de democratização que o país passava, com a constituinte de 1988. No ano de 1991 foi iniciada a tentativa de reaver a terra local, não sem muita discórdia e disputas com os colonos.

Atualmente a TI, localizada no município de Seara, vizinho a Chapecó, se encontra com uma população de cerca de cento e cinquenta indivíduos da etnia Kaingang. Abrange 880 hectares, porém também se encontra em processo de revisão de limites (a qual busca contemplar a área com um adicional de 4800 hectares). As famílias que habitam este local sofre o mesmo tipo de discriminação e repúdio pelos regionais do entorno, contrários à demarcação, sob o argumento de se tratarem de uma população mestiça.

2.9 – Aldeia Condá

Diferentemente do processo de aldeamento das Terras Indígenas criadas no início do século XX e dos toldos habitados de forma tradicional e retomados em período recente, a Reserva Indígena Aldeia Condá é uma área destinada a indígenas Kaingang provenientes de acampamentos inseridos nas áreas urbanas de Chapecó mais especificamente nos bairros São Pedro e Palmital. Tais bairros até o presente contam com habitantes indígenas que decidiram permanecer ou retornar ao local.

A cidade de Chapecó, que teve um crescimento exponencial a partir da última década do século XX, fora conhecida por muito tempo como Passo dos Índios e era ocupada por grupos Kaingang que com a modernização e o desenvolvimento da cidade passaram a ser vistos como mendigos pelos demais habitantes, que traziam sujeira e degradavam os locais públicos, além de possuírem hábitos reprovados pela moral citadina como a prostituição e o alcoolismo. Em geral, tais indígenas sobreviviam da venda do artesanato nos locais públicos como praças e rodoviárias e com a venda de porta em porta das casas particulares. Os materiais para sua confecção eram obtidos nas beiras de estrada e terrenos baldios da cidade. Também contavam

⁶³ R. Fernandes, 2004 (p. 195).

com a ajuda de doações da Igreja e de famílias com as quais travavam relações de maior proximidade.

Sob tais condições, a população citadina incomodada com a presença dos Kaingang em Chapecó pressionaram as autoridades locais a fim de que fosse destinada uma área específica para este povo. Foi desta forma o estopim para o estabelecimento da Reserva Indígena Aldeia Condá, tendo um estudo antropológico como base produzido em 1988. Esta reserva foi realizada a partir de um processo de escolha e não de ocupação tradicional do terreno, e através da compra das propriedades e não apenas das benfeitorias, como num processo demarcatório legal. O pagamento das terras, entretanto, é um procedimento distinto e sem bases legais, e apenas foi possível em parte pela indenização recebida pela construção da hidrelétrica Foz do Chapecó. Porém, muitos colonos que não receberam suas contrapartidas se recusam a sair do local.

Calcula-se que hoje os índios detêm 75% da posse da terra que compõe a reserva. No local existem duas aldeias, Gramadinho e Praia Bonita, e um total de moradores que supera oitocentos indivíduos. Esta área Kaingang, apesar de seu aldeamento recente e a proveniência da cidade de seus membros, é reconhecida pelas demais pelo seu caráter tradicionalista. Ainda nos dias atuais a língua que predomina entre eles é o Kaingang, tendo idosos e crianças que apenas falam neste idioma.

Outra característica marcante é o fato da atividade econômica principal ser o artesanato. É paradigmática a constatação do esvaziamento da área nos períodos de férias escolares, principalmente no verão, quando as famílias se preparam para viajar até o litoral do estado com a finalidade de venda do artesanato, parando em diversas cidades do estado. Além do fato do litoral catarinense estar em alta temporada turística no verão, e conseqüentemente contar com maior número de possíveis compradores, nos períodos do calendário escolar a prática do deslocamento sofre revéses principalmente junto aos órgãos de proteção infantil, como os Conselhos Tutelares.

2.10 – Aldeias Guarani no Oeste Catarinense

Como previamente comentado, existem duas aldeias específicas para a etnia Guarani que estão inseridas nas Terras Indígenas Kaingang do oeste de Santa Catarina: A aldeia Limeira, na TI Xaçepó, e a aldeia Araçaí, no Chimbanguê. Existe a

diferença entre estas comunidades, entretanto, por se tratar no primeiro caso de indivíduos Guarani Mbyá e no segundo Guarani Nhandeva (ou Xiripa, como alguns indígenas declaram).

O processo de colonização regional se desenrolou de maneira distinta para os grupos Guarani do que aquele apresentado anteriormente em relação aos Kaingang. De forma geral, a busca da Igreja pela catequização indígena se fez mais presente entre as etnias consideradas “mansas” como os Guarani. Tanto no oeste do Paraná quanto no Rio Grande do Sul foram estabelecidas reduções, principalmente na região de Guaíra (na fronteira com o Paraguai), que sucessivamente sofreram ataques de bandeirantes com interesses de escravizar os índios, e dos Sete Povos das Missões, ao sul, local este palco das Guerras Guaraníticas (1753-1756) e da conquista do território das Missões pelos portugueses (1801)⁶⁴.

Num segundo momento, a partir do Segundo Império, a prática indigenista de fixar em aldeamentos concentrados e circunscritos em porções de terras diminutas, sem levar em conta as etnicidades e agrupando os Guarani junto aos Kaingang, sendo estes mais numerosos na região, provocou a migração de muitos grupos para a Argentina e o Paraguai. Em decorrência destes episódios, até hoje os Guarani são taxados de nômades e estrangeiros.

Em termos mais amplos, a estratégia adotada pelos grupos Guarani, que sofreram em um período mais recente da colonização, em relação aos Kaingang, a sobre-exploração através da escravização do Estado, Igreja e particulares, foi menos combativa. Seu direcionamento era a busca das florestas e matas fechadas a fim de permanecerem afastados das imposições governamentais, na tentativas de se invisibilizarem dispersando-se em pequenos grupos.

Além deste fato, é preciso indicar que os Guarani possuem uma forma própria de ocupação do território, em muito distinta dos Kaingang. “Para os Kaingang e Xokleng, a terra de referência, considerada tradicional, tem a ver com o local das antigas aldeias, local onde o ‘umbigo está enterrado’. Ao passo que os Guarani desejam terras identificadas como Tekoá, mais do que um local já habitado pelo grupo, desejam locais onde é possível viver os costumes Guarani”⁶⁵. A presença Guarani é vasta, e principalmente, sua concepção de territorialidade esbarra com maior frequência nas imposições e avanços do capital, com suas diretrizes

⁶⁴ J. O. C. Souza, 1998 (p. 4).

⁶⁵ C. Brighenti, 2012 (p. 260).

expansionistas e sua apropriação da natureza pré-existente enquanto recurso econômico.

Com a colonização regional tal estratégia de se manterem afastados e reservados entre si, foi à medida se tornando cada vez mais difícil, chegando próximo ao impraticável. A busca pelas matas da região, por exemplo, era dificultada pela expansão das grandes lavouras e das atividades extrativistas, principalmente da ação de madeireiros. Muitos grupos Guarani do oeste catarinense não tiveram outra opção senão atravessar a fronteira com a Argentina, onde se encontra a Reserva Florestal Yabutí, na Província de Misiones. Entretanto, a rede de sociabilidade é mantida através de visitas mútuas, principalmente com a aldeia Limeira, por também serem Mbyá⁶⁶.

Um aldeamento Guarani foi estabelecido onde hoje existe a TI Xapecó, ainda no final do século XIX, a mando do major Bormann após o pedido do cacique à época sob o comando, Venâncio Condá (filho de Vitorino Condá)⁶⁷. Antigamente a região era conhecida como Toldo das Formigas, e apesar das relações inimigas existentes entre as etnias Kaingang e Guarani, o convívio é até hoje preservado, sendo baseado em acordos tácitos de usufruto de uma pequena parcela de terra pelos Guarani, sempre subordinados aos interesses Kaingang.

Atualmente a aldeia Limeira possui cerca de cento e oitenta habitantes. Localizada no município de Entre Rios, sua área não está delimitada em nenhum documento, contrariamente aos interesses dos Guarani. Possui uma escola exclusiva para alunos desta etnia, ainda que apenas com o ensino fundamental, um posto de saúde e uma *Opy* (casa de reza) central para suas crenças espirituais, comandada pela figura do *karai* (líder espiritual). As possibilidades de realização de projetos específicos, principalmente aqueles com caráter produtivo, esbarram constantemente nos entraves colocados pelos Kaingang, que se encontram em número mais expressivo e assumem um controle hierárquico interno (o cacique Guarani está submetido ao cacique geral da TI Xapecó, que por sua vez sempre foi Kaingang).

Já a aldeia Guarani Araçaí, estaria “provisoriamente” instalada nas imediações da TI Toldo Chimbangué, desde o ano 2000, devido às dificuldades encontradas para a realização da demarcação nos municípios de Saudades e Cunha

⁶⁶ Os moradores de Limeira calculam 12 aldeias Guarani no interior da reserva argentina.

⁶⁷ L. Mota, 2012 (p. 243).

Porã, no extremo-oeste do estado, com investidas contrárias por parte dos colonos que, sob a posse de títulos que detêm a três gerações, impedem veementemente esta empreitada. A aldeia é integrada por dezoito famílias, com um total de cento e dez indivíduos.

Primeiramente, no Chimbangue, ocuparam uma região de difícil acesso, porém no ano de 2010 se mudaram para o atual espaço ocupado, onde recentemente foi reconstruída a Opy e apesar de contarem com uma escola, esta se encontra desativada atualmente (o que obriga aos estudantes Guarani a frequentarem a escola Kaingang da área – a Escola Fennó). A falta de terra para exercerem as atividades agrícolas e a criação de animais, uma vez que esta TI não oferece grandes espaços para o mesmo e se encontra com muitos moradores Kaingang, faz com que as famílias Guarani tenham mais dificuldade para garantir suas subsistências e, portanto, se tornam mais dependentes tanto da venda da força de trabalho, quanto de órgãos de assistência.

É interessante notar que ambas as aldeias Guarani se destacam por estarem localizadas nas regiões mais afastadas das terras indígenas, onde os deslocamentos são mais difíceis, principalmente quanto à entrada de automóveis, mantendo assim sua intenção de menor interferência e maior distanciamento.

2.11 – Considerações Finais

Ao longo da história do sul do Brasil, ocorreu a desestruturação da sociabilidade e dos padrões culturais indígenas, quando entendido que as redes e a vivência de ambos os povos indígenas presentes na região se estendem por vastos territórios, no caso Kaingang desde São Paulo até o Rio Grande do Sul e no caso Guarani com a dispersão transfronteiriça desde o litoral brasileiro chegando à Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

A mobilidade e autonomia dos grupos foi fortemente impactada com a política oficial indigenista de fixação dos povos em “cercos de paz” que permitiram a ocupação das terras por outros grupos sociais, no caso do oeste catarinense por colonos de origem italiana e alemã. O deslocamento e o prolongamento das peregrinações mantenedoras de laços intertribais permanece, apesar de tudo, como prática permanente do *modus vivendi* indígena compartilhado principalmente entre terras indígenas, mas também para além delas.

O processo colonizador dos povos indígenas no sul do Brasil, através da ação indigenista, foi caracterizado por seu alto teor integracionista, revelado na intenção de transformar tais povos em trabalhadores rurais. Os arrendamentos mantidos durante décadas pelo órgão nas terras indígenas já decretadas no início do século XX, mesmo após sua proibição foram mantidos de forma ilegal, sendo em geral acordada uma fração no entorno de 20% da produção aos indígenas, sendo que a própria mão de obra indígena era utilizada em seus procedimentos e tarefas.

As comunidades que conseguiram se articular em um momento tardio do século XX e reaver seus territórios tradicionais, apenas conseguiram sobreviver a partir de condições miseráveis, através de trabalhos de roçar, carpir e colher nas lavouras dos regionais. E ainda existem comunidades Guarani que não tiveram êxito até o momento na retomada de suas terras.

CAPÍTULO 3

OS FRIGORÍFICOS NO BRASIL

As empresas de abate e processamento de carnes são também conhecidas como frigoríficos. O capítulo a seguir busca apresentar este ramo da economia brasileira centrado na apresentação da região estudada, as empresas presentes no local e as formas utilizadas como modelo de produção antes e durante o processo industrial em si.

O Brasil conta hoje com diversas empresas neste ramo, sendo que dentre elas um número expressivo surgiu ao longo do século XX no oeste catarinense. Tanto no meio oeste como no extremo oeste do estado de Santa Catarina, onde se localiza a cidade de Chapecó, temos uma história de tradição no setor econômico agroindustrial comandado principalmente pelos colonos de origem italiana e mais recentemente por aqueles de origem alemã. Os frigoríficos são parte deste setor, que se abastecem de produtos do campo para industrializá-los e revendê-los de acordo com as exigências do mercado interno e externo.

A indústria alimentícia é hoje a maior produção industrial de bens de transformação no Brasil⁶⁸. Nos últimos cinco anos o BNDES investiu cerca de R\$ 9,5 bilhões nos três maiores frigoríficos do país (JBS, Marfrig e Brsil Foods)⁶⁹. Dentre a categoria alimentícia, as maiores empresas são as de abate e processamento de carnes, que fazem o país ser o maior exportador mundial neste setor. Entretanto, o mercado interno é responsável pelo consumo de 75% de toda produção que consiste em: 39 milhões de suínos, 209 milhões de cabeças de gado e mais de 1 bilhão de aves.⁷⁰

A região a que nosso foco está voltado, entretanto, está concentrada na produção de aves (frangos e perus) e porcos. Sabemos porém, que o Brasil é o líder da produção de carne bovina, o que em certa medida está interligado com o setor suíno-avícola uma vez que as maiores empresas do setor alimentício do país detêm produções derivadas de todos estes animais.

⁶⁸ IBGE. Exclui-se nessa categoria, indústria de transformação, as indústrias extrativistas (2013).

⁶⁹ Repórter Brasil, caderno temático Moendo Gente: A situação do trabalho nos frigoríficos.

⁷⁰ MAPA (2011-2012).

Os frigoríficos brasileiros empregam, segundo dados do Ministério Público do Trabalho, o total de 850 mil trabalhadores⁷¹, sendo 120 mil deste montante no estado de Santa Catarina e por volta de oito mil localizados apenas na cidade de Chapecó. É, portanto, uma das maiores fontes de emprego do país. Deste número de empregos diretos, a grande maioria, podendo chegar a 85% da força de trabalho de acordo com representantes das empresas⁷², diz respeito ao que as os empregadores denominam como “auxiliar de produção”. Esta nomenclatura abrange todos aqueles que chamamos de operariado, ou o também conhecido “funcionário de chão de fábrica”.

Posteriormente entraremos mais detalhadamente na cadeia de produção e nas funções dentro das fábricas. É importante frisar, porém, que apesar do expressivo número de trabalhadores diretos do setor, há uma rede tão vasta quanto esta de produtores rurais, conhecidos como integrados. Esta tríade Integrados-Empresas-Operariado é o cerne das relações sociais que envolvem o sistema dos complexos agroindustriais.

Neste capítulo buscaremos entender como funciona o complexo agroindustrial na região que a pesquisa foi baseada, apresentando as empresas, os integrados, as plantas fabris, o trabalho realizado no interior das mesmas e os problemas dele decorrentes.

3.1 – Os Frigoríficos no Oeste Catarinense

A dinâmica econômica da região estudada é fortemente baseada no setor agroindustrial, com uma história de desenvolvimento indissociável desta produção. Ao longo do século XX foram sendo criadas empresas e cooperativas com a finalidade de levar aos grandes centros urbanos, São Paulo e Rio de Janeiro a princípio e para o exterior num segundo momento, aquilo que era produzido pelos colonos nas pequenas propriedades rurais de Santa Catarina. Hoje o oeste catarinense se tornou um polo agroindustrial, sendo as agroindústrias os principais agentes econômicos e de desenvolvimento da região.

Determinados frigoríficos se destacaram com o passar do tempo, enquanto outros foram adquiridos ou ainda decretaram falência, com a crescente concentração do setor em poucas empresas com elevados valores de mercado. Passaremos a contar

⁷¹ Sandro Sardá, Procurador do MPT de Santa Catarina.

⁷² Dados do setor de RH das empresas envolvidas no estudo.

aqui como os seguintes frigoríficos foram criados e se desenvolveram na região: Sadia, Perdigão, Aurora, Seara, Chapecó, Bugio e Diplomata.

É necessário frisar desde agora que as duas maiores empresas do ramo, a saber Sadia e Perdigão, em anos recentes (de 2009 a 2012) passaram por um processo de fusão, resultando na empresa Brasil Foods, ou BRF, em que o abate e processamento de carnes não correspondem a sua única produção e receita. Assim sendo, começaremos tratando a ambos separadamente, devido a suas origens distintas para, em um segundo momento, analisar a fusão em si.

O primeiro frigorífico criado em Santa Catarina de que vamos tratar, remonta à década de 1930. Na cidade de Videira, no meio oeste, surge a Perdigão, fruto da associação de duas famílias italianas (Ponzoni e Brandalise). O início das atividades foi com o abate de suínos, característica que muda apenas em 1955, quando passam a incluir o abate de aves na sua produção. A Perdigão foi pioneira na exportação de carne de frango no Brasil, o que passou a ser realizado a partir de 1975. Ao longo dos anos a Perdigão S.A. vai incorporando uma série de pequenas empresas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não apenas frigoríficos e abatedouros como também indústrias de couro, serrarias, frutícolas, rações, combustível, entre outras. Ainda no final da década de 1970 a empresa importa dos Estados Unidos aves para introduzir melhoramentos genéticos, e cria o Chester, uma espécie com carne concentrada no peito e nas coxas. Com o incremento da receita empresarial nos anos 1980, a Perdigão abre capital na bolsa. A partir de então o grupo passa por um processo de desenvolvimento empresarial, com a introdução do abate de bovinos, a expansão para São Paulo e Mato Grosso e posteriormente a internacionalização da marca para o continente europeu.

Apenas no ano de 1994 o controle da empresa passa a ser de acionários, sendo o acionista majoritário um fundo de pensão, deixando de ser uma empresa familiar e passando a ser caracterizada pela administração profissional. A política de expansão continua a ser perseguida, com as crescentes vendas para exportação. Diversos programas com o foco no trabalhador são desenvolvidos pela empresa, incluindo os focos de educação, moradia e aposentadoria. No ano 2000 a empresa contava com vinte mil funcionários, e era uma das marcas mais valiosas do país. Em 2003, aumenta para vinte e sete mil empregos diretos e, em 2008, ano anterior à fusão com a

Sadia S.A., a Perdigão já era um dos maiores conglomerados de alimentos da América Latina⁷³.

A Sadia, por sua vez, foi criada em 1944 na cidade de Concórdia, a 135 quilômetros de Videira, contando com sessenta funcionários, um moinho e um frigorífico. Era presidida por Atílio Francisco Xavier Fontana e contava com mais vinte e sete acionistas. A empresa também iniciou sua produção com o abate de suínos, com uma média de cem suínos abatidos por dia. Ao longo das décadas de 1950 e 1960 fizeram pesados investimentos na industrialização e tecnologia, incluindo o advento de transporte aéreo para Rio e São Paulo, a fim de manter a qualidade dos produtos que necessitavam manter-se refrigerados (a empresa de transporte Sadia mais tarde viria a se chamar Transbrasil⁷⁴). A introdução das aves na cadeia de produção se deu ainda nos anos 1960.

Logo após a expansão da marca, ocorre a abertura do capital, na década de 1970. A Sadia passa então a dedicar atenção especial à produção e abate de perus, abrindo a Sadia Avícola S.A. em Chapecó, com a construção de uma fábrica pensada então para ser especializada neste animal, em 1973. Inicialmente o produto era apenas procurado nas datas festivas de fim de ano, no natal principalmente, porém a empresa investiu na introdução dos produtos derivados de carne de peru como forma de complementar e diversificar a dieta rotineira das famílias brasileiras, até então baseadas apenas no porco, frango e boi. As seções de frios dos mercados passam a contar com o peito de peru Sadia, apresentado como alternativa mais saudável que o presunto para as refeições.

Nos anos 1980 a marca chega a quarenta países, liderando a produção de aves no Brasil, com o faturamento chegando a um bilhão de dólares. A empresa continua a se expandir, chegando no ano de 1990 a possuir um quadro com trinta e dois mil funcionários, e a partir de então procede com inúmeras aquisições e incorporações de empresas menores, aumentando cada vez mais sua participação no setor agroindustrial.

Em meio ao movimento de concentração do capital, já iniciado por ambas as empresas, Sadia S.A. e Perdigão S.A., e paralelamente à crise econômica mundial de 2008, os grupos decidem se fundir. As empresas uma vez unidas passam então a se

⁷³ Para maiores informações, a história da empresa é relatada em: SADIA S.A. Sadia 50 anos – Construindo uma história.

⁷⁴ A empresa Transbrasil chegou a ser uma das principais companhias aéreas do país.

chamar Brasil Foods, porém mantêm suas marcas prévias no mercado, uma vez que já são conhecidas pelos consumidores, mas principalmente devido à intervenção do órgão federal antitruste: o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A intervenção do CADE ocorreu devido ao receio de que, com a união das duas maiores empresas do ramo, o Brasil passasse a ter um monopólio da indústria de abate e processamento de carnes. Assim, o processo de fusão foi prolongado por quatro anos, de 2009 a 2012, com acompanhamento do órgão nas diversas etapas e decisões, através do Termo de Compromisso de Desempenho firmado, a fim de que as normas de concorrência do mercado não fossem deixadas de lado.

A Brasil Foods se tornou a partir do seu nascimento uma das maiores empresas de alimentação do mundo, sendo a quinta maior exportadora do Brasil (chegando a cem países), assim como maior exportadora mundial de aves e maior empresa mundial de proteínas em valor de mercado, com um faturamento total em 2011 de 25,7 bilhões⁷⁵. Um crescimento exponencial foi verificado, desta forma, a partir da união das duas mega-empresas que contam atualmente com mais de sessenta fábricas. É atualmente uma das maiores empregadoras do Brasil, contando com um quadro aproximado de 120 mil funcionários. É igualmente uma das empresas com maior faturamento no país (décimo segundo lugar), com o total de 2,3 bilhões de reais dos quais 813 milhões de reais sendo seu lucro.⁷⁶

Como a empresa passou a deter a 65% do mercado interno de seu setor, uma das grandes condicionantes determinadas pelo órgão antitruste foi a venda de doze das antigas marcas de seu conglomerado a uma outra grande empresa do setor que pudesse competir no mercado com a BRF. O processo de aquisição das marcas, e juntamente de granjas, abatedouros e fábricas, foi realizado no ano de 2012 em favor da Seara, então parte do Grupo Marfrig.⁷⁷

A Seara Brasil foi criada em 1956 na cidade de Seara, oeste de Santa Catarina. Foi ali a inauguração do primeiro frigorífico de grande porte da região, alavancando a empresa para o comércio exterior ainda em 1975. Foi esta a primeira empresa a exportar para a Europa na década de 1980 e nos anos 2000 torna-se a maior exportadora de carne suína no Brasil. A consolidação da marca ao longo dos anos fez com que grandes grupos conglomerados comprassem a empresa, começando pela

⁷⁵ Relatório aos acionistas da BRF (2013).

⁷⁶ Comunicação Corporativa da BRF (2013).

⁷⁷ Revista Valor Econômico 2012.

Cargil em 2005, passando para o Grupo Marfrig em 2009 e recentemente, em junho de 2013 foi comprada pela JBS S.A., líder global na indústria de alimentos, reconhecida pelo grande público através de sua marca Friboi. Para ficarmos no comparativo de produção de processados, frangos e suínos, a JBS, com a compra da Seara passou a ser o segundo maior produtor e exportador deste segmento no Brasil. Tem atualmente 185 mil funcionários, sendo 45 mil apenas neste setor.

Paralelamente a história de sucesso e crescimento de ambas marcas que originaram a Brasil Foods assim como aquela da Seara, temos outras histórias empresariais com resultados que divergem diametralmente, ou seja, de empresas que foram à falência ou que se encontram em processo de recuperação judicial. Um dos exemplos mais marcantes para a região oeste catarinense neste quesito diz respeito ao conhecido frigorífico Chapecó. Passaremos então a apresentar brevemente esta empresa, a primeira estabelecida na cidade de Chapecó.

A abertura da S.A Indústria e Comércio Chapecó (SAICC) se deu em 1952, pela conhecida figura regional Plínio Arlindo de Nes⁷⁸, inaugurando o que viria a ser o foco econômico da região pelas próximas décadas até os dias atuais. A indústria trabalhava inicialmente com o abate e processamento de suínos, assim como aquelas anteriormente apresentadas.

A Chapecó Alimentos, como viria a ser conhecida, contava em seu princípio com vinte e nove funcionários. Os negócios prosperaram e no ano de 1974 a empresa expandiu sua gama de produtos para o setor avícola, com a implantação de um frigorífico na cidade vizinha de Xaxim. Ainda em 1979 o frigorífico abriu o capital na bolsa de valores. A empresa continuou a obter grande sucesso ao longo das últimas décadas do século XX, a partir da ofensiva que inicia nos anos 1980 em busca de crescimento por meio do controle acionário de outros frigoríficos, assim como com a abertura de uma subsidiária em Buenos Aires. A partir da década de 1990 é por meio do incremento em tecnologia, assim como nos melhoramentos genéticos, que buscam o aumento do faturamento. Outra ofensiva realizada para o alargamento da empresa é a expansão para São Paulo e Salvador, a fim de melhor atender às vendas no sudeste e nordeste do país respectivamente.

⁷⁸ Além de fundador do SAICC, Plínio A. de Nes atuou em outros ramos como empresário (incluindo rádio, madeireira, cooperativa agrícola e banco). Foi vereador (1946-1955) e prefeito (1956-1960) de Chapecó, deputado estadual (1962-1966) e secretário do estado (1969-1975).

No entanto, a partir de 1996, a Chapecó Alimentos passa por dificuldades financeiras, e enfrenta juntamente uma recessão no mercado. No ano de 1999 o controle acionário passou para as mãos do grupo argentino Macri, que conseguiu tirar a empresa da concordata e continuar o processo de expansão, alcançando a marca de quarenta países e o faturamento de 65 milhões no ano 2000. Nesse mesmo ano, tem-se o aumento do número de empregados de três mil para cinco mil no Brasil, ficando entre as cinco maiores indústrias do segmento na América Latina.

Porém, no ano que se segue a Argentina entra em uma profunda recessão econômica, que afeta enormemente o grupo Macri, presidido por Francisco Macri na época um dos homens mais ricos do país. Em maio de 2003 iniciaram as demissões, até o decretamento de falência em 2005. As plantas industriais do frigorífico Chapecó foram então arrendadas a fim de que os seus credores fossem pouco a pouco ressarcidos, uma vez que sua dívida chegava à cifra de 1 bilhão, sendo seu maior credor o BNDES⁷⁹.

O impacto desta quebra empresarial foi sentido enormemente na região oeste catarinense, visto que além dos trabalhadores empregados diretamente nas fábricas, a indústria se abastecia dos pequenos produtores da região, contabilizando mil e oitocentas famílias integradas à rede desta empresa, pertencentes a oitenta e oito municípios do entorno de Chapecó. Mais tarde voltaremos a explicar esta forma de integração indústria-campo.

Esta não seria, entretanto, a única grande empresa que teve problemas financeiros na região nos primeiros anos do século XXI. Este também é o caso da empresa Diplomata, criada nos anos 1970 no Paraná, no município de Cascavel, situado no oeste do estado, por Alfredo Kaefer, que fora até 2010 um dos maiores frigoríficos do país. A importância, no entanto para o presente estudo, se dá em relação a uma de suas fábricas subsidiárias estabelecida na cidade de Xaxim.

Fechada recentemente, a porta desta sede foi palco de diversas manifestações de trabalhadores e produtores, devido ao fato da demissão em massa, com um total de dois mil trabalhadores demitidos, além das recorrentes falhas administrativas que deixaram desamparados todos aqueles que dependiam da empresa, direta ou indiretamente, após a entrada com o pedido de recuperação judicial em agosto de 2012. Diversos direitos trabalhistas como salários, décimo terceiro e fundo de garantia

⁷⁹ C. Henn, K. Silva e J. Henn, 2010 (p.12).

não foram pagos. E os credores da Diplomata ainda planejam uma assembleia para decidir o destino da empresa, sem que tenham descartado a possibilidade de decretar falência.

O alívio veio em março de 2013, quando a empresa Aurora anunciou o arrendamento por três anos do frigorífico de Xaxim que pertencia a Diplomata, reabrindo em abril a fábrica e readmitindo uma parcela dos antigos trabalhadores, com um investimento de 60 milhões de reais na planta.

A Aurora se difere das demais empresas aqui estudadas por se tratar de uma cooperativa: a Cooperativa Central Aurora Alimentos. Surgida em 1969, a partir de uma assembleia com oito cooperativas pré-existentes no oeste de Santa Catarina, decidem pela união sob o nome supracitado, tendo como matriz uma unidade em Chapecó, e sendo presidida por Aury Bodanese, um produtor descendente de colonos italianos. A primeira unidade industrial da cooperativa é inaugurada em Chapecó, completando em 2013 quarenta anos de funcionamento. Atualmente contam com três unidades fabris em Chapecó, além daquela já mencionada acima arrendada em Xaxim, de outras quatro plantas no oeste de Santa Catarina (nos municípios de Quilombo, São Miguel do Oeste, Maravilha Pinhalzinho). Contam também com fábricas no Rio Grande do Sul (em Sarandí e Erechim) e uma em Mato Grosso. Recentemente a Aurora comprou outro frigorífico sediado em Guatambu, município desmembrado de Chapecó, especializado no abate e processamento de aves.

Atualmente o grupo conta com doze cooperativas filiadas, sessenta mil produtores rurais associados (note-se aqui que, ao contrário das demais empresas apresentadas, a Aurora não tem uma relação denominada integração com os produtores rurais, mas de associação), além do quadro de vinte e um mil funcionários. Do total de funcionários diretos 85% são contratados enquanto auxiliar de produção. Ou seja, as atividades operacionais, conhecidas como “chão de fábrica” correspondem a grande maioria da força de mão de obra contratada.

Por fim, apresentaremos brevemente a história da empresa Bugio, interessante para nós mais por sua localização no município de Chapecó e sua proximidade às aldeias que foram base para este estudo, do que por sua expressividade no setor de abate e processamento de carnes a nível nacional.

A Ecofrigo-Bugio nasceu em Chapecó em maio de 1988, como parte do Grupo Bugio. É ainda hoje uma empresa familiar, que não possui capital aberto. Atualmente encontra-se como um dos dez maiores frigoríficos do município,

empregando um total de quatrocentos indivíduos no seu frigorífico. Atua neste segmento ao exemplo das indústrias maiores presentes na região, com a integração de produtores rurais. É também parceira das demais agroindústrias, fornecendo cortes de suínos para a industrialização. Abate mil suínos por dia e prevê o aumento de capacidade de produção para dobrar ainda no ano que vem (2014). Temos aqui, portanto, uma empresa de menor porte, mas ainda assim com uma história de sucesso.

É importante frisar aqui que as histórias empresariais seguem uma linha similar até os últimos anos: Havia um capital agroindustrial crescente entre os anos 1940 a 1970, com a criação e instalação dos frigoríficos que prosperaram e se tornaram grandes conglomerados (excluindo o caso da Bugio, aberta apenas em 1988). Posteriormente, nos anos 1980, temos um período de crescimento para tais empresas a nível nacional e internacional, em meio ao milagre econômico brasileiro. A introdução de avanços tecnológicos assim como a introdução de novas organizações do trabalho permitiram a continuação do empoderamento destes grupos ao longo de momentos menos prósperos do país, o que trataremos nas próximas seções. Por fim, junto às últimas crises mundiais do capitalismo temos uma última concentração do setor, com a quebra de empresas lado a lado com a fusão de outras, beirando a oligopolização do setor.

Ao longo do tempo, as empresas aqui apresentadas foram adquirindo e incorporando diversos empreendimentos, e não apenas frigoríficos, além de abrirem sucessivamente outras frentes de negócio a fim de controlarem todo o processo produtivo em que estão inseridas. O processo de concentração portanto, foi permeando continuamente toda história capitalista do setor, contando hoje com mega conglomerados que estão reiteradamente nos rankings das maiores empresas do país.

Aquelas apresentadas aqui estão relacionadas pelo setor em que atuam e por sua presença no oeste de Santa Catarina, desde seu surgimento ou ao longo de sua expansão capitalista (como o caso da Diplomata). É importante ilustrar aqui os municípios supracitados com a presença de plantas fabris com a finalidade de abate e processamento de carnes, a saber: Chapecó, Xaxim, Seara, Concórdia e Videira. Tais localidades se distanciam a pouco mais de 200 quilômetros nos seus extremos, ou seja, Videira no meio oeste e Chapecó no extremo oeste do estado. Xaxim e Seara são municípios vizinhos a Chapecó, produzindo um forte polo agroindustrial.

O fato de tratá-las aqui se dá, no entanto, primordialmente pela presença de indígenas em seus quadros de funcionários. Não estou desta forma dizendo que são as

únicas, nem as primeiras a empregarem este grupo social. Porém, foram em alguns casos, e continuam sendo em outros, empresas relevantes a níveis local, nacional e até mesmo mundial. Antes de chegarmos ao ponto de descrição desta situação de emprego, crucial para nós, necessitamos entender a relação deste setor da agroindústria pelo seu incisivo papel como ponte entre campo-cidade, que passaremos a conhecer a seguir.

3.2 – Os Integrados

O modelo de produção que devemos introduzir a seguir é baseado no sistema de integração dos produtores rurais com as agroindústrias. Este sistema está baseado em uma relação maquiada de compra e venda da seguinte maneira: Os frigoríficos para além de sua principal finalidade, o abate e processamento de carnes, participam do processo de produção em diversas outras etapas. São eles que controlam todo o processo produtivo, desde a produção de pintos, leitões e perus em suas incubadoras, passando pela produção de ração e concentrados a serem administrados para os animais, o fornecimento de medicamentos, a assistência técnica aos produtores rurais e após as etapas do processo de industrialização também são responsáveis pela distribuição e a comercialização dos produtos. Esta cadeia de produção baseia-se na relação de subordinação dos integrados pelas indústrias, assim como se realiza de forma a eliminar os intermediários do processo total de produção.

Uma abordagem sobre a relação enxerga os pequenos produtores agrícolas entrando neste sistema supostamente como donos dos meios de produção: a terra, os aviários ou pocilgas e os equipamentos. E caberia a eles a criação e cuidado dos animais até a idade de abate, ou seja, cerca de dois meses após o nascimento. Apesar disso, tais agentes nunca detêm a matéria prima de sua produção, o controle dos processos de trabalho e principalmente a sua autonomia. Eles não possuem a matéria prima porque os animais são fornecidos pelas agroindústrias e depois serão necessariamente vendidos de volta a elas. Não controlam o processo de produção porque tem que atender aos padrões estabelecidos pelas empresas de acordo com suas normas de qualidade. E por fim, não tem autonomia em nenhuma etapa do processo, porque estão unicamente atrelados a uma empresa. É paradigmático que, na entrada de cada uma das pequenas propriedades da região em que se encontram produtores integrados, é colocada uma placa de identificação padrão em que se encontra o nome

do frigorífico ao qual “pertence” aquela produção e abaixo o nome da família proprietária.

Quanto a este grupo social Sorj e Wilkinson apontam que “nas condições de produção tecnificada, o processo produtivo passa a estar determinado pelas prescrições ‘externas’ das empresas industriais, diretamente ou através da extensão rural, que estruturam o ritmo e as tarefas da atividade produtiva. Os porquês das prescrições técnicas permanecem desconhecidos para o trabalhador rural”⁸⁰ e ainda aprofundam a análise explicitando que “na luta para se preservar como produção familiar economicamente viável, esta deve aceitar as imposições que o sistema agroindustrial lhe coloca e que na medida em que as aceite vão modificando suas determinações, as bases de seu funcionamento, a sua especificidade material e ideológica, transformando-se crescentemente num agente integrado na sociedade capitalista”.⁸¹

Existe para completar por trás dos contratos de compra e venda realizados junto aos integrados, um acordo tácito entre as empresas de não aceitarem aqueles produtores que romperam contratos anteriores com as demais.⁸² Desta forma, uma vez atrelados a uma agroindústria, deve-se seguir à risca suas imposições, já que esta será sua fornecedora e compradora exclusiva. Além disso, há em muitos casos a imposição da compra dos insumos desenvolvidos pela empresa para o trato dos animais. Assim descrevemos uma estrutura oligopsônica, ou seja, aquela em que há poucos compradores no mercado, onde os produtores ficam também eles sem alternativas. Consiste, portanto, uma relação de subordinação e não na troca entre agentes independentes.

Este modelo de integração foi desenvolvido nos Estados Unidos e trazido ao Brasil pelo fundador da empresa Sadia na década de 1960, quando Attilio Fontana atuava enquanto secretário estadual de agricultura. Aos poucos o modelo foi introduzido em Santa Catarina. No caso específico da fábrica Sadia em Chapecó inaugurada em 1973, desde seu início está colocado esta forma de produção. Nesta mesma década, o modelo passa a ser adotado pela Perdigão e pelo frigorífico Chapecó (SAICC) e se alastra a partir de então como padrão junto às demais empresas da região.

⁸⁰ B. Sorj e J. Wilkinson, 2008 (p. 258).

⁸¹ *ibidem* (p. 255).

⁸² M. Santos, 2011 (p. 75).

A criação de suínos era tradicional entre os colonos no sul do Brasil de origem italiana e alemã. À época da introdução do modelo de integração “os produtores já eram em sua maioria independentes e pouco receptivos a uma relação contratual de exclusividade. Os produtores de aves, entretanto, surgiram com a própria integração”⁸³. Segundo esta passagem de Dalla Costa, podemos entender uma das formas exponenciais da relação da produção avícola com o sistema integrados-agroindústrias.

A história dos frigoríficos na seção anterior comprova o fato de que todas as agroindústrias do setor alimentício da região iniciaram seus trabalhos a partir da carne suína, pelo acesso à matéria prima em abundância na região junto aos pequenos produtores. Foi a partir da década de 1970 que iniciam as atividades industriais de frangos e perus, sendo este incremento alavancado pela agroindústria, e não por se tratar de uma modalidade de criação animal tradicional.

O fomento para a implementação de aviários foi exercido pelas agroindústrias, inicialmente pela Sadia, que percebeu uma demanda não suprida dentro do setor em que atuava até então e buscou conhecer nos Estados Unidos a tecnologia necessária, trazendo-a para o país e consolidando a empresa a nível nacional. Este fomento avícola fez com que fosse percebida a rentabilidade maior que o frango tinha em relação à suinocultura, o que provocou um crescimento por parte dos produtores e frigoríficos daquela criação e produção, passando posteriormente a ingressar na criação de perus.

Os produtores rurais foram se adaptando às exigências das empresas, cada vez maiores, inclusive investindo e contraindo dívidas para a modernização de suas propriedades. Este processo fez com que eles estivessem mais e mais dependentes das agroindústrias, se especializando apenas em uma fonte de produção. Apesar de ter no vínculo do contrato de integração determinadas vantagens, como a certeza de insumos e da venda total da produção, que pode ser traduzido pela diminuição dos riscos acarretados pelas flutuações do mercado, passam a ter maiores necessidades de investimentos se submetendo às pressões das empresas no dispêndio com tecnologia de um lado, enquanto continuam tendo seu lucro limitado por outro. Uma vez selado o contrato, a exclusividade de fornecimento de espécies e da venda a um frigorífico, não permite o controle do agricultor quanto à sua expansão e seu poder de barganha.

⁸³ Dalla Costa, 1993 (Pp. 28-29).

Assim é colocada esta situação por Dalla Costa: “Sendo o agricultor um trabalhador independente, o contrato que ele celebra com a empresa implica não a venda de sua força de trabalho, mas a realização de investimentos de capital e a adequação de sua unidade produtiva aos interesses da empresa. Dele depende o fluxo regular e constante de matéria prima industrial”⁸⁴.

Os integrados trabalham em grande parte com a força de trabalho familiar, tradicional ao modelo campesino regional, sendo este quesito inclusive buscado pelas empresas ao realizar os contratos por sua característica essencial ao capitalista, o menor custo. Porém eventualmente dispunham de mão de obra externa em algumas etapas da produção, o que muitas vezes buscavam obter junto às aldeias indígenas pertencentes na região, para a força de trabalho extra que se tornava necessária em momentos da produção que os membros familiares não eram suficientes, como o carregamento e a colocação da maravalha⁸⁵. O trabalho indígena como peão diarista, entretanto, tem diminuído com a entrada destes atores para postos de trabalho assalariado dentro das fábricas das agroindústrias. Abordaremos esta realidade no próximo capítulo. Passaremos agora ao entendimento da segunda etapa no processo produtivo, uma vez que os animais se encontram dentro das fábricas.

3.3 – O interior das fábricas

Como anteriormente mencionado, as agroindústrias de abate e processamento de carnes envolvem em sua cadeia desde a produção dos pintos, leitões e perus para o fornecimento aos criadores, passando pela fabricação das rações que serão administradas aos animais em sua fase de crescimento, e finalmente produzindo diversos derivados das matérias primas animais que são seus produtos fim. O transporte dos animais dos aviários e pocilgas das pequenas e médias propriedades até as fábricas é realizado por empresas terceirizadas, o mesmo ocorrendo para o transporte posterior ao processo industrial realizado nas fábricas, quando os produtos estão prontos para a distribuição aos mercados. Estas etapas são, portanto, terceirizadas.

⁸⁴ *Ibidem* (p. 179)

⁸⁵ maravalha são aparas de madeira utilizadas nos pisos das criações avícolas e suínas, utilizadas para manutenção da higiene local através da absorção de água e fezes dos animais.

O ciclo de vida dos frangos, por exemplo, é resumido da seguinte forma: As aves matrizes passam por inseminação artificial, os ovos gerados vão para a incubadora onde, uma vez nascidos, os pintos permanecem por um dia; são então transportados às propriedades dos integrados onde ficam pelo menos dois meses até atingir o tamanho ideal de abate; novamente serão transportados chegando às respectivas fábricas.

Uma vez que o caminhão chega na fábrica, o descarregamento é realizado por diversos trabalhadores que devem colocar as aves e porcos nas nórias ou esteiras. Quanto às aves o setor em questão é denominado pendura, pois os trabalhadores devem posicionar os animais ainda vivos de forma a colocá-los de cabeça para baixo restando pendurados nas nórias.

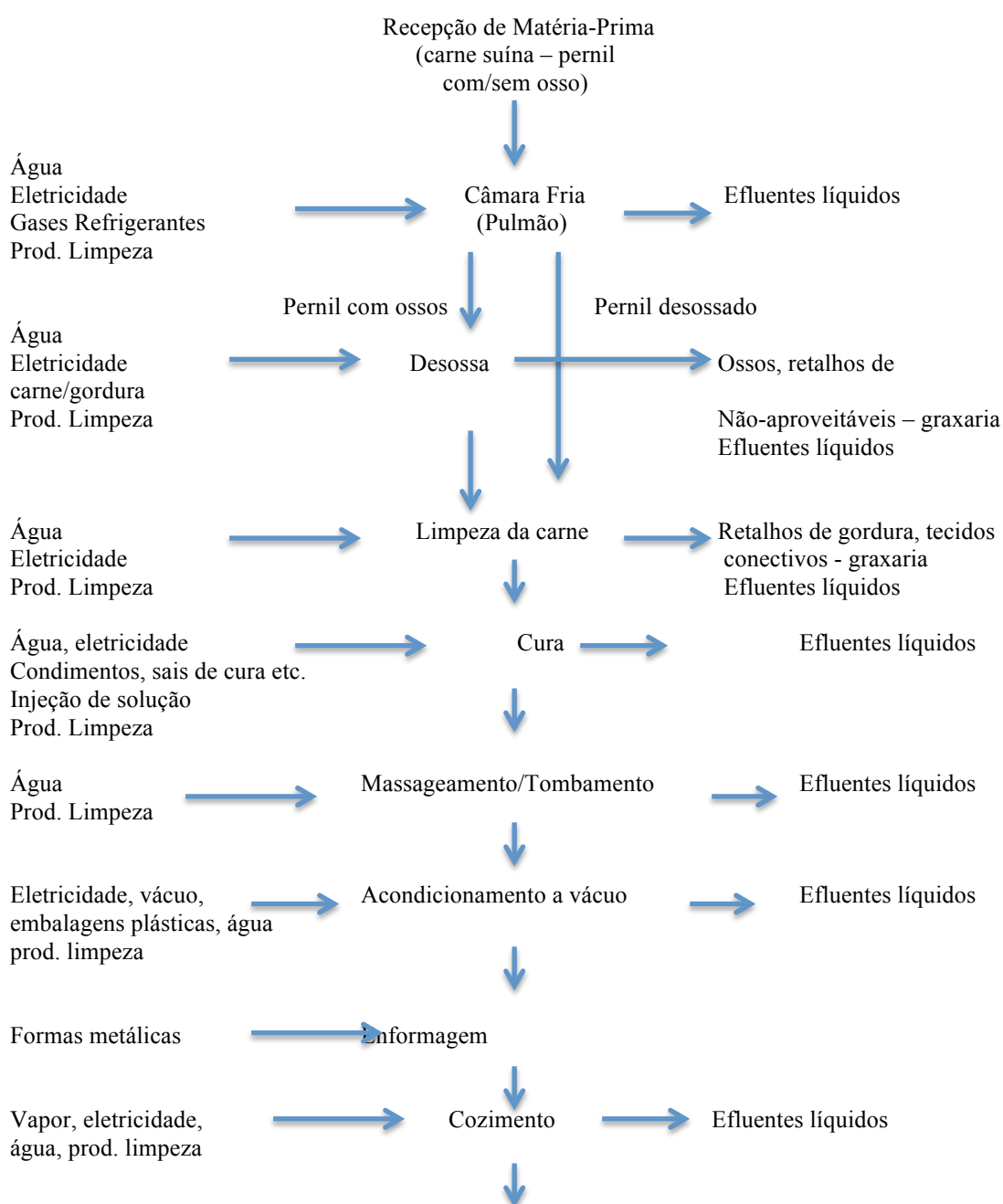
O abate é o primeiro procedimento, sendo realizado através de choques elétricos. As aves seguem para a degola, realizada por trabalhadores munidos de grandes facas. Os porcos passam pela sangria, para findar o processo de abate, pois o choque nem sempre tem o resultado fatal que dele se espera. Posteriormente os corpos recebem água quente, que para o caso das aves ajuda no próximo processo, a depenadeira. Ocorre então a limpeza, também conhecida como evisceração. O corte e a retirada das vísceras são manuais. A primeira ação faz com que os órgãos internos fiquem pendurados para fora do restante do corpo e outros trabalhadores da linha iniciam a retirada das tripas, coração, moela, fígado, pulmões, que são dispostos em calhas e seguem para outros setores de acordo com a sua utilização (venda no mercado ou aproveitamento para fabricação de ração). Também retiram papo, fezes, traqueias, goelas, cabeças e pés e verificam possíveis hematomas para serem retirados.

Após a evisceração, o restante dos corpos dos animais passa por uma esteira munida de jatos de água para serem novamente limpos. No caso dos perus, muitos ainda são vendidos “inteiros” principalmente entre os meses de maio a dezembro. Os frangos, porém, desde o início do século XXI só são produzidos desta maneira no advento de uma grande encomenda. No geral, os animais seguem para a linha de corte e desossa. É nesta etapa que a maior quantidade de trabalho humano é verificado. Nas câmaras frias das salas de corte e desossa estão inúmeros trabalhadores para além daqueles já citados que carregam, penduram e operam máquinas.

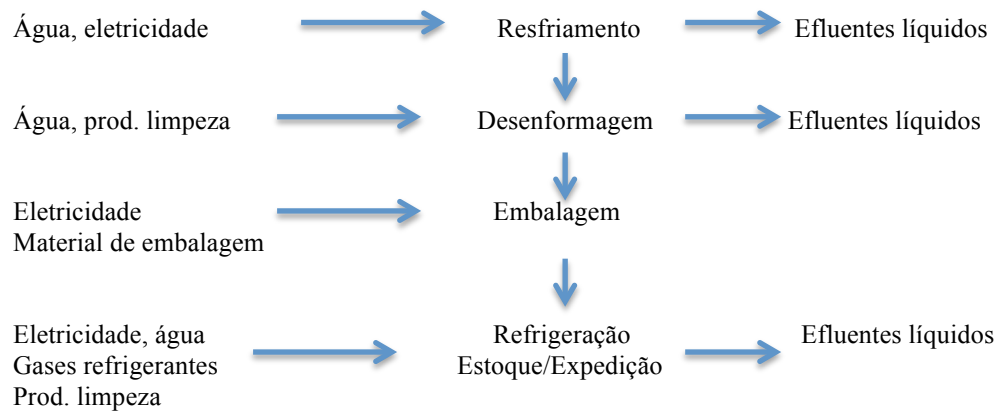
No caso dos porcos é necessário que os primeiros cortes sejam realizados com serras elétricas e máquinas cortantes. Num segundo momento, assim como para as

aves, são utilizadas facas pelos operários para os cortes específicos a cada animal: coxa, sobrecoxa, peito (aves) e lombo, costela, pernil, paleta, carré e entre outros (porco). Muitos dos produtos que chegam ao mercado são as partes animais acima citadas resfriadas e embaladas. Porém existe ainda uma série de processos aos quais se seguem para a confecção de outras mercadorias. A seguir utilizaremos um fluxograma que resume estes processos no caso da fabricação de presunto que usaremos como exemplo⁸⁶:

Figura 1- Fluxograma básico de produção de presunto :



⁸⁶ CETESB – Guia técnico ambiental de frigoríficos.



Os procedimentos que estão discriminados na figura acima em geral se encontram automatizados, sendo realizados por maquinários específicos a cada um deles, contando apenas com operadores de máquinas e trabalhadores dedicados a fiscalizar o bom andamento da produção. Além das máquinas específicas para estas etapas da industrialização, temos o processo de embalagem que ainda requer intervenção manual e setores auxiliares àqueles presentes nos frigoríficos: as caldeiras, os sistemas de refrigeração, sistema de tratamento de água, sistema de ar comprimido, sistema de tratamento de efluentes, as oficinas de manutenção, os vestiários e refeitórios.

A produção industrial é acompanhada paralelamente por uma equipe de higienização, responsável pela limpeza do ambiente de trabalho e de todo o maquinário. A limpeza é realizada constantemente de acordo com normas de vigilância sanitária, com a utilização de jatos de água quente pressurizados. Ao final de cada turno após um enxague com baixa pressão, os possíveis resíduos que ficaram sem seu destino correto na cadeia produtiva caem em drenos com redes e são aproveitados. Posteriormente é utilizado pela equipe uma solução desinfetante e jatos de água de alta pressão, além dos equipamentos tradicionais de limpeza manual como vassouras, esponjas e etc.

A produção industrial é, portanto, seriada e complexa. A confecção dos produtos finais perpassa por diversos setores, os quais dependem do efetivo trabalho realizado anteriormente. Cada etapa do processo é essencial para se atingir a qualidade demandada no mercado, através da seleção dos consumidores, mas também para o cumprimento das normas vigentes para a agroindústria em questão. Tais pré-requisitos, no entanto, não adentram as questões relativas ao trabalho dentro das

fábricas, ou seja, pouco se atem aos modelos de produção e níveis de atividades aos quais os trabalhadores são submetidos.

3.4 – Os modelos fabris

No interior das fábricas de abate e processamento de carnes temos uma mescla de características, quanto ao processo de organização do trabalho, dos sistemas fordista e taylorista com introdução mais recentemente de aspectos toyotistas⁸⁷. É curioso o dado que o modelo produtivo adotado nos frigoríficos de Chicago influenciou Ford na concepção das linhas de montagem para a indústria automobilística, como ele mesmo relatou em sua autobiografia⁸⁸. Desta forma, apesar de determinados elementos fabris terem sido conhecidos como o modelo fordista de produção, sua utilização remete em parte ao abate de animais realizado precocemente de forma setorizada.

É importante frisar aqui que atualmente as plantas fabris se diferem em seus tamanhos e capacidades assim como em sua mecanização e automação. As maiores empresas possuem plantas mais modernas e automatizadas, o que gera maiores capacidades produtivas a partir de menores quantidades de mão de obra. Entretanto, em todas elas são verificadas características, como acima mencionado, dos modelos fordista/taylorista introduzidas nos frigoríficos brasileiros em grande parte ao longo das décadas de 1970 e 1980 e toyotista a partir da década de 1990.

A introdução dos modelos de produção, criados nos Estados Unidos ainda no início do século XX, no Brasil possibilitou às agroindústrias um crescimento significativo nos anos 1980. O mesmo foi reproduzido com o advento das técnicas de produção japonesas criadas em 1970 pelos engenheiros da Toyota. Note-se de passagem que a introdução do primeiro modelo é acompanhada do “milagre econômico” no Brasil, assim como no caso deste último modelo temos em paralelo um contexto político marcado em nosso país pelo ideário neoliberal, que também influenciou no grande salto dado pela agroindústria brasileira à época, sendo alçada ao topo dos rankings mundiais de produção e exportação.

O primeiro método sistemático introduzido pelas empresas foi o modelo fordista que pode ser definido pelo desenvolvimento da produção em massa através

⁸⁷ M. Santos, 2011 (p. 114).

⁸⁸ Apud. S. Sardá, R. Ruiz e G. Kirtschig, 2009.

das suas linhas de montagem e pela superespecialização do trabalhador, entre outras características. Esta forma de procedimento que pressupõe a subdivisão do trabalho em inúmeras atividades fragmentadas tem a finalidade de maior produtividade de um lado, enquanto provoca menores necessidades de qualificações dos trabalhadores de outro. Assim, temos um modelo em que o elemento humano passa por um procedimento rápido de treinamento e é remunerado por taxas salariais baixas como contrapartida. O trabalho é parcializado, rotinizado e massificado a fim de que a empresa obtenha maior eficiência por todo o processo produtivo, desde o ingresso do trabalhador em seu quadro.

A monotonia e repetitividade das atividades exercidas pelos trabalhadores em seu dia a dia são os aspectos mais marcantes das fábricas que se utilizam do modelo fordista-taylorista. A produção em série também é ilustrada pela retirada da consciência de cada trabalhador de sua participação no produto final da fábrica, assim como de sua condição de classe. Suas bases, entretanto, foram pensadas em relação à produção, com a padronização dos produtos e a fabricação em grande escala para redução dos custos idealizada por Henry Ford.

Frederick Wislow Taylor contribuiu enormemente para o aprofundamento do que viria a ser identificado como a “organização científica do trabalho” com a racionalização dos procedimentos e a divisão entre o corpo de funcionários responsáveis pelo saber técnico e os demais, que seriam os executores. A importante introdução do cronômetro de Taylor fez com que o trabalhador fosse cada vez mais pressionado a exercer suas tarefas de forma mais rápida e de maneira monitorada incessantemente.

As plantas fabris dos frigoríficos ainda remetem em muitos a essas características acima mencionadas. A fixidez dos horários e a repetitividade e o controle das ações que devem ser realizadas de forma precisa e contínua por cada um dos trabalhadores dispostos ao longo das etapas produtivas dentro das fábricas é permanente até os dias atuais. Houve a modificação posterior do incremento das esteiras entre outros maquinários que provocaram o aceleração do ritmo de trabalho através da automação. Desta forma, o trabalhador foi cada vez mais perdendo o controle de sua produção, pois a máquina passou a ditar a velocidade que

deveria realizá-la, ou como os trabalhadores colocam reiteradamente: “Tínhamos que vencer a máquina”⁸⁹.

Podemos perceber, desta forma, como o advento do modelo toyotista não foi totalmente implementado, apenas utilizado nos aspectos que melhor convinham ao setor empresarial em questão, convivendo com elementos do modelo precedente. Tal experiência é hoje sentida por suas consequências desastrosas para o operariado, uma vez que o aumento produtivo por funcionário é realizado em paralelo ao maior nível de desgaste dos mesmos. A combinação de elementos fordistas com os toyotistas é, portanto, um modelo que privilegia em maior grau a parcela capitalista enquanto subjuga ainda mais o trabalhador. Este processo, no entanto só passa a ser percebido pelos trabalhadores com o passar do tempo, quando o agravamento de doenças ocupacionais e a crescente rotatividade de demissões e admissões dentro das empresas são intensificados a níveis inimagináveis, o que voltaremos a abordar mais a frente.

O advento de novas tecnologias a partir do ano de 1991 dentro das linhas de produção foi acompanhado pela introdução de diversos programas de círculos de controle de qualidade (CCQ) dentro das fábricas, que tinham como objetivo o incremento da eficiência do processo de produção. Utilizaremos aqui como exemplo o caso da Sadia, analisado por Maria Aparecida dos Santos, acerca do Controle de Qualidade Sadia, programa que se inicia em 1996 em Chapecó⁹⁰.

Foram desenvolvidas pela empresa duas cartilhas para os funcionários da Sadia e mais especificamente para aqueles de “chão de fábrica” a fim de apresentar uma nova ideologia de trabalho. A história contada através de quadrinhos diz respeito às novas políticas e procedimentos que a empresa estabeleceria a partir de então, as quais contavam com a participação dos operários (participação coercitiva, porém disfarçada sob a alegação de adesão voluntária pelos trabalhadores retratados na cartilha em questão). Esta participação seria requisitada quanto à solução dos problemas na fábrica, assim como formas de melhorias na produtividade. Este procedimento diz respeito a um dos pressupostos toyotistas, a saber, a utilização do conhecimento do operariado, que lhe era negado no sistema fordista. A criatividade e o senso crítico do trabalhador quanto às possíveis melhorias dentro do processo produtivo que faz parte, passa a ser utilizada para a maior eficiência da empresa e conseqüentemente maior competitividade no mercado. O objetivo último é o alcance

⁸⁹ Documentário Carne e Osso.

⁹⁰ M. Santos, 2011 (p. 177).

da qualidade buscada pelo consumidor associada ao maior rendimento da empresa capitalista que busca um aumento de produção enquanto diminui os custos, a partir do aproveitamento de ideias dos próprios trabalhadores.

Esta diretriz é acompanhada pela introdução da remuneração por metas de produtividade e participação nos círculos de controle de qualidade, que é a forma utilizadas para “persuadi-los” a participar do programa. Assim, os funcionários que trabalham em equipes e dependem reciprocamente do trabalho dos demais, passam a se autoregular como também regular o trabalho uns dos outros para que não tenha sua produtividade prejudicada. Desta maneira, além da rigidez já demandada pelo próprio processo de produção, com rígidos horários de trabalho e pausas, diversas regras, sistema de advertências e suspensões e fiscalização contínua de encarregados, os operários passam a se controlar uns aos outros.

Outros elementos do toyotismo, além dos círculos de controle de qualidade, passam a compor em parte a rotina dos frigoríficos como o princípio just in time, a introdução da informática e da robótica, os estoques mínimos e a produção vinculada à demanda. Ainda assim, trata-se de uma produção em massa, porém de uma gama cada vez mais diversificada de produtos parcialmente de origem animal (além dos cortes de frango, peru e porco vendidos congelados, temos aqueles temperados, resfriados, embutidos, empanados e etc). As fábricas possuem determinado grau de controle e variedade de produção de acordo com as demandas e encomendas, porém nunca deixam de produzir em grandes escalas e a partir da fragmentação do processo de trabalho em diversas etapas a serem exercidas linearmente por operários específicos.

A partir da década de 1990 os trabalhadores da agroindústria também passam a ser incentivados pela empresa a estudarem. De acordo com introdução do novo ideário, de novos maquinários e seus manuais mais difíceis, além da requisição do saber do operariado a proveito da empresa que se torna valorizado, se tem uma demanda por trabalhadores mais qualificados, que realizariam além do trabalho manual, relatórios e planilhas. Este processo ocorre com a instalação de escolas dentro ou próximas às fábricas, cursos e convênios passam a ser realizados para o treinamento dos operários em suas horas vagas.

Ao longo da última década do século XX até meados dos anos 2000 muitos trabalhadores se formam no primeiro e segundo grau, um menor número logra inclusive a entrada no ensino superior. Porém não há plano de carreira nem grandes

possibilidades de crescimento dentro da agroindústria, pois sua grande demanda por trabalho se dá por atividades braçais. Ocorre a partir do ano de 2005 uma novidade para o setor: a falta de mão de obra desqualificada, de indivíduos que aceitem as funções e condições de trabalho ofertadas pelos frigoríficos nesta região.

O imbricamento dos modelos fordista/taylorista com elementos do modo toyotista provocou inúmeros problemas junto aos trabalhadores, em relação ao nível de cansaço físico, mas também quanto a transtornos mentais. O aumento de acidentes de trabalho, de atestados e licenças médicas, de aposentadorias por invalidez. E o conhecimento da situação e das histórias reveladas entre famílias, vizinhos e companheiros provocou reações da classe trabalhadora: demissões e rotatividade de trabalhadores cada vez mais aceleradas, busca por outros setores econômicos para labutar e no ano de 2010 este processo culmina com a retomada do sindicato da classe, que por vinte e dois anos foi comandada sem eleições e por pelegos⁹¹.

3.5 – O operariado dos frigoríficos

As primeiras gerações que formaram do operariado agroindustrial do oeste catarinense foram compostas por indivíduos provenientes das áreas rurais da região. É importante frisar que se tratava de uma região composta majoritariamente de população rural. No início da instalação dos frigoríficos, as famílias que colonizaram o local a partir dos anos 1920, saídas do Rio Grande do Sul e com descendências italiana e alemã, começaram a ter que buscar novas formas de sustento, uma vez que seus filhos atingiam idades adultas e não havia, em muitos casos, novas terras para se estabelecerem. Assim, diversas famílias optaram por continuar o processo de colonização, mudando-se para o Paraná e Mato Grosso do Sul, enquanto outras decidiram residir nas pequenas cidades como Chapecó e vender sua força de trabalho para os frigoríficos, em meados do século XX. Nas décadas de 1970 e 1980, uma nova geração daqueles residentes no campo das regiões do noroeste do Rio Grande do Sul e oeste do Paraná também passam a incrementar a força de trabalho dentro das agroindústrias, principalmente com a diminuição do extrativismo madeireiro nesta segunda região. Este contínuo aporte de mão de obra proveniente do campo é um modelo que não se esgotou até hoje.

⁹¹ M. Santos, 2011 (p. 207).

Junto a esse processo, ocorre ao longo da segunda metade do século XX a crescente mecanização das lavouras, permitindo que as famílias dependessem cada vez menos de agregados e meeiros, que passaram a ser expulsos das propriedades rurais. Tal categoria social era conhecida como “brasileiros”. Muitos deles já viviam na região anteriormente à chegada das empresas colonizadoras, porém não possuíam o registro de terra e assim foram sendo obrigados a aceitar novas formas de convivência com os colonos chegados. Estes meeiros e agregados eram analfabetos e muitas vezes submissos aos desmandos dos donos das terras com situações miseráveis de vida. Segundo Voljniak, no ano 2000, metade da mão de obra contratada pelas agroindústrias eram antigos meeiros e arrendatários⁹². Eles buscavam melhores condições de vida, um sonho de uma vida melhor, principalmente com acesso ao estudo para eles próprios e seus filhos. Podemos perceber desta forma, como até o início do século XXI, grande parte dos trabalhadores de frigoríficos na região são provenientes do campo. Muitos deles passaram a integrar os bairros periféricos das cidades onde situavam as fábricas. Outros conseguiam manter sua moradia no campo, uma vez que as instalações fabris sempre tiveram a orientação de estar próxima aos produtores, e, portanto em cidades médias e pequenas, com áreas rurais próximas.

Como os trabalhadores contratados nas fábricas de abate e processamento de carnes tinham crescido no campo, em parte já possuíam o hábito e o conhecimento do tipo de serviço requisitado. Uma vez que na época que iniciaram os trabalhos nos frigoríficos, o processo produtivo não era muito automatizado, sua participação nas linhas de produção era relativamente similar ao que ocorria nas propriedades rurais em menores escalas. Neste período de ingresso nos frigoríficos os salários eram considerados bons, com uma flutuação em torno de dois salários mínimos e meio na Sadia⁹³. Desde então, a margem do poder de compra dos trabalhadores de frigoríficos só tem diminuído, hoje não superando muito um salário mínimo quando calculados os descontos das folhas de pagamento.

Foi junto às primeiras gerações de trabalhadores, portanto, que a Sadia em Chapecó, a exemplo de empresas do ramo com grande número de trabalhadores, passou a ser reconhecida como uma “mãe” ou seja, aquela que acolhe os trabalhadores tal qual uma família, segundo o próprio discurso da empresa – a família Sadia – sendo o dono da mesma, senhor Atílio Fontana, o “pai” do operariado. Este

⁹² Fernando Voljniak, 2001 (p.37)

⁹³ M. Santos, 2011 (p. 209).

discurso se propaga principalmente em períodos com maiores taxas de desemprego em que os grandes frigoríficos, no entanto, não são submetidos às baixas de outros setores, mantendo-se em crescimento constante.

Mencionamos ao longo dos subitens acima que o grosso da categoria de trabalhadores da indústria de abate e processamento de carnes é denominado auxiliar de produção. Esta categoria abrange diversas atividades dentro dos variados setores das fábricas. Os auxiliares de produção são constantemente fiscalizados pelos encarregados, que estão logo acima deles na hierarquia empresarial. Existe ainda o que eles apontam como o “encarregado dos encarregados”. O corpo técnico e administrativo se encontra em número reduzido na região e esta última categoria muitas vezes permanece fisicamente separada da fábrica, em geral no escritório localizado no centro da cidade. Aprofundaremos aqui as questões relativas ao trabalho assaliariado enquanto auxiliar de produção, categoria esta à qual temos especial interesse devido ao fato de que nela se inserem todos os indígenas empregados nos frigoríficos.

O trabalho no interior das fábricas frigoríficas, como anunciamos anteriormente, encerra uma série de ideologias e interesses do mundo capitalista. O constante incremento de funções em um único auxiliar de produção e a incessante demanda por maior produtividade e eficiência, são fatores que provocam distúrbios físicos e mentais nos funcionários muitas vezes irreversíveis. Segundo o Instituto Nacional do Seguro Social, responsável pela seguridade dos casos de afastamento de trabalhadores acima de quinze dias, os frigoríficos são recordistas em acidentes de trabalho, totalizando 2584 ocorrências apenas no estado de Santa Catarina em 2010.⁹⁴ Isto significa dizer, pelas contas do Ministério Público do Trabalho, que de vinte a trinta por cento da mão de obra do setor adoecem.

Foi a partir do ano de 2007, com a vinda de Sandro Eduardo Sardá para a procuradoria do trabalho instalada em Chapecó, que o Ministério Público do Trabalho iniciou uma jornada de investigações para melhor garantia da defesa do trabalhador, buscando a regularização das condições de trabalho em frigoríficos. Tal empreendimento culminou em primeiro lugar com diversas ações civis públicas e em num segundo momento, a partir do amadurecimento de discussões junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, levou à criação da Norma Regulamentadora Número 36 –

⁹⁴ Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho 2010, INSS.

Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados, publicada em 18 de abril de 2013.

A partir da maior atuação do Ministério Público do Trabalho, leis trabalhistas já existentes que não eram respeitadas pelas empresas passaram a ser fiscalizadas com maior intensidade. Novas diretrizes foram normatizadas e passam atualmente por um período de mudança e atualização das mesmas junto às fábricas no que diz respeito à segurança e saúde, principalmente nos quesitos: pausas durante o trabalho e entre os turnos de trabalho; o manuseio, levantamento e descarga dos animais; o mobiliário da fábrica; as condições ambientais de trabalho; o gerenciamento de riscos, prevenções e treinamentos; e a análise ergonômica do trabalho; equipamentos de proteção individual, entre outros.

A alta incidência de acidentes de trabalho, afastamentos e rotatividade dos trabalhadores são fatores que demonstram o quão impróprio são as condições do ambiente de trabalho das agroindústrias. As maiores causas de afastamento são decorrentes das Lesões por Esforço Repetitivo (LER) ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), também difundido pelo Ministério da Saúde como doenças LER/DORT. Tais doenças são desencadeadas com a intensidade do trabalho repetitivo. Outra grande incidência junto aos trabalhadores de frigoríficos diz respeito aos distúrbios mentais, principalmente a depressão.

Os trabalhadores, com medo de perder seu emprego, se submetem a quantidades de trabalho cada vez mais intensas, e em geral só vão se tratar quando não conseguem mais trabalhar devido à escalada de dores que sentem. Desta forma, quando se consultam com médicos, sua doença já está em estado crônico e não pode mais ser revertida. Outra característica assinalada pelos sindicatos é a falta de realização de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)⁹⁵ pelas empresas, o documento que assegurará junto ao INSS que o trabalhador tenha os benefícios acidentários previstos em lei. Muitas vezes os trabalhadores são acusados de estarem simulando as dores.

Os sintomas das LER/DORT estão relacionados a muitos fatores de risco que podem ser encontrados nas agroindústrias: trabalho repetitivo, com ritmo intenso, em posições inadequadas, sem pausas, com pressão permanente, sem controle do trabalho pelo indivíduo devido à automação da linha de produção, realizado em ambientes

⁹⁵ Art. 169 e IN 98 do INSS.

frios, ruidosos, mal ventilados, com mobiliários inadequados e com exposição a equipamentos cortantes. Para fins elucidativos, um trabalhador no posto de desossa de frango realiza até cento e vinte movimentos por minuto, enquanto estudos apontam que para não gerar doenças osteomusculares, deve-se limitar na faixa de vinte e cinco a trinta e três movimentos por minuto.⁹⁶

Segundo o Ministério da Previdência Social (MPS) os transtornos de humor também são maiores junto aos trabalhadores dos frigoríficos, com médias três vezes maiores do que os demais setores empregatícios. Muitos dos casos de depressão aparecem após as doenças físicas ocupacionais, a partir do sentimento de culpa e de inutilidade. Quando indagado se existe relação entre as LER e a saúde mental, Carlos Amorim pondera da seguinte forma: “Uma resposta concreta que pode ajudar a compreender a frequente coincidência de LER e de problemas de saúde mental, é admitir que as mesmas condições de trabalho que representam um risco de lesão física, também o são com relação ao sofrimento e ao sofrimento mental”⁹⁷.

Outras vezes, portanto, é o próprio ambiente que causa os transtornos de humor, devido à pressão por produtividade, ou por exemplo, a constante fiscalização dos encarregados que não permitem por vezes que o trabalhador fale com os demais nem vá ao banheiro⁹⁸. Relatos de trabalhadores colocam também o seu sofrimento como decorrente da grande humilhação que passam em seus trabalhos. Segundo relato da terapeuta ocupacional do INSS de Chapecó, oitenta por cento do público atendido por eles são trabalhadores de frigoríficos e muitos não conseguem retornar aos postos de trabalho.⁹⁹

A ONU, a partir de sua Comissão de Direitos Humanos, entende que o fenômeno LER/DORT ocorre por fatores conhecidos e que a continuidade das formas de produção atuais de diversas indústrias irão gerar cada vez mais trabalhadores com estas doenças. Portanto, o fenômeno crescente de operários com LER/DORT não deve ser entendido como um acidente e sim enquanto uma violência e privação do direito humano à saúde¹⁰⁰. No entanto, ainda temos para os frigoríficos os modelos de produção prejudiciais ao trabalhador.

⁹⁶ Reportagem Moendo Gente

⁹⁷ C. Amorim, 2004 (p. 14).

⁹⁸ Documentário Carne e Osso.

⁹⁹ ONG Repórter Brasil.

¹⁰⁰ M. Jansen e R. Ruiz, 2012 (p. 5).

Desta maneira, as empresas estão constantemente buscando novos trabalhadores para admitir em seus quadros, devido ao fato de que constantemente funcionários se acidentam, contraem doenças ocupacionais ou ainda se demitem por não aguentarem o serviço. Nos últimos anos há uma dificuldade crescente de contratação de indivíduos dispostos a se submeter aos desmandos das formas produtivas dos frigoríficos. Foi esta dificuldade que levou as empresas a buscarem cada vez mais intensamente a mão de obra indígena (e até mesmo estrangeira) como saída. É o que passaremos a abordar no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 4

OS INDÍGENAS ASSALARIADOS NOS FRIGORÍFICOS

Uma vez apresentados os dois contextos de inserção dos povos indígenas no sul do Brasil que nos interessa neste estudo – tanto as terras indígenas em que habitam atualmente, através do estabelecimento delas como parte integrante da política indigenista junto à formação dos povos indígenas em trabalhadores rurais; quanto os frigoríficos onde parte deles trabalha, e que compõem um dos setores agroindustriais mais expressivo na economia do país – passaremos agora a conhecer como ocorreu e tem se desenrolado esta nova fase da entrada de mão de obra indígena na esfera formal de trabalho assalariado. Para isso, abordaremos primeiramente como foi tal processo de formação da mão de obra indígena assalariada; num segundo momento apresentaremos as atuais mudanças ocorridas nos últimos anos, assim como determinados aspectos que foram introduzidos na dinâmica socioeconômica das aldeias do oeste catarinense: a mudança da rotina, os novos horários, o transporte, o recrutamento, os cargos, os salários, a economia, a educação, a saúde e as leis referentes à mão de obra indígena. Iremos igualmente caracterizar as diferenças de etnias, gêneros e gerações no tocante ao emprego formal.

4.1 – O trabalhador indígena assalariado

Neste subitem apresentaremos a novidade encontrada na região sul do Brasil, a qual é o cerne de nosso trabalho. No início do século XXI temos uma expressiva entrada de indígenas, com suas carteiras de trabalho assinadas, em empresas privadas, mais especificamente nos frigoríficos. Até então poucos indígenas haviam entrado na esfera formal do mercado de trabalho, sendo estes junto a órgãos públicos. Para além de casos isolados, a possibilidade concreta de emprego formal para os índios, era através dos postos de trabalho criados dentro das aldeias, anteriormente administrados em sua totalidade pela FUNAI, tanto nas escolas indígenas, que hoje fazem parte das secretarias de educação, como nos postos de saúde indígena que atualmente integram a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Tais empregos de diretores de escola, professores, ajudantes de limpeza, cantineiros, agentes de saúde, técnicos de enfermagem e motoristas estão presentes no espectro de possibilidades, com graus diversos de estabilidade a depender das comunidades, de suas lideranças e de inúmeros

fatores. Existem igualmente diversos indígenas que integram o quadro da FUNAI atuando fora¹⁰¹ das terras indígenas atualmente¹⁰². Quanto aos demais, trabalhavam de maneira informal e esporádica nas propriedades rurais, como mencionado no segundo capítulo.

Há, portanto, uma configuração sem precedentes do ponto de vista social e econômico, introduzida a partir deste século entre as comunidades indígenas da região sul brasileira, que remete a um contexto de trabalho específico: o indígena enquanto operariado nos frigoríficos. A relação de trabalho formal estabelecida entre indígenas e frigoríficos, ao contrário do que podemos supor, permite a manutenção dos vínculos destes trabalhadores com sua comunidade, uma vez que eles permanecem morando nas terras indígenas de origem. Este é um dado crucial para a relação de trabalho aqui evocada, uma vez que o distanciamento das terras e comunidades e a ida para as cidades perpassa uma série de mudanças na vida e reprodução social que não serão tema de nossa análise. Desta forma, não trataremos aqui de uma situação cada vez mais numerosa, e não apenas no sul país, que são os índios em contextos urbanos.

Os vínculos entre trabalhadores indígenas e comunidades são apenas em parte dificultados pelo seu afastamento diário, porém não são interrompidos. Esta característica está ligada ao fato particular desta indústria em que se inserem, por se tratar de fábricas implantadas em locais estrategicamente próximos aos fornecedores de matéria prima, no caso os animais. Assim sendo, ao contrário de produções que buscam as proximidades de grandes centros urbanos, tais plantas fabris se encontram em cidades médias ou pequenas, e relativamente próximas aos pequenos produtores, assim como das terras indígenas.

Mencionamos acima, mas se faz necessário frisar, que os trabalhadores indígenas das agroindústrias são de ambas etnias presentes no oeste catarinense, a saber Kaingang e Guarani. A predominância numérica dos Kaingang na região, entretanto, é repassada ao ambiente de trabalho fabril, permanecendo maior número de trabalhadores desta etnia em relação à Guarani. Isto não quer dizer que uns são preteridos aos outros, ao contrário, todos os indígenas dispostos ao trabalho como auxiliar de produção nos frigoríficos, no cenário atual, estão sendo contratados. O

¹⁰¹ Anteriormente, os escritórios da FUNAI se localizavam no interior das terras indígenas.

¹⁰² No oeste catarinense tais vagas na FUNAI se limitam a indivíduos da etnia Kaingang, que são 25% do quadro de funcionários da cidade de Chapecó.

mesmo pode ser dito em relação ao sexo, não há discriminação quanto a este quesito na contratação, homens e mulheres encontram-se empregados. A diferença seria que determinados postos dentro das fábricas são destinados especificamente aos homens, pela grande demanda de esforço braçal que requerem.

Atualmente, todas as Terras Indígenas da região, incluindo tanto as aldeias Kaingang como aquelas Guarani, possuem membros que são trabalhadores de frigoríficos. É preciso notar que, no contexto estudado, os primeiros empregados indígenas moravam na própria cidade de Chapecó, nos bairros mais pobres de periferia, mas ainda eram aceitos de forma isolada, sem formar uma rede ou mecanismos específicos de contratação, o que abordaremos mais adiante.

É preciso lembrar que muitos indígenas estão excluídos da possibilidade de exercerem o ofício dentro das fábricas. Podemos facilmente estabelecer a idade mínima para adentrar na esfera de trabalho formal. A maioria, aos dezoito anos, é o limite legal para que um indivíduo possa ser aceito como empregado, e tal regra não difere aos indígenas. Não há registro, junto aos frigoríficos em questão, do advento de trabalho infantil no interior das fábricas. Porém, há um interesse e uma busca por trabalhadores jovens, maiores de idade, mesmo que tenha pouca ou nenhuma experiência, mas que tenha força, saúde e vigor.

O outro extremo etário não é fixo, entretanto, é difícil encontrar trabalhadores indígenas que ultrapassem a faixa dos quarenta anos de idade (durante esta pesquisa foi conhecido apenas um homem com esta idade na TI Xaçapó). Os postos de serviço como subproletariado fabril não são suportados por aqueles com idades mais avançadas, que perderam a agilidade e rapidez dos movimentos e/ou a força física. Assim, existem cada vez mais trabalhadores jovens neste mercado, onde se promove um descarte daqueles que adoecem ou não acompanham o ritmo de produção, e por isso quanto mais nos aproximamos da faixa dos quarenta anos, menor o número de empregados.

Como existe uma alta rotatividade nestes serviços, não é de espantar que a cada ano, os jovens que recém completam dezoito anos passem a ser vislumbrados como exército de reserva de mão de obra, o que relata Celso Alvez Elias, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação de Criciúma:

“A rotatividade no setor chega a 17% ao mês e o pessoal empregado é muito novo. A idade mínima é

dezoito anos e a máxima é trinta e cinco anos e há grande concentração de mulheres, em especial no processamento de frangos”¹⁰³.

Tais características da agroindústria no setor de frigoríficos estão intimamente ligadas aos modelos de produção e às condições de trabalho apresentadas no capítulo anterior, com alto índice de acidentes e doenças ocupacionais. E os indígenas, inseridos nos frigoríficos integralmente nas funções de auxiliar de produção se encontram nesta estatística.

4.2 – O recrutamento

Sobre os aspectos básicos necessários para a admissão do trabalhador indígena pelas empresas, para além da maioridade legal e do corpo e mente sadios já mencionados, um terceiro ponto abordado pelos indígenas como imprescindível foi a posse de documentação. É importante afirmar aqui que, até os dias atuais, há um grande número de indígenas que ainda se encontram sem seu registro identitário formal, contando apenas com o Registro de Nascimento Indígena (RANI) do órgão indigenista federal. Como não é obrigatório aos indígenas o procedimento, em muitos grupos não existe como hábito corrente registrar-se oficialmente. No contexto estudado, esta situação dizia respeito a um número maior de indivíduos da etnia Guarani e uma parcela menor da etnia Kaingang.

Aos indígenas interessados em trabalhar, inicialmente a questão do documento foi crucial, como nos conta o cacique da aldeia Guarani Araçaí, Marco Mariano de Moraes:

“Até teve muito da nossa comunidade que veio sem documento [para a atual aldeia, inserida no Toldo Chimbangue]. Então no começo foram poucas pessoas trabalhar nas firmas daí, só aqueles que já tinham que foram abrindo caminho, até outros prepararem a documentação e foram se interessando e se habituando para poder trabalhar”.

¹⁰³ Revista Caros Amigos. Nº 19. Agosto de 2013.

Aqueles que não tinham em mãos a carteira de identidade e o CPF, por conseguinte não puderam fazer sua carteira de trabalho, sem a qual não seriam admitidos pelos frigoríficos. Houve então a preocupação e a busca por lideranças indígenas, empresas e poder público para realizar mutirões com a finalidade de confecção de documentos junto aos indígenas dentro das aldeias nos últimos anos¹⁰⁴.

Igualmente foi-nos abordado que, para o estabelecimento do vínculo empregatício formal, uma quarta necessidade era percebida como excludente para o caso de determinados índios, a língua. Ou mais especificamente a falta de fluência no português. Foi encontrado neste quesito o caso de dois jovens Guarani Mbyá, um residente da aldeia Limeira e outro da TI Palmas, que tinham pouca fluência em português e não conseguiram obter emprego numa fábrica após realizarem entrevistas, marcadas a partir de indicação de outros indígenas assalariados. Tais jovens passaram a se empenhar para aprimorar o aprendizado da língua em função desta nova possibilidade de vida, retornando às salas de aula na aldeia, e repensando seus futuros. A condicionante referente à língua, no entanto, não se tornou um problema corrente entre muitos indígenas da região. Em geral, os índios que estão na faixa etária em questão (dezoito a quarenta anos) são bilíngues, com poucas exceções, o que não pode ser dito para as gerações mais velhas e mesmo para as crianças, dependendo da aldeia de origem.

Inicialmente os indígenas da etnia Kaingang foram contratados pelos frigoríficos. Eram moradores das periferias da cidade ou homens que possuíam motos e moravam nas aldeias mais próximas às fábricas e, assim, detinham a possibilidade de se locomover conforme as demandas da empresa e seus horários de entrada e saída do trabalho. Estes indígenas buscavam empregos na época, e podemos dizer portanto que há certa medida decisória e protagonismo dos mesmos perante ao acesso ao trabalho formal. Segundo representantes das empresas, a partir do ano de 2003 a oferta de mão de obra foi se tornando escassa, e conseqüentemente se fez necessária uma busca mais abrangente por trabalhadores, fora das cidades e comunidades rurais que contavam com o conhecimento prévio dos postos de trabalho nos frigoríficos.

¹⁰⁴ Reportagem sobre o mutirão na seção de anexos, relata a confecção de 60 carteiras de trabalho na Aldeia Kondá.

“Veja bem com o passar dos tempos o que aconteceu? Não teve mais força de trabalho, oferta de força de trabalho. Eles tiveram que ir buscar quem? No campo. No interior. Nos indígenas. Quem quiser trabalhar, entra na empresa hoje. Tendo estudo ou não tendo estudo, entra na empresa” (Presidente do sindicato Sitracarnes de Chapecó, Jenir Ponciano de Paula).

Atualmente, na condição em que o emprego para indígenas nos frigoríficos, de certa forma, se encontra difundido entre os habitantes das terras indígenas da região, o recrutamento vem sendo realizado a partir de indicações daqueles índios que já trabalham nas empresas, como o ocorrido na situação exposta anteriormente do caso Guarani Mbyá. A indicação acontece tanto através da busca por empregos por parte de indígenas junto a outros indígenas, quanto pelas empresas que necessitam maior quantidade de mão de obra e perguntam, e até mesmo pedem, para seus trabalhadores se não conheceriam outros interessados nas vagas de emprego.

No entanto, foi-nos descrito pelos indígenas como o método de recrutamento responsável pelo crescimento acentuado de membros das comunidades nos postos de trabalho em questão, uma maneira diversa de atuação por parte das empresas. Os empregadores passaram a procurar por trabalhadores dentro das terras indígenas, ou seja, começaram a realizar idas às aldeias com a finalidade de contratação de indígenas. Esta entrada era realizada sempre com a devida autorização prévia dos caciques e lideranças, como determinadas empresas fizeram questão de o dizer, apesar de outras negarem ou camuflarem esta prática.

Era marcada uma data e definido um local dentro das aldeias, em geral uma escola ou o posto de saúde, em que um representante da firma estaria presente para realizar *in loco* a assinatura dos contratos de trabalho, ou como é denominado no local, fazer a ficha do trabalhador:

“Os próprios homens que comandam as firmas, eles vieram aqui procurar peão, eles mesmos vinham. Marcavam um local, ali ou senão na escolinha, dizendo ‘estamos chegando, quem quiser vai lá fazer a ficha’ e já contratavam aqui, no outro dia já tava indo [o

indígena para o trabalho]. Depois um foi chamando o outro.” (Pedro, Kaingang da TI Xapecó).

Tal passagem demonstra como de certa forma o emprego formal ainda é visto como um trabalho braçal de “peão”, tais quais aqueles previamente realizados como diaristas nas propriedades rurais. A utilização do plural (“*eles mesmos vinham*”) também marca como esta prática não foi realizada de forma isolada e pontual, mas através de características recorrentes, desde combinação com o cacique e as lideranças, a determinação prévia de dia, hora e local, a ida de funcionários hierarquicamente superiores (aqui colocado como “*os próprios homens que comandam as firmas*”), e por fim a apresentação dos contratos e assinatura dos mesmos ainda na aldeia, sem o conhecimento prévio real do ambiente de trabalho e suas condições. A facilitação das empresas quanto aos procedimentos realizados para a contratação nos permite perceber a profunda necessidade de trabalhadores, que estavam em falta na região¹⁰⁵.

Os frigoríficos procuravam nas idas às aldeias estabelecer contratos de grupos de pessoas em uma mesma área ou aldeia, para que fosse vantajoso para a empresa custear o transporte que atendesse o deslocamento necessário aos indígenas. Este modelo de recrutamento perdurou ao menos entre os anos de 2003 e 2010, impulsionando a entrada maciça de trabalhadores indígenas nas fábricas frigoríficas. Após o estabelecimento de tais grupos de trabalhadores em cada uma das terras indígenas da região e referente às diferentes empresas, o contingente de indígenas operários tem permanecido estável, porém variável através de novas indicações (“*Depois foi um chamando o outro*”). Ou seja, atualmente enquanto alguns são admitidos por indicação, temos paralelamente que outros se demitem ou são demitidos, mantendo um patamar estável de indígenas empregados.

De forma geral temos neste cenário um primeiro momento desta inserção através de indígenas pontuais nas fábricas; um segundo momento de recrutamento realizado em grupos de moradores de cada aldeia; e finalmente a contratação através de indicações.

Portanto, a grande causa que possibilitou a entrada de forma mais abrangente de índios nos frigoríficos foi a conjunção do modelo de recrutamento específico

¹⁰⁵ Tal dificuldade se fez tamanha a ponto de representantes dos frigoríficos do sul do Brasil buscarem no estado do Acre haitianos migrantes para contratarem, incluindo a resolução de toda burocracia desta situação.

conduzido pelas empresas (relativo ao segundo momento), associado ao incremento de transportes exclusivos entre aldeia e fábrica, segundo os horários determinados dos turnos fabris. Ante a nova perspectiva de condições de acesso ao trabalho mediante o transporte coletivo promovido pelos próprios patrões, foi possível a um grande número de indígenas vislumbrar a possibilidade de se tornar um assalariado, até então distante do alcance de muitos que não viam com bons olhos o deslocamento definitivo para as cidades, mas tampouco encontravam meios para empregar-se e permanecer em suas comunidades. Uma vez que mesmo existindo transporte público que chegue nas aldeias, este é em geral precário, possuindo horários não necessariamente em confluência com as atividades produtivas, e inviabilizando que o trabalhador atenda aos seus compromissos diários. É por esta situação que as fábricas devem então promover o transporte, e não apenas reservar parte do pagamento enquanto vale-transporte.

Até então era necessário fazer o trajeto aldeia-trabalho-aldeia por conta própria. Na maioria das vezes, os poucos indígenas que logravam estabelecer tais vínculos empregatícios se deslocavam utilizando motocicletas particulares e gastando boa parte do salário já diminuto com o abastecimento e manutenção da mesma, como mostra as passagens a seguir da entrevista:

“Antes ia todo mundo de moto. Se quiser procurar serviço na cidade, tem só ônibus de linha e a gente não tem carteira, não tem nada, como é que vai? Com a moto tem que pagar (...) vai metade do salário com a moto, então é só mais os frigoríficos para os índios arranjam trabalho”. (Simone Fernandes, 21 anos, Kaingang, Toldo Chimbangué).

O transporte por meio de ônibus e vans é terceirizado pelas empresas, e em alguns casos contaram com subsídios municipais. Também é preciso lembrar que grande parte da força de trabalho dos frigoríficos são trabalhadores provenientes de áreas rurais e que nestas comunidades ocorre um sistema similar de transporte disponibilizado, sendo que muitas vezes o mesmo ônibus faz um trajeto passando por aldeias e comunidades não-indígenas para buscar os proletários, sempre de uma única empresa. Como exemplo, temos os dados disponibilizados pela Aurora, que

atualmente conta com duzentos e vinte (220) ônibus responsáveis pelo transporte de seis mil e quatrocentos (6.400) trabalhadores de suas moradias para os frigoríficos da região de Chapecó.

O advento do transporte foi e continua sendo um grande gargalo para que o indígena possa adentrar outras esferas do mercado de empregos formais, para além do preconceito e do estigma presentes na sociedade nacional. Não à toa o investimento em um veículo, em geral motos, quando recebem seus salários com a carteira assinada é um dos principais bens buscados para satisfação dos interesses de consumo. Ainda assim, com a facilidade dos ônibus que buscam os trabalhadores indígenas em pontos pré-estabelecidos dentro das terras indígenas, muitos não aguentam e pedem demissão ou são afastados após curtos períodos de trabalho, sendo que esta rotatividade não se trata apenas entre trabalhadores indígenas, mas é vista em toda categoria no Brasil.

4.3 – A rotina

O trabalho, a partir de então, torna-se para os indígenas assalariados algo distinto ao que sempre fora, pelo modelo fabril caracterizado em suma por sua inflexibilidade em todos os seus estágios. A partir de então tudo seria determinado pelos segundos; as ações cronometradas. A fiscalização e vigilância intensas. O atraso para o transporte significaria falta. E o processo de adaptação claramente não seria fácil para todos.

O primeiro dia após a contratação era invariavelmente destinado ao treinamento dos novos funcionários. O treinamento de segurança é feito em um único dia, segundo os indígenas, independentemente dos postos de trabalho que devem ser aprendidos na prática pelos proletariados:

“O treinamento de segurança eles fazem, como é que usa o abafador, como colocar a luva. Só que afiar faca eles não ensinam, e daí os coitados sofrem lá. Tem gente que fica rasgando as carnes ao invés de estar cortando”
(Rodrigo, 22 anos, Kaingang, Toldo Chimbanguê)

Ou ainda descrito de forma espontânea:

“Entrou lá, eles largam você numa mesa e você tem que se virar” (mulher de 24 anos, Kaingang, da TI Xapecó).

Muitas vezes os trabalhadores, apesar da experiência prévia em outro frigorífico, eram apenas apresentados aos equipamentos individuais, às máquinas e suas disposições nas fábricas que diferem de firma para firma. A falta de difusão de informações e treinamentos, como por exemplo, dos dispositivos de segurança das máquinas, acarreta continuamente acidentes graves.

Os horários variam igualmente de acordo com a empresa, mas a grande maioria dos trabalhadores indígenas compõe o turno que se inicia na madrugada, o qual há maior dificuldade entre os frigoríficos para encontrarem trabalhadores dispostos. Muitos saem de casa em torno de duas horas da manhã. O trajeto varia, chegando no máximo a cento e cinquenta quilômetros de distância, segundo informação das empresas contatadas, podendo durar de quinze minutos até duas horas de deslocamento. O tempo percorrido é alvo de diversas disputas judiciais (horas *in itinere*), ao qual os trabalhadores estariam à disposição da empresa na falta de transporte público, porém não é contabilizado por elas como tempo de serviço, e em determinados casos é caracterizado como sobrejornada, segundo parecerem do Ministério Público do Trabalho.

Os horários de chegada e saída dos trabalhadores dependem também das fábricas às quais estão vinculados. Na BRF e na Seara, por exemplo, há plantas fabris em que o primeiro turno inicia às três e meia da madrugada e vai até uma hora da tarde. Já na Aurora e na Bugio, começam às cinco horas da manhã terminando às duas horas da tarde. Ainda assim, a saída do ônibus de volta às aldeias, no final do turno de trabalho, depende em parte dos operários atingirem as metas de produção, o que permite muitas vezes a variação dos horários de retorno à aldeia. Aqueles que realizam suas metas diárias em menor tempo devem esperar aos demais colegas que dependem do ônibus. Conforme podemos notar, as informações variam, e percebemos que os trabalhadores tem pouco controle de sua carga horária diária e semanal, e menos ainda da quantidade de horas extras prestadas:

“Na Sadia meu turno era o primeiro. Ia das três e meia da manhã até as duas da tarde. Na Aurora era das cinco

da manhã até quinze para as duas da tarde” (Sandro Glória, Guarani, 30 anos).

“O horário é até às duas horas, mas vamos até três e meia. Nós temos que fazer uma hora e meia a mais todos os dias para não trabalhar no sábado” (jovem rapaz, Kaingang, 28 anos).

“Eles não pagam hora extra, nenhuma empresa paga. As que dizem que pagam é tudo mentira. A gente amanhecia trabalhando sábado, saía dez horas de noite de casa e não ganhava um real” (homem Kaingang, morador da TI Xapecó).

“Eu nem sei te dizer quantas horas trabalho na semana, mas é puxado” (jovem rapaz, Kaingang, Aldeia Condá).

“Sábado a gente saía um pouquinho mais cedo de casa e voltava também mais cedo, até meio dia ou onze horas” (mulher Kaingang, moradora da TI Xapecó).

Uma vez que chegam aos frigoríficos, os funcionários devem ir aos vestiários, a fim de trocar de roupa e colocar os equipamentos de proteção individual (EPI). O tempo levado entre a porta de entrada do frigorífico e os minutos de troca de roupa é outra questão de disputa pela classe trabalhadora através dos sindicatos do setor para ser incluído na contagem de tempo de serviço. Mas as reclamações entre os indígenas vão ainda mais fundo:

“A gente chega lá e nem tem roupa para trabalhar. É chegar e pegar o que tem. Outro dia eu estava com uma calça extra grande, que ficava aqui no peito. Teve um dia eu não quis ir trabalhar, fiquei sentada no vestiário e disse que não ia trabalhar enquanto não tivesse roupa,

ai o encarregado desceu com uma para mim” (Simone, Kaingang, 21 anos, TI Toldo Chimbangue).

“Muitas vezes tem buracos nas roupas e é perigoso, além de ser muito frio nos frigoríficos. Onde eu trabalhava também não tinha os jalecos de aço, como na Seara tem para proteger. Começa com a roupa, aí depois vai para outra coisa. Não tem isso, não tem aquilo e assim vai” (Elisângela, Kaingang, 25 anos, TI Xapecó).

Estas falas demonstram como o respeito para com o trabalhador e os quesitos de segurança no trabalho são ainda assuntos que devem ser melhor enfatizados pelos frigoríficos e que representam fontes de preocupações diárias aos operários, para além dos incidentes que acontecem. O respeito e a segurança são algumas razões, entre diversas outras, pelas quais os indígenas não conseguiram se adaptar ao esquema de trabalho, permanecendo por períodos de tempo irrisório enquanto assalariado nas fábricas. A seguir alguns trechos que demonstram problemas encontrados durante o processo de adaptação e das dificuldades encontradas:

“Eles trabalhavam um pouco e viam que era muito pouco o salário, não tinham incentivo e acabavam largando” (Cacique Guarani Marco de Moraes, Aldeia Araçai).

“Eu saí por causa que trabalhava demais e o salário era muito pouco, era muito pesado, porque era contínuo e você é tratado como uma máquina. Eu não conseguia trabalhar naquela rapidez da esteira [da mesa de corte]” (Rosane, Kaingang, Aldeia Condá).

“Eu não aguentei a comida lá deles [na Sadia], é nojenta e não tem outra opção. Só que trabalhar aquele

tanto e não comer nada é impossível” (Luís, Guarani, Aldeia Araçai).

“Eu trabalhei na Seara por dezessete dias. Eu sei trabalhar, não precisa ninguém ficar me mandando. Eu sei fazer meu serviço. Sei terminar meu serviço antes de fechar o horário. E daí os caras acham que porque a gente é índio já acham que a gente é burro né. Mas já encenquei. Claro, porque é índio tem que fazer o que eles querem. E desaforo pra perto de mim não” (Cacique Idalino Fernandes, Toldo Chimbangue).

O autoritarismo presente nas relações internas dos frigoríficos impõe medo nos trabalhadores através das penalidades, chamadas “ganchos” e advertências. O sistema de penalidades é baseado nas advertências como primeira instância. A partir de três advertências o operário leva um “gancho”, ou seja, é obrigado a ir para casa e tem dois dias descontados no salário, o que de acordo com os indígenas são sessenta reais por dia que descontam. A cada três “ganchos” o empregado pode ser demitido por justa causa devido à insubordinação. Tais advertências podem ser dadas por motivos múltiplos: não cumprimento dos horários, que são estabelecidos de forma extremamente rigorosa, insubordinações e destratamentos de superiores são alguns exemplos das práticas recorrentes neste modelo de ambiente de trabalho.

“Três ganchos e eles mandam embora sem direito a nada” (Pedro, Kaingang, TI Xapecó).

“Tem cinco minutos de tolerância, se bater um minuto a mais, eles dão advertência e mandam para casa. Hoje mandaram três por causa disso” (Simone, Kaingang, TI Toldo Chimbangue).

“Você dá uma xingada no encarregado e ele já te dá uma advertência, e tem que xingar porque a pessoa

perde a paciência” (Marcos, Kaingang, Toldo Chimbangué).

Há, portanto, uma dose de autoritarismo presente nos frigoríficos, que funcionam com muita pressão psicológica sobre os subproletários, em meio à condições extremas do ambiente de trabalho, com temperaturas baixas que chegam a oito graus e ruídos que ultrapassam continuamente os 80 decibéis tolerados legalmente, além do esforço físico demandado, com movimentos rápidos e precisos necessários para realização do serviço de forma contínua e em números acima do suportado sem danos ao funcionário.

Junta-se a isso a discriminação e o estigma que os indígenas sofrem diariamente, como o exemplo da passagem transcrita acima da fala de Idalino Fernandes, que associa o índio à falta de capacidades intelectuais, assim como ao próprio animal, burro. A questão do desrespeito e da discriminação reaparece nas falas a seguir:

“É muito sofrido, é muito desrespeito com os índios lá, os serviços mais pesados sobram para os índios” (Gerson, Guarani, Aldeia Limeira).

“A maioria é índio que está desossando palheta, porque é muito pesado e os outros não aguentam” (vice-cacique Kaingang do Toldo Chimbangué).

“O pensamento deles é que os índios, porque andavam carregando pau nas costas, podem carregar tudo quanto é tipo de peso” (José, Kaingang, TI Palmas).

Esta exclusão acontece igualmente devido à grande discriminação que persiste na sociedade nacional junto aos indígenas, principalmente em relação ao trabalho. Considerando a designação de “bugre” utilizada até hoje em relação aos povos indígenas no sul do Brasil, pode-se perceber o caráter pejorativo da mesma, não apenas com seu indicativo animalesco e selvagem, mas também especificamente de um animal avesso ao trabalho contínuo e constante. As ressalvas que a sociedade do entorno demonstra para com os indígenas estão aí presentes e tais ressalvas se fazem

ainda mais marcantes na região estudada, dado que a população local é majoritariamente descendente de colonos italianos e alemães que tem como cerne da existência e identidade o labor. Temos, portanto, um somatório de fontes de discriminação: Aquela existente no dia a dia, é acentuada pelo fato de se tratar de um ambiente profissional, com demandas extremas sobre os trabalhadores.

Apesar da discriminação e do entendimento alheio na sociedade, que projeta no índio o estigma de preguiçoso, a rotina diária do trabalho nos frigoríficos é por si só extremamente exaustiva (sendo a categoria com maior número de acidentes de trabalho no Brasil), e ainda temos entre os jovens indígenas que trabalham nas agroindústrias aqueles que paralelamente estudam (foi conhecido um caso de um trabalhador que também cursava a faculdade de engenharia, mas existem outros que cursam o ensino médio no período noturno) assim como existem adultos que após o seu turno de trabalho nas fábricas ainda fazem pequenos serviços na terra, sem contar com as mulheres que cuidam dos filhos e dos lares após o trabalho.

4.4 – Os postos de trabalho por etnicidade e gênero

A rotatividade dentro das fábricas é um dos aspectos que marca o caráter subproletário em jogo nos frigoríficos. O fato das atividades requeridas nos serviços dentro dos frigoríficos contarem com o trabalho braçal, repetitivo e exaustivo faz com que os trabalhadores rapidamente se cansem ou se lesionem, muitas vezes incapacitados por longos períodos e até mesmo se aposentando por invalidez.

Aos indígenas são delegados os postos de trabalhos considerados mais sofridos (“*os serviços mais pesados sobram para os índios*”). Entre eles estão: a desossa, a pendura, a sangria, a evisceração, a higienização, o empacotamento, o encaixamento, o carregamento e o descarregamento, entre outros. As mulheres em geral se ocupam no setor de desossa ou na higienização, sendo esta última função considerada a melhor opção, ou como os próprios indígenas hierarquizam:

“A higienização é o serviço mais leve que tem para nós [indígenas mulheres] no frigorífico” (Rosângela, Kaingang, TI Xapecó).

O serviço de higienização do maquinário é descrito da seguinte maneira:

“Ela passa os químicos e ensaboa tudo, depois vem os homens com os jatos de água e eles enxaguam tudo”
(Cacique Marco, Aldeia Guarani Araçaí, sobre a função de sua esposa).

Já o setor de carregamento e descarregamento, que depende de muita força física, também alegam carência de pessoas interessadas:

“Tem branco que entra, mas estão saindo. Quem aguenta ali é só os índios. Só os índios estão batendo caixa, de cinquenta quilos a mais de carne para colocar na esteira. Eles enchem de carne dentro e tem que erguer à muque para colocar na esteira. E a esteira é alta ainda”. (Marcos, Kaingang, Aldeia Kondá).

Por outro lado este setor é valorizado pelo fato de não ser realizado dentro das câmaras frias, como é relatado na seguinte passagem:

“É um serviço que o corpo descansa. É fora num galpão grande. Vem um caminhão e descarrega e tem um intervalo até chegar o outro. Lá dentro [nas câmaras frias] não tem tempo para nada”. (Gerson, Aldeia Guarani Araçaí).

O mesmo pode ser dito da pendura, porém com maior grau de problemas devido ao contato direto com os animais ainda vivos, frangos e perus, e no caso deste último dificultado pelo peso do animal. Já sangria de porcos, procedimento que ocorre após o choque elétrico para o abate dos animais, é um setor em que há apenas homens, munidos de facas grandes:

“O porco entra lá e cai aqui e tem o cara que choqueia, e às vezes o porco pinoteava e caía meio vivo ainda, daí

eu sangrava na veia dele para acabar de matar”
(Rodrigo, Kaingang, Toldo Chimbangue).

A desossa da palheta de porco é descrita igualmente como exclusiva aos homens, devido ao alto teor de força física utilizada nesta função:

“Tem que cortar em roda do osso ali, depois baixar um pouco a carne para atrás e tem que puxar para a carne sair. Tem que fazer bastante força. Mulher não consegue. A maioria que faz isso é dali da área [indígena] que está lá desossando. Mas tem mulher que faz força também, para tirar a pele da palheta e jogar para o lado” (vice-cacique Kaingang do Toldo Chimbangue).

Já as demais partes do porco, assim como das aves, são desossadas também por mulheres:

“Na minha mesa [de desossa] são três mulheres, eu e outra aqui da área e uma de fora” (Simone, Kaingang, Toldo Chimbangue).

Muitas vezes o corpo e a mente ficam exauridos em um determinado serviço, e para que as doenças não se agravem, uma das práticas correntes buscadas principalmente pela justiça e através de pedidos médicos, é a mudança de posto de trabalho dentro da própria empresa, numa tentativa de que o trabalhador não perca o emprego, sem no entanto ter que comprometer o funcionamento de algum órgão ou membro. Assim, além de saírem dos frigoríficos e após um tempo ingressarem em outros, muitos indígenas também trabalharam em diferentes setores dentro de uma mesma empresa:

“Somando os tempos da Sadia e Aurora, trabalhei uns cinco anos e meio, por aí. A minha função na Sadia foi desossador de frango e na Aurora foi no encaixamento

de presuntos, no setor de presuntos, e também trabalhei no setor de vísceras” (Sandro, 30 anos, Guarani).

“Comecei, daí parei. E dali a pouco entrei de novo. Eu trabalhava na sangria, trabalhei na higienização das máquinas e na mecânica” (José, jovem Kaingang da TI Xapecó).

Apesar do espectro de possibilidades, assim como da possível permuta de funções dentro ou dentre as empresas, tais funções estão sempre inseridas na categoria abrangente de “auxiliar de produção”. Isto significa dizer que os indígenas encaixam-se somente nos empregos do patamar mais baixo do nível hierárquico dos frigoríficos, já que, como diversos deles apontaram, “*nunca teve um índio de encarregado*”. Este é mais um aspecto visto por eles como fonte de discriminação, como nesta fala do cacique do Toldo Chimbanguê, Idalino Fernandes:

“É o que eu te digo da discriminação. Meu cunhado faz seis anos que ele trabalha lá, e ele entende tudo de desmontagem de máquina. Daí invés de passar ele para encarregado, eles trazem um branco de fora, mandam ele ensinar tudo e não promovem ele. Por que eu não tenho oportunidade e tenho que ensinar o outro para ter?”

A necessidade de repassar os conhecimentos entre os próprios trabalhadores é recorrente, uma vez que passam por poucos momentos de treinamento e cursos para aprendizagem dos ofícios. Porém, como vemos acima, independente do conhecimento e trabalho de um operário indígena, ele permanece invariavelmente como auxiliar de produção.

Atrelados aos níveis mais baixo da hierarquia empresarial estão certamente os salários mais modestos, em geral igual ou próximo ao salário mínimo (uma vez que se trata de um emprego formal, este é o patamar estabelecido nacionalmente ao qual as empresas devem se submeter, a saber o piso atualmente está em R\$ 678,00 e com atualização anunciada para R\$ 724,00 a partir de janeiro de 2014). Quanto ao quesito

salarial, há uma insatisfação geral quanto ao volume de trabalho que deve ser realizado e que não gera muita renda líquida. Como vimos em passagens anteriores, há um discurso que se resume ao “trabalha-se muito e ganha-se pouco” assim como a percepção de que é muito sofrimento, mas é no presente uma (ou nas percepções de alguns a única) alternativa possível. A folha de pagamento, segundo os entrevistados, varia conforme a empresa, porém o salário permanece “*lá para setecentas pilas*”. No geral, entendem as diferenças como irrisórias, englobadas no patamar do salário mínimo. De toda forma, a luta do sindicato local é a favor do estabelecimento dos salários nas empresas iguais para cada posto de trabalho, a fim de não existir discriminação a partir de outras variantes externas ao serviço prestado pelo indivíduo (como o fator étnico). As diferenças salariais entre as empresas são minimizadas das seguintes formas pelos indígenas:

“Na Sadia pagam bem, mas aí a folha de desconto deles é assim bem grande, isso porque tem as coisas de lazer que eles colocam” (rapaz jovem Kaingang, TI Xaçepó).

“Todo mundo com carteira assinada ganha um salário mínimo aqui na aldeia” (Elizete, Guarani da aldeia Limeira).

A referência aos descontos inseridos com as “coisas de lazer” na folha de pagamento vão desde espetáculos de teatro, concertos musicais, o clube de funcionários e as equipes esportivas criadas junto às empresas maiores, sendo os times de futebol (de campo e futsal) da Sadia especialmente reconhecidos no estado, cotando com títulos nacionais e internacionais.

Por fim, é interessante ressaltar, que não há uma discriminação interna às terras indígenas entre aqueles que trabalham ou não, em especial pelo fato de se tratar de empregos por períodos em sua maioria na faixa de um a dois anos, dificilmente ultrapassando cinco anos. Tampouco aqueles que assumem funções na hierarquia de postos de liderança nas aldeias dispensam os empregos formais, ainda que tenham dificuldade em assumir ambos os compromissos. Como pode ser notado nos trechos transcritos, o vice-cacique do Chimbangué é atualmente assalariado. O cacique Idalino chegou a entrar, porém não permaneceu. Outro exemplo é o ex-cacique da Aldeia

Condá, Éder, que trabalhou no frigorífico, mas se demitiu para exercer a liderança, a qual demandava presença e atuação recorrentes. Em outra ponta, o caicique geral da Terra Indígena Xapecó é professor da escola indígena e consegue conciliar as duas ocupações (política e profissional) nos últimos três anos.

4.5 – Atividades econômicas e educação

Há, entretanto, vantagens inerentes ao trabalho formal, sendo grande parte delas as garantias dadas pela consolidação das leis trabalhistas. Um aspecto que poderia ser considerado vantajoso é a estabilidade. No entanto, é falacioso nesta situação específica dado que, como mencionado anteriormente, a rotatividade é altíssima no setor e perfaz assim o caráter subproletariado, que permanece enquanto tal à margem no mercado de trabalho formal. Ainda assim, por mais instável que seja, quando comparamos às atividades econômicas vislumbradas e exercidas pelos indígenas, percebemos uma busca pela entrada no setor agroindustrial em questão que os emprega. Isto ocorre porque as alternativas são tão ou mais difíceis para eles. As contradições inerentes ao subproletariado ainda são encobertas pelos alcances, a curto prazo, de bens pessoais a que antes não tinham acesso.

Foi unânime durante a pesquisa de campo a resposta de que o emprego nos frigoríficos havia sido o primeiro emprego dos indígenas entrevistados com carteira assinada, jovens ou não. Para além dos trabalhos possíveis nas propriedades rurais adjacentes, quando eram procurados pontualmente para serviços nos períodos específicos da safra e plantação, os índios também tinham como atividade o plantio nas próprias terras indígenas e o artesanato como fonte de renda. Para o caso das mulheres, eram também requeridas enquanto faxineiras nas casas particulares, ainda assim se tratando de um emprego informal.

Dentre tais práticas, o artesanato permanece como o mais difundido, sendo ainda a atividade principal em algumas aldeias. É importante mencionar aqui o caso da Reserva Condá, onde há uma busca por manter regras culturalmente tradicionais. O artesanato é uma das formas mais marcantes enquanto diacrítico cultural, principalmente por ser uma atividade cultural que se mercantiliza e tal qual, adentra à lógica capitalista que a todo tempo oprime os povos indígenas da região. Porém, enquanto atividade encontra-se cada vez mais restrita a mulheres. Poucos são os homens que o tem como hábito e ainda assim em idades mais avançadas.

Quanto ao trabalho na terra, há extrema diferença de abordagem e situação entre as etnias Kaingang e Guarani, como apresentado anteriormente no capítulo dois. O fato de um povo contar com terras demarcadas enquanto o outro não, faz desta discrepância um tanto quanto óbvia. Historicamente a relação econômica entre os Guarani quanto ao exercício da agricultura se fazia mais presente do que entre os Kaingang, o que permite-nos entender como tal diferença provoca-lhes ainda mais profundamente o sofrimento pela dependência da venda da força de trabalho no mercado capitalista. Muitos indígenas são categóricos quanto às possibilidades de subsistência pela produção na terra, e se comparam aos pequenos produtores devido às diferenças que perpassam neste interím:

“Não dá. Não ganha nada nisso aí [o cultivo agrícola] e ainda às vezes perde tudo” (Gerson, Guarani, Aldeia Araçaí).

“Para isso [o trabalho na terra] você tem que ter suporte, você tem que ter o começo. O pequeno agricultor ele tem incentivo de tudo quanto é lado. O índio não. Ele planta lá dez ou doze saquinhos de sementes e tem o seguro agrícola. Se não der nada, ele não perde nada” (Idalino Fernandes, Kaingang, Toldo Chimbangué).

“O problema é que a gente não pode fazer financiamento, porque a terra é da União, então ela não serve para nada” (João, Kaingang, Toldo Pinhal).

A diferença do tamanho das terras indígenas influencia também, devido ao maior ou menor grau de arrendamentos presentes, que faz com que existam disputas internas sobre o comando de áreas boas para o cultivo, o que provoca a impossibilidade de grande parte das famílias terem extensões maiores e melhores para exercer a atividade agrícola, como no caso das terras indígenas Xapecó e Palmas. Ainda há aqueles que plantam e criam animais para consumo próprio em pequenas quantidades, porém para que tivessem competitividade no mercado e se sustentassem

desta atividade, necessitariam maior grau de mecanização de sua lavoura, como ocorre com as pequenas propriedades do entorno. Afinal, temos um deslocamento da relação entre a agroindústria e os povos indígenas nesta região. Antes tal relação era centrada na disputa por terras, a partir das agroestratégias¹⁰⁶, como a expansão da fronteira agrícola, e hoje o foco transformou-se na relação trabalhista, devido ao aumento da demanda por trabalhadores nas indústrias frigoríficas.

No fim, concordam que a venda da força de trabalho é um caminho igualmente duro por sua condição sócio-cultural e sua miséria, quando apontam como são inseridos na sociedade nacional, como no trecho a seguir:

“Eles querem ver o índio como a quinhentos anos atrás e hoje a gente já não consegue. Nós temos nossos costumes também, mas tem que achar um meio melhor de sobreviver. A maioria dos índios tem que sair para trabalhar nos frigoríficos porque não tem outra alternativa”. (Éder, Kaingang, Aldeia Condá).

No caso das mulheres, um agravante particular do trabalho nos frigoríficos é, a possibilidade de engravidarem. Tal situação é delicada pelo grande esforço demandado nas horas de trabalho e são raras aquelas que conseguem permanecer em suas funções durante o período de gravidez. No ano de 2013, conforme entrevista com o representante do sindicato Sitracarnes, duas indígenas foram demitidas estando grávidas. Sob a interferência do sindicato uma delas foi reintegrada ao emprego e apesar da tentativa de voltar ao trabalho, desistiu logo após pelas dificuldades encontradas. Elisângela, Kaingang de 24 anos e moradora da TI Xapecó, se demitiu quando engravidou dizendo ser incompatível o trabalho com a gestação, além de ter contraído uma grave doença respiratória enquanto trabalhava na câmara fria, a bronquite.

Junto aos jovens não é diferente. O discurso de jovens Guarani, assim como de jovens Kaingang, é que o emprego em questão lhes possibilita o estabelecimento de seus próprios lares e famílias mais facilmente. Tal intenção é corrente entre os indígenas em idades menos avançadas que seus pares brancos. Ao contrário, a

¹⁰⁶Almeida, Alfredo W, 2010.

permanência na escola, para aqueles que não a terminaram ao completar dezoito anos, ou ainda o ingresso no ensino superior, não lhes permite independência e tampouco garantia de acesso a melhores postos de trabalho no futuro. É o que revela as seguintes passagens:

“O índio estuda até essa série [final do ensino médio] e daí tem que ir para os frigoríficos porque não tem para onde ir, não tem incentivo de ninguém. A minha mulher terminou o terceiro ano [do ensino médio] e agora tem que trabalhar pegando frango. Onde é que já se viu? O quê que adianta estudar?” (Rodrigo, Kaingang, Toldo Chimbanguê)

“Eu até pensei em estudar, eu queria ir para a faculdade. Pensei em estudar e trabalhar lá [no frigorífico] mas não dá. E se eu parar de trabalhar, bem dizer passamos fome.” (Simone, Kaingang, Toldo Chimbanguê).

Desta forma, percebemos que o nível de escolaridade dos indígenas contratados é variável. Muitos jovens completam o ensino médio e ingressam nas fábricas, outros deixam os estudos incompletos ao fazer dezoito anos e poder a partir de então ter a carteira assinada. Há ainda aqueles que persistem na escola após o ingresso nos frigoríficos (estudando ou trabalhando no período da noite), e por fim também foi conhecido o caso de um jovem Kaingang que além de trabalhar no frigorífico, cursava a faculdade de engenharia, ainda que na iminência de perder sua bolsa de estudos da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Outra situação interessante é o caso de um Guarani, Sandro Glória, que após completar o ensino médio enquanto trabalhava durante cinco anos nos frigoríficos (Sadia e Aurora), teve êxito não apenas em entrar, como também completar o ensino superior na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, que relata a importância de sua inserção na agroindústria:

“Foi nesse momento [no frigorífico] que percebi o lado humano da vida, o sofrimento dos trabalhadores. Fez

parte da minha construção de identidade, quanto ao despertar político-social, participativo e crítico. Reconheci a importância do trabalho e da figura do trabalhador.”

4.6 – A importância do subproletariado para a vida nas aldeias em termos quantitativos

Delimitar a quantidade de indígenas que trabalham efetivamente nos frigoríficos é uma tarefa difícil. Isto porque há uma alta rotatividade de trabalhadores, fato este que não se limita aos indígenas, porém é exacerbado dentre eles. Assim, o que propomos durante o período de pesquisa junto aos entrevistados foram estimativas. Trabalhadores indígenas e não indígenas, no entanto, quantificavam quando questionados com formas gerais:

“Eram centenas e centenas de indígenas na Sadia vindos de várias aldeias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Onde eu trabalhava, na sala de corte, metade dos trabalhadores eram indígenas”
(trabalhadora não indígena do frigorífico Sadia de Chapecó).

Uma hipótese alternativa para tal intenção foi dada por Irineo Cassol, representante da FUNAI junto à Coordenação Técnica Local de Abelardo Luz. Ele acredita que cerca de um quinto dos moradores da Terra Indígena Xaçepó estariam empregados nos frigoríficos, entre uma população que supera cinco mil indígenas; ou seja cerca de mil indígenas apenas desta TI. O cálculo foi baseado num critério de famílias com cinco membros, entre os quais um deles seria assalariado, entendendo-se que em determinadas famílias existiriam mais de um membro contratado e em outras nenhum.

Uma forma distinta de pensar a questão é o cálculo baseado na menor aldeia da região, a saber, a aldeia Guarani Araçaí, localizada no Toldo Chimbangue. Tal comunidade conta com cento e dez indivíduos. O cacique Marco de Moraes em entrevista cedida apontou quinze integrantes que, naquele determinado momento,

estavam empregados. Assim, calcula-se que, no mínimo, treze e meio por cento (13,5%) da aldeia estaria empregado nas empresas de abate e processamento de carnes. Porém, se estimarmos que apenas aqueles indivíduos entre 18 e 40 anos de idade se inserem neste panorama, podemos excluir mais da metade da aldeia como não-empregáveis, tendo cerca de vinte e sete por cento (27%) dos indígenas ativos nesta situação de emprego.

Outra maneira viável de obtermos este dado quantitativo seria através das empresas, entretanto, apenas dois frigoríficos disponibilizaram, pela via de seu setor de recursos humanos, o número de indígenas empregados em seu quadro. Tais empresas foram a Bugio e a Aurora. Na primeira delas, que também é a menor e, portanto, a tarefa torna-se mais simples, dentre os quatrocentos funcionários do frigorífico havia setenta indígenas, ou seja 17,5% de sua força de trabalho. Já a Aurora, que possui vinte um mil funcionários em todo o país, conta com 420 indígenas trabalhando em suas fábricas do oeste catarinense (localizadas nos municípios de Chapecó, Xaxim, Quilombo, Maravilha e São Miguel do Oeste)¹⁰⁷.

Ambas as empresas, no entanto, disseram se tratar de indígenas provenientes tanto de áreas do oeste catarinense como do noroeste rio grandense (Terras Indígenas Nonoai, Faxinal e Iraí). Na Bugio, trinta de seus funcionários eram pertencentes à Terra Indígena Toldo Chimbangue, que tem cerca de setecentos moradores. Ou seja, somente esta empresa, possui quatro por cento (4%) do total de residentes do Toldo Chimbangue em seu quadro, ou ainda dez por cento (10%) da população ativa desta área. Quando consideramos que existe no local indígenas que trabalham em todas as demais empresas apresentadas no terceiro capítulo (BRF, Aurora, Seara e até o fechamento da fábrica de Xaxim também na Diplomata) nesta terra indígena, percebemos que se trata de números expressivos.

4.7 – Considerações finais

Podemos considerar que, em parte, o projeto civilizador levado a cabo pelo Serviço de Proteção ao Índio com seu ideário positivista, de transformar os povos indígenas em trabalhadores nacionais, permanece e se aprofunda aqui. No entanto, a intenção entretanto, iniciada no século XX, como diria Lima, “no projeto daquele

¹⁰⁷ A empresa Aurora também possui um total de 290 haitianos contratados.

momento, o que se pretendia era transformar os indígenas em trabalhadores rurais e não matá-los: tratava-se de um doce etnocídio e não de um cruento genocídio, como de fato era comum no Brasil daquele momento”¹⁰⁸, que buscava inserir os povos indígenas de uma maneira positivista na sociedade nacional a partir da educação para o trabalho, focando para isto as técnicas e o trabalho rural, não foram efetivas nesta delimitação que colocava o indígena apenas ligado ao campo. O emprego do indígena enquanto assalariado de empresas privadas está para além de qualquer intenção estatal por um lado, mas se encontra indissociavelmente ligada ao que por séculos foi imposto aos povos indígenas.

Os efeitos da discriminação das classes dominantes e os avanços do modelo capitalista sobre os povos indígenas e seus territórios ainda levam muitos deles a buscarem saídas como drogas, alcoolismo e prostituição. Ainda assim, aos que se submetem a formas degradantes de trabalho, os quais há cada vez menos indivíduos que se dispõem para tal, inclusive provoca-lhes uma dose de orgulho a nova conquista da carteira assinada. A garantia do sustento da família; a entrada no mercado formal de trabalho, com a carteira assinada; a possibilidade de realizar aquisições, inclusive com crediários, aos quais antes estavam excluídos, com o acesso a bens tais como motocicletas, móveis, roupas e sapatos, são imprescindíveis para o entendimento do significado do trabalho nos frigoríficos.

Estes são efeitos a curto prazo, que devem ser revistos mais a frente, com o passar dos anos em que cada vez mais indígenas se tornem assalariados nas agroindústrias. O principal deles é referente às doenças e traumas causados reiteradamente a todos os trabalhadores dos frigoríficos no Brasil, problemas estes que os indígenas não estão excluídos, com casos recorrentes atendidos nos postos de saúde das aldeias pelos funcionários da SESAI (sendo o mais grave que conhecemos a operação de enxerto no braço do Kaingang Cleomar, que teve sua mão prensada em uma máquina que fazia a higienização).

Outra necessidade que ainda não foi verificada na prática é a sindicalização dos trabalhadores indígenas. Existem movimentos para o estabelecimento desta iniciativa, encabeçado em reuniões pelo Ministério Público do Trabalho na região, mas que ainda se encontram em fase de amadurecimento com muitas ressalvas pelos indígenas

¹⁰⁸ A. C. Souza Lima, 2011 (p. 210).

quanto à entrada deles em sindicatos já existentes, e a proposta de formação de um sindicato indígena.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

Após os capítulos em que apresentamos separadamente as teorias, as terras indígenas, os frigoríficos e os trabalhadores indígenas destes, buscaremos recapitular as diferentes questões em jogo no processo de transformação da realidade social dos povos Guarani e Kaingang do sul do Brasil com o acesso deles no mercado de trabalho formal e conjugar com as teorias e conceitos apresentados, a fim de demonstrar como ocorre a presença indígena invisibilizada na celebração brasileira do agronegócio e da expansão econômica do país no mundo.

Para isto, é preciso retomar rapidamente o modelo político e econômico que foi colocado em prática no Brasil nos últimos anos. O programa de erradicação da pobreza, a partir dos pilares de distribuição de renda (através do Programa Bolsa Família), o acesso ao crédito consignado e o aumento do salário mínimo, foram acompanhados pelo desenvolvimento do mercado interno, junto à valorização do desenvolvimentismo econômico, a partir de incentivos públicos, principalmente por meio dos empréstimos do BNDES a grandes empresas com altas taxas de empregabilidade, como é o caso dos frigoríficos¹⁰⁹. O acesso ao emprego formal foi, assim, largamente expandido a partir do ano 2003 no Brasil, incluindo no mercado de trabalho brasileiros até então à margem deste, conformando uma nova fração de classe – o subproletariado. A parcela a qual nos referimos foi, portanto, fruto da produção social da marginalidade no bojo do trabalho precário, que a partir da última década é inserida no trabalho formal. Tal processo de expansão do capital e do modo de produção capitalista foi focado em nosso trabalho a partir da história dos frigoríficos presentes no oeste catarinense, com o foco voltado para o subproletariado indígena.

Entretanto, paralelamente procuramos mostrar como, ao longo da história de colonização brasileira, e do processo de modernização do país, foi colocada em prática de maneira contínua, ainda que por meio de diferentes meios e políticas, a intenção de transformar os indígenas em trabalhadores, ou “indivíduos úteis à nação”. Este intento fora sempre limitado, dado que para a sociedade nacional abrangente, os povos indígenas foram, e ainda são, vistos como incapazes, indisciplinados,

¹⁰⁹ Segundo a reportagem “Moendo Gente” entre os anos 2007 a 2013 foram investidos 9,5 bilhões do BNDES nos três maiores frigoríficos do país.

preguiçosos, selvagens, bugres. Até a redemocratização brasileira, o regime tutelar para com os povos indígenas trazia seu cunho paradoxal, promovendo proteção de um lado e repressão de outro, com a sua dimensão pedagógica calcada e exercida de maneira repressiva, buscando promover a assimilação da cultura “superior” enquanto tratava de atenuar as características transgressoras das normas abrangentes¹¹⁰.

A grande diferença trazida no contexto de inserção de dois povos indígenas do sul brasileiro, Kaingang e Guarani, aos trabalhos assalariados nos frigoríficos foi o fato de se tratar de um grupo expressivo de indivíduos com carteira assinada. Não falamos aqui de um ou outro indivíduo que conseguiu ultrapassar esta barreira do trabalho formal, não se trata de postos de trabalho públicos a serem exercidos dentro das aldeias ou para fins indigenistas, nem tampouco de uma ação tutelada ou até mesmo imposta por aqueles no poder. Trata-se aqui de uma situação inserida, portanto, no momento “pós-tutelage” que abrange as últimas duas décadas a partir da promulgação da Constituição de 1988¹¹¹.

Tal situação de emprego foi fruto do encontro de interesses, das empresas de um lado e dos indígenas de outro, mesmo que em posições assimétricas de poder. Se as empresas tinham como meta se expandirem, como requer o capitalismo, para aumentar seu lucro e competitividade, tinham que incluir novos indivíduos dispostos a vender sua força de trabalho nas condições ofertadas. A contratação de novos empregados era a única maneira de aumentar a produção, junto a outros investimentos (fábricas, máquinas, galpões, logística para distribuição e etc.). A dificuldade encontrada, no entanto, para conseguir novos empregados fez com que as empresas buscassem expandir a abrangência da oferta de trabalho, chegando a uma das fronteiras estabelecidas até então: as terras e os povos indígenas.

A pergunta então se inverte. Na introdução nos perguntamos o por quê das empresas começarem a contratar indígenas, o que nos foi respondido prontamente pelas mesmas sempre no sentido de que faltavam funcionários e que precisavam contratar mais gente, ou como resume o presidente do sindicato Sitracarnes, Jenir Ponciano de Paula:

“Não teve mais força de trabalho, oferta de força de trabalho. Eles tiveram que ir buscar

¹¹⁰ Oliveira, João Pacheco, 2011 (p. 432).

¹¹¹ Oliveira, João Pacheco e Ferreira, Andrey, 2011 (p. 1).

*quem? No campo. No interior. Nos indígenas.
Quem quiser trabalhar, entra na empresa hoje”.*

Porém a verdadeira questão é: Por que as empresas não contratavam indígenas até o início do século XXI ? Tentamos ao longo dos capítulos apresentar a nova situação e entender como era estabelecido tal limite do mercado de trabalho. Descrevemos como ocorre a retroalimentação modo de produção capitalista através de sua característica expansiva inerente, a partir da teoria de Claude Meillassoux, que busca a todo tempo atingir novas terras e grupos sociais, a partir do mercado secundário de emprego.

A teoria de Meillassoux nos possibilitou enxergar a forma que o modo de produção capitalista “inclui” novos atores. E verificamos ao longo da pesquisa como os mecanismos que o autor discorre se fizeram presentes no processo descrito de introdução da mão de obra indígena, desde o momento de recrutamento (dado apenas a partir da escassez dos atores internos ao sistema que não mais se reproduziam através da manutenção de vínculos externos ao capitalismo) e durante o trabalho (permanecendo os indígenas interessantes apenas para o exercício da mão de obra barata e braçal).

Mas também foi preciso entender como este processo ocorreu no Brasil, através de teorias sociológicas brasileiras debruçadas sobre a formação de classes e suas margens. A partir da teoria weberiana, utilizada por Jessé Souza, compreendemos que a passagem da sociedade tradicional para as sociedades modernas ocidentais se deu através de processos que culminaram em uma nova classe dominante, a burguesia. Tal classe dominante era pela primeira vez também trabalhadora. O foco de reconhecimento social dos indivíduos foi deslocado do valor dado à “honra” para o “trabalho”.

A dominação política e econômica pela classe burguesa, ou ainda melhor do Estado e do Mercado, produzia uma nova personalidade que lhe convinha – e que vale a pena reproduzirmos novamente aqui – “plástico, moldável, flexível, disciplinado, autocontrolado, responsável por si próprio e orientado para o futuro”¹¹². Tais características, associadas ao trabalho em si, provocava a aceção de valores diferenciais aos seres humanos. Seria fundamental a um indivíduo hábitos de

¹¹² J. Souza. 2012 (p. 82).

trabalhador, e a partir de então, na sociedade moderna, unicamente através da categoria “trabalho” as pessoas poderiam se assegurar de identidade, autoestima e reconhecimento social.

No entanto, de forma geral os povos indígenas ao longo de toda história de colonização foram reticentes à dominação e à conformação deste modelo de personalidade e atuação imposto, e por conseguinte através de estratégias múltiplas permaneceram à margem desta conformação. A dificuldade rondava as iniciativas de fazendeiros, religiosos e governantes que buscavam submetê-los aos ao trabalho nos moldes ocidentais, ainda que as respostas fossem diferenciadas aos determinados povos indígenas de acordo com suas culturas e caráter específicos (mansos ou bravos, tupis ou tapuías).

Apesar da criação dos “cercos de paz” como Souza Lima aponta em referência às terras indígenas, que seriam espaços dedicados à preservação cultural dos povos indígenas, a atuação governamental indigenista continuou por muito tempo com o direcionamento da transformação dos índios em trabalhadores rurais, em geral a partir de programas e projetos que não incluíam as formas tradicionais e os modos de produção específicos aos grupos presentes em cada terra indígena (uma vez que grupos da mesma etnia habitam e conformam formas e técnicas distintas entre si).

Além destas iniciativas, uma grande política foi especificamente nefasta no sul do Brasil: o arrendamento. A prática foi iniciada como política indigenista do SPI e mantida até a criação do Estatuto do Índio em 1973, quando esta foi tornada ilegal¹¹³. Após sua proibição, a prática de arrendar as terras indígenas permaneceu entretanto, sendo em geral acordada uma fração em torno de vinte por cento (20%) da produção aos indígenas, porém de forma exclusiva e não destinada à aldeia como um todo. Além disso, nos arrendamentos tinham a utilização da própria mão de obra indígena para as tarefas necessárias.

Quanto a este quesito, ainda hoje existem disputas pela possibilidade do retorno legal de arrendamento de terras indígenas, encabeçadas no congresso pela bancada ruralista, através de projetos de “parceria” entre FUNAI, indígenas e terceiros (vide PEC 237 e Projeto de Lei número 4.740 de 2012, do deputado Nelson

¹¹³ Art.18º As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas.

Padovani). A expansão capitalista no campo, que no Brasil é realizada majoritariamente pela agroindústria em seus diversos ramos, encontra nas terras indígenas um forte obstáculo, visto que estas abrangem 13% do território nacional; apesar de serem terras da União, são para uso exclusivo dos indígenas.

A prática do arrendamento das terras indígenas do sul do Brasil provocou grande desgaste dos solos. Tal desgaste aliado à utilização de sementes transgênicas e agrotóxicos (principalmente no cultivo de soja e milho); ao desmatamento ocorrido com a venda de madeiras nobres presentes nas áreas indígenas (de forma ilegal ou através de serrarias dos postos indígenas) e como consequência a impossibilidade da caça com a diminuição da mata atlântica; e por fim à diminuição drástica dos peixes devido à construção de diversas hidrelétricas nos rios da região, provocaram em uníssono a impossibilidade cada vez maior da subsistência dos povos indígenas através de suas terras, muitas delas além do citado já diminutas e atualmente superpovoadas.

Em suma, tais diversos processos de marginalização foram colocados em prática quando tratamos de povos indígenas no Brasil: a expropriação de terras tradicionais, os projetos estatais desenvolvimentistas, as políticas indigenistas assimilacionistas e por fim a subordinação de indígenas como força de trabalho (escravidão, servidão e atualmente no contexto estudado a sobre-exploração).¹¹⁴

A necessidade da venda da força de trabalho, como subproletariados, para sair da miséria e dependência externa, fez com que muitos indígenas aceitassem e procurassem trabalhar por muitos anos de forma precária, principalmente em trabalhos esporádicos nas pequenas propriedades da região, como peões eventuais ou como agregados. A alternativa recente de contratação legal, com carteira assinada, para o trabalho nos frigoríficos, pode ser entendida, desta forma, como um patamar acima ao que os indígenas até então haviam estado. E mais ainda: sem a necessidade de abandonar o território indígena ao qual pertencem.

São estas as principais razões para aqueles que aceitaram o emprego e suas condições consideradas adversas (de acordo com o ambiente de trabalho, o modo de produção, o nível de acidentes e doenças derivados das atividades laborais e etc.). No entanto, apesar da alta rotatividade entre aqueles que foram inseridos no trabalho formal, e portanto de conformarem a camada subproletariada da sociedade brasileira,

¹¹⁴ Oliveira, João Pacheco e Ferreira, Andrey, 2011 (p. 4).

ainda sim o setor apresenta melhorias relativas às encontradas no trabalho informal que exerciam anteriormente.

Trata-se afinal de uma questão de autonomia, cidadania, e em certa medida agência própria com decisões tomadas individualmente. Apesar dos contratos serem estabelecidos muitas vezes através de grupos de trabalhadores indígenas, não há imposições efetivas antes da contratação deles. É uma decisão que remete em grande parte ao indivíduo, entendido no processo como sujeito. Portanto, podemos perceber que os processos econômicos estruturais, com a expansão do capitalismo, não eliminam a agência dos grupos. Se faz necessário frisar aqui a importância do reconhecimento por parte dos mesmos da relação etnicizada do conflito capital-trabalho ao qual se inserem. A consciência étnica das formas de exploração do capital sobre o trabalho e a relação classe-etnia estão presentes em seus discursos e permeiam as relações de trabalho em questão a todo momento desde seu ingresso.

Buscamos mostrar como a região se desenvolveu a partir da divisão social com uma elite branca europeizada que se alçou à liderança do setor de frigorífico (concomitantemente aos cargos políticos) dentre outros setores do agronegócio; passando por uma classe média campestre atualmente conhecida como “integrados” e chegando ao subproletariado indígena, conformando a tríade sob a qual se assentam as relações interétnicas abordadas aqui.

É também necessário frisar que esta é uma nova etapa apenas aos grupos indígenas, num momento pós-tutela, em que a luta por igualdade ainda está se estabelecendo e a partir de novos parâmetros, onde novas estratégias, manipulações e resistências estão em processo inicial (vislumbrados até o momento principalmente através da busca por direitos junto à justiça sem a submissão aos patrões quando seus direitos trabalhistas são tolhidos). “De ‘grupos’ integralmente submetidos ao Estado brasileiro na condição de legalmente tutelados, (...) passaram por efeito da Constituição de 1988, a serem reconhecidos por força da ratificação pelo governo brasileiro da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Congresso Nacional em junho de 2002”¹¹⁵. Tal processo de inserção no mercado de trabalho que descrevemos ao longo desta dissertação, deve ser entendido como uma quebra do monopólio da ação tutelar do Estado sobre os povos indígenas,

¹¹⁵ Lima, A. C. Souza, 2010 (p. 15).

dentre outras possíveis formas de atuação (tais como o associativismo, as organizações indígenas e a participação em projetos e fóruns civis).

A Convenção 169 da OIT, em vigor desde 1991 fora do país, conta com um capítulo destinado ao trabalho (Parte III – Contratação e Condições de Emprego)¹¹⁶. Tal documento é um dos grandes instrumentos que devem ser usados para a garantia de que as relações de trabalho, para além das prerrogativas legais mais amplas, estejam em conformidade com os direitos indígenas.

Ainda assim, com o protagonismo e autonomia de um lado e o respeito aos direitos trabalhistas e indígenas de outro, é difícil ao indígena se conformar com determinações no nível da personalidade requerida pelo capitalismo. Lógicas como a da acumulação e da prospecção para o futuro são muitas vezes opostas às ações do indígena que recebeu um pagamento. Em geral assim que recebem o salário querem obter bens tais como motos, eletrodomésticos, móveis, roupas e calçados. A monetarização das aldeias fez com que os indígenas da região passassem de pedintes a consumidores. Aliás a única reclamação feita em relação aos indígenas pelas empresas foi o fato de sistematicamente faltarem ao trabalho no dia após o recebimento.

De forma geral, entretanto, são tidos como trabalhadores que não reclamam. Tampouco são sindicalizados ou ativos no movimento sindical. Não se sentem representados pelos sindicatos existentes, e não pretendem fazer parte dos mesmos por ora, ainda que vislumbrem a possibilidade da criação de um sindicato indígena. Como vimos inicialmente na introdução, tais elementos performam o subproletariado, que apesar de incluídos no mercado formal de trabalho, ainda o são de forma precária e devido a este fato em geral são mais complacentes com as dificuldades encontradas no novo emprego, que está sempre na iminência de se desfazer enquanto realidade.

O fato é que o capitalismo já rondava os povos indígenas a mais tempo no Brasil do que esta nova fronteira apresentada aqui, mas sua inserção de uma forma era tímida e pontual, para aqueles que permaneciam enquanto agregados ou peões nas propriedades rurais, ou então artificialmente imposta através da ação indigenista em uma rotina de trabalho compulsório, sendo sistematicamente colocados à margem do modelo assalariado formal, de uma ou outra maneira.

¹¹⁶ Convenção nº 169 (p. 28).

A parcialidade com que eram inseridos, entretanto, não desqualifica a teoria de apropriação capitalista desta formação de reserva de mão de obra, independente do modo de produção moderno. A subsistência dos povos indígenas não foi produzida através das formas capitalistas de produção, e continua em parte, a ser garantida por formas assistencialistas emergenciais (com a entrega de cestas básicas pelo governo para famílias em situações de risco alimentar) ou através da economia doméstica agrícola em pequena escala e a venda de artesanato.

O importante é perceber este alargamento das possibilidades presentes no escopo dos povos indígenas em termos de emprego, dado pela inserção dos mesmos no quadro de trabalhadores fabris dos frigoríficos, como também uma conquista de cidadania, de autonomia, de superação do estado de miséria em que muitas famílias sobrevivem atualmente. Para a superação do patamar de “excluídos” ou subcidadãos há um longo caminho a ser percorrido, ainda assim, a carteira de trabalho pode ser entendida como parte dos direitos sociais e do acesso à cidadania. Tal acesso, todavia, por seu estado ainda precário ilumina como os índios foram e ainda são pensados como “cidadãos de segunda categoria” e pertencentes à camada excluída na hierarquização de classes no sul do Brasil¹¹⁷.

Devemos ter em mente que o exército de força de trabalho indígena não pode ser mais entendido enquanto incapaz. A habilidade e o esforço comprometidos por tais trabalhadores assalariados indígenas denotam por si só como tampouco devem ser considerados uma mão de obra barata. A luta pelas condições de manutenção da cultura e modos de vida tradicionais deve continuar a andar lado a lado com a intenção crescente de não existirem mais excluídos na sociedade brasileira e os povos indígenas devem ser valorizados enquanto cidadãos capazes e autônomos para decidirem seus futuros, porém asseguradas as possibilidades de se manterem a partir do sustento de suas próprias terras.

A importância das terras indígenas reconhecidas para uma parcela cada vez maior de indígenas no sul do Brasil é utilizada, portanto, como moradia e uma pequena produção familiar, porém não representa o que deveria, a saber um território onde se concentram as possibilidades de manutenção de uma comunidade indígena, por sua realidade atual superpovoadas e devastadas em alguns casos e diminutas em outros, na região sul do Brasil.

¹¹⁷ Souza, J. O. Tese de doutorado. Capítulo 4.

REFERÊNCIAS:

- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. (et. al.) Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Ed. Lamparina (2010).
- Amorín, Carlos. Massacre Silencioso: Doença invisível na Nestlé de Araras. Montevideo: Ed. Rel-UITA, 2004.
- Bourdieu, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2011.
- Brighenti, Clovis Antonio. Povos indígenas em Santa Catarina. In: Ana Lucia V. Nottzold, Helena A. Rosa, Sandor Bringmann (Orgs.). Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate. Porto Alegre: Ed. Pallotti, 2012.
- _____. Terras indígenas em Santa Catarina. In: Ana Lucia V. Nottzold, Helena A. Rosa, Sandor Bringmann (Orgs.). Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate. Porto Alegre: Ed. Pallotti, 2012.
- Bringmann, Sandor Fernando. O programa educacional do SPI e os Clubes Agrícolas Escolares: a experiência entre os Kaingang do RS e de SC (1941-1967). In: Ana Lucia V. Nottzold, Helena A. Rosa, Sandor F. Bringmann (Orgs.). Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate. Porto Alegre: Ed. Pallotti, 2012.
- Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.
- Costa, Armando João Dalla. O grupo Sadia e a produção integrada: O lugar do agricultor no complexo agro-industrial. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1993.
- Cunha, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2012.
- D'Angelis, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: Cadernos do CEOM nº 23. Chapecó: Ed. Argos, 2006.
- D'Angelis, Wilmar da Rocha e Fókê, Vicente Fernandes. Toldo Imbú. Série Documento. Chapecó: Ed. Unoesc, 1994.
- Fernandes, Ricardo Cid. Notícia sobre os processos de retomada de Terras Indígenas Kaingang em Santa Catarina. In: Campos, Revista de Antropologia Social da UFPR. Vol. 4, nº1, 2003.
- Ferreira, Andrey Cordeiro. Economia e organização do Território: reciprocidade, distribuição e troca nas fronteiras do capitalismo flexível. In: Henri Acselrad. (Org.). Cartografia Social, Terra e Território. 1ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2013.

Pacheco, José Wagner. Guia técnico ambiental de frigoríficos - industrialização de carnes (bovina e suína). São Paulo : CETESB, 2008.

Henn, Cristiane Gretzler; Silva, Karen Roberta S.; e Henn, João Dionísio. Territórios transformados: Crise e falência da agroindústria Chapecó Alimentos e suas repercussões territoriais. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, 2010.

Jansen, Mirdney. E Ruiz, Roberto C. LER/DORT – Tema 1, Coleção Doenças e Acidentes de Trabalho. Campinas: Sindicato Químicos Unificados, 2012.

Lima, Antonio Carlos de Souza. Um grande cerco de paz: Poder tutelar e indianidade no Brasil. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1992.

_____. Reconsiderando poder tutelar e formação do Estado no Brasil: notas a partir da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. In: Freire, Carlos Augusto R. (Org.) Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011.

_____. Povos indígenas no Brasil contemporâneo: De tutelados a organizados? In: Sousa, Cássio Noronha Inglês de; Almeida, Fábio Vaz Ribeiro de; Lima, Antonio Carlos de Souza & Matos, Maria Helena Ortolan (orgs). Povos indígenas: projetos e desenvolvimento II / Brasília: Paralelo 15, Rio de Janeiro: Laced, 2010.

Meillassoux, Claude. Mulheres, celeiros e capitais. Porto: Afrontamento, 1976.

Monteiro, John M. Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese apresentada para o concurso de livre docência. Campinas, 2001.

Mota, Lucio Tadeu. Os territórios Kaingang entre os rios Goio-Covó (Iguaçu) e Goioaint (Uruguai) no Paraná e Santa Catarina no século XIX. In: Ana Lucia V. Nottzold, Helena A. Rosa, Sandor Bringmann (Orgs.). Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate. Porto Alegre: Ed. Pallotti, 2012.

Nacke, Aneliese e Bloemer, Neusa Maria S. As áreas indígenas Kaingang no oeste catarinense. In: Nacke, Analise [et al.] (Org). Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade. Chapecó: Ed Argos, 2007.

_____. Aspectos socioeconômicos dos Kaingang no oeste catarinense. In: Nacke, Analise [et al.] (Org). Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade. Chapecó: Ed Argos, 2007.

Oliveira, João Pacheco de. Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

_____. O paradoxo da tutela e a produção da indianidade: ação indigenista no Alto Solimões. In: Freire, Carlos Augusto R. (Org.) Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011.

Oliveira, João Pacheco de. e Freire, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: SECAD, 2006.

Oliveira, João Pacheco de. e Ferreira, Andrey C. The Challenges of “Post-Tutelage”: Culture and Politics in the Process of Building Global Democracy. Paper presented at the Workshop “Including the excluded in global politics”, organised by Building Global Democracy and IBASE, Rio de Janeiro, 2011. In www.buildingglobaldemocracy.org

Oppitz, Gabriela e Reis, Lucas Bond. Agência indígena no Brasil Império: problematizando a atuação dos líderes Condá e Virí em meados do século XIX. In: Ana Lucia V. Nottzold, Helena A. Rosa, Sandor Bringmann (Orgs.). Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate. Porto Alegre: Ed. Pallotti, 2012.

Pinheiro, Niminon Suzel. Terra não é troféu de guerra. In: K. Tommasino; Lúcio T. Mota; Francisco S. Noelli (Orgs.). Novas contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Ed. UEL, 2004.

Renk, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: Cadernos do CEOM nº 23. Chapecó: Ed. Argos, 2006.

_____. Território e alteridade: construções sociais do oeste catarinense. In: Nacke, Analise [et al.] (Org). Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade. Chapecó: Ed Argos, 2007.

Roca, Andrea Claudia M. Os sertões e o deserto: imagens da ‘nacionalização’ dos índios no Brasil e na Argentina na obra do artista-viajante J. M. Rugendas. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2010.

Roseto, Santo. Síntese histórica da região oeste. In: Cadernos do CEOM nº 23. Chapecó: Ed. Argos, 2006.

SADIA S.A. Sadia 50 anos – Construindo uma história. São Paulo: Prêmio, 1994.

Santos, Maria Aperecida dos. O sofrimento dos trabalhadores da agroindústria Sadia S.A. de Chapecó. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

Sardá, Sandro Eduardo; Ruiz, Roberto Carlos; e Kirtschig, Guilherme. Tutela jurídica da saúde dos empregados de frigoríficos: considerações dos serviços públicos. Revista Acta Fisiátrica, Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo. Vol. 16, nº 2, 2009.

Singer, André Vitor. Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2012.

Singer, Paul. Dominação e desigualdade. Estrutura de classe e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981.

SORJ, B., and WILKINSON, J. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. Sociedade política no Brasil pós-61 [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

Souza, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

Souza, J. O. Catafesto de. Aos “Fantasmas nas Brenhas” etnografia, invisibilidade e etnicidades alteridades originárias no sul do Brasil. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

_____. O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 18, 2002.

_____. Os Mbyá-Guarani e os Impasses das Políticas Indigenistas no sul do Brasil. VIII Reunião de Antropologia do Mercosul “Diversidade e Poder na América Latina”, 2009.

Thompson, E. P. A formação da classe operária inglesa. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2011.

Veiga, Juracilda. Aspectos Fundamentais da Cultura Kaingang. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú, 2006.

VOJNIAK, Fernando. O papel da mão-de-obra dos “brasileiros” na implantação da agroindústria em Chapecó: o caso Sadia – 1970 a 1980. Chapecó: Unoesc, 2000.

Weber, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Ed. Centauro, 2001.

SITES:

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB):
<http://www.cetesb.sp.gov.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):
www.ibge.gov.br

CENSO 2010:
<http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/>

Instituto Nacional do Seguro Social:

<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/instituto-nacional-do-seguro-social-inss/>

Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA):

www.agricultura.gov.br

ONG Repórter Brasil:

www.reporterbrasil.org.br

Revista Valor Econômico:

www.valor.com.br

SADIA:

<http://www.sadia.com.br/sobre-a-sadia/>

BR Foods:

http://www.brazilfoods.com/ri/siteri/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=32150

SEARA:

<http://www.seara.com.br/seara/historia-da-marca/>

AURORA:

<http://www.auroraalimentos.com.br/br/noticias.php>

BUGIO:

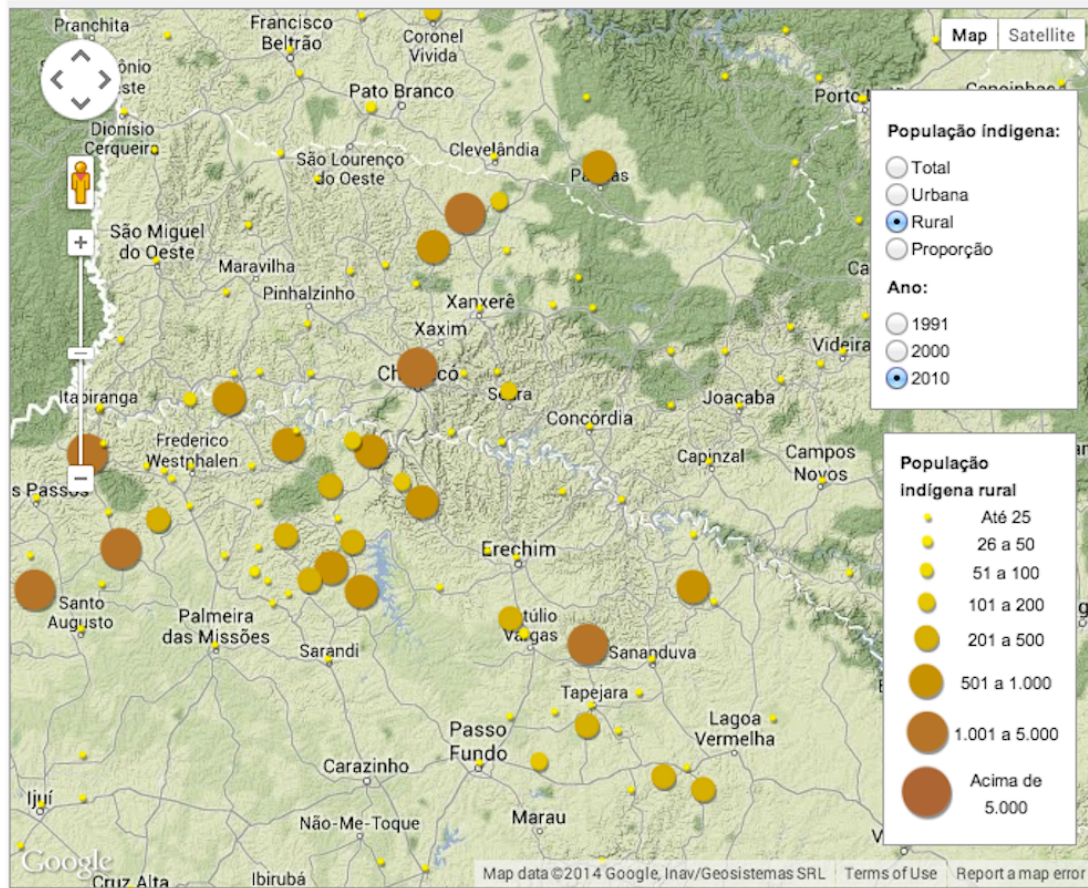
<http://www.ecofrigo.com.br/empresa.php>

AUDIOVISUAL:

Documentário Carne e Osso. 65 minutos. Direção: Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros, 2011.

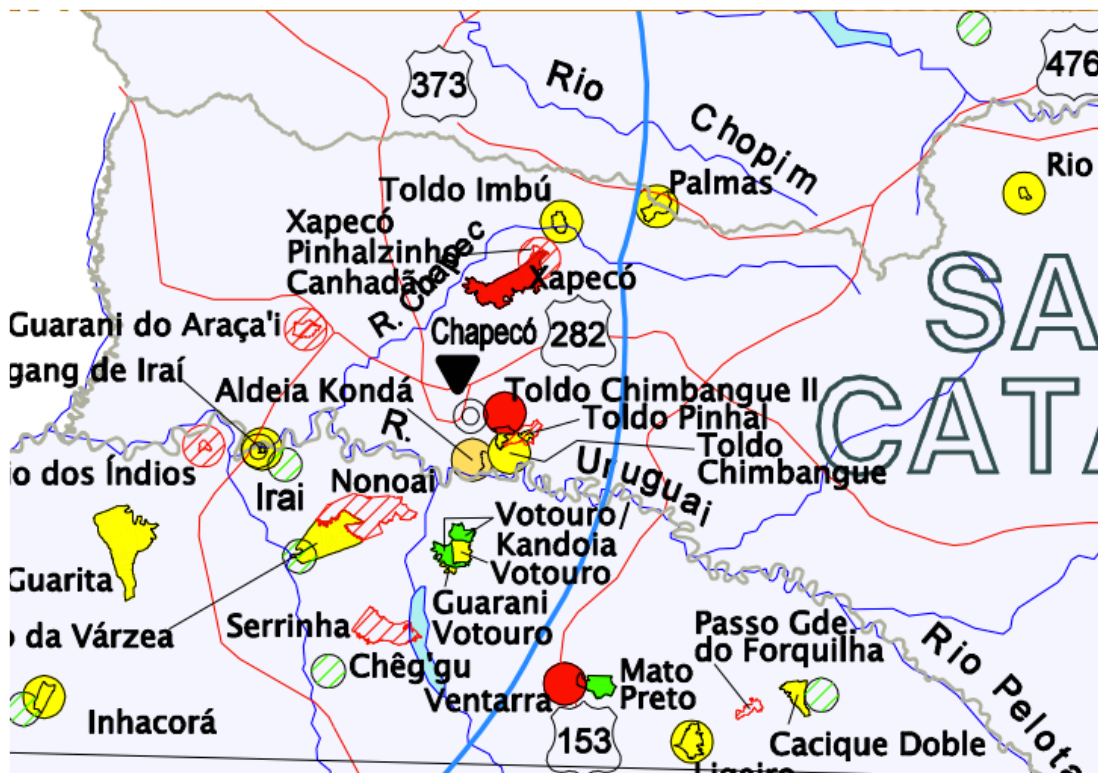
ANEXOS:

1. Mapa da população indígena do oeste catarinense:



Fonte: IBGE – Censo de 2010.

2. Terras indígenas do oeste catarinense:

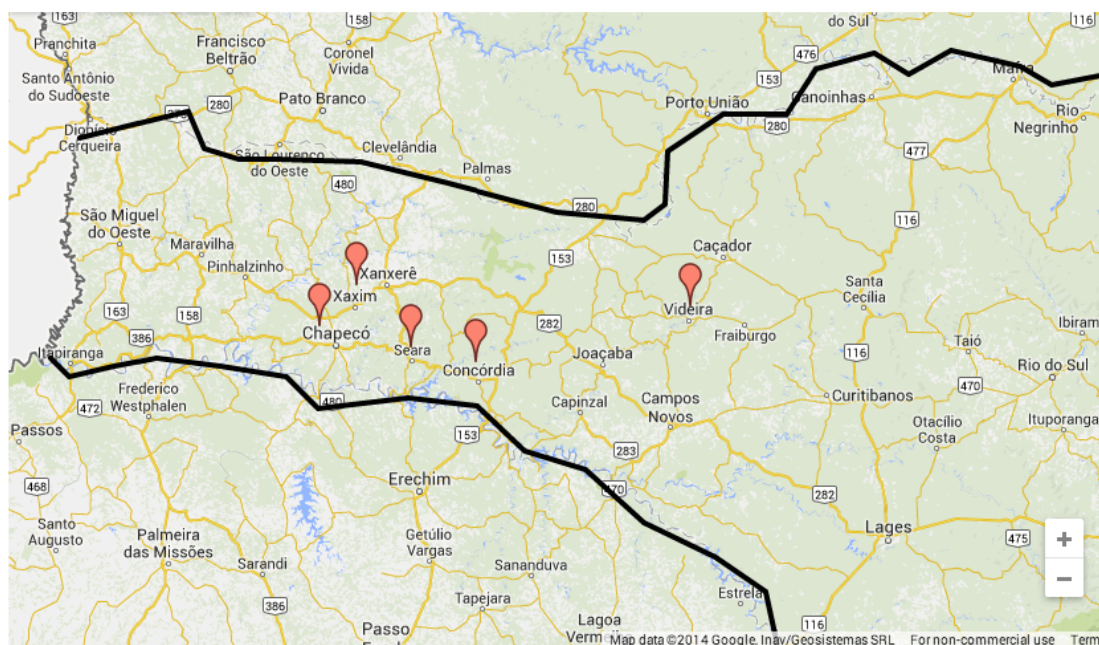


DESCRIÇÃO DAS FASES DE REGULARIZAÇÃO

	EM ESTUDO / RESTRIÇÃO TERRA INDÍGENA EM FASE DE ESTUDOS OU COM PORTARIA DE RESTRIÇÃO DE USO
	DELIMITADA TERRA INDÍGENA COM RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO E LIMITES APROVADOS PELA FUNAI
	DECLARADA TERRA INDÍGENA COM RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO E LIMITES RECONHECIDOS PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
	HOMOLOGADA TERRA INDÍGENA COM A DEMARCAÇÃO HOMOLOGADA PELA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
	ENCAMINHADA COMO R. I. TERRA INDÍGENA ADQUIRIDA, EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO OU REGISTRADA COMO DOMINIAL
	REGULARIZADA TERRA INDÍGENA COM REGISTRO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E NA SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Fonte: FUNAI

3. Mapa do oeste catarinense:



Fonte: Google Maps

Nesta imagem foram identificadas as respectivas cidades onde foram criados os frigoríficos que apresentamos e o estabelecimento de fábricas importantes à nossa pesquisa (citadas no terceiro capítulo). Relembrando: Chapecó foi sede dos frigoríficos SAICC (Chapecó Alimentos), Aurora e Bugio. Seara é o nome da cidade, assim como do frigorífico criado ali. Concórdia foi palco de criação da Sadia (aliás o nome da empresa é a junção da silga S.A. com as últimas letras do nome da cidade – DIA). E Videira cidade inicial da Perdigão. Por fim, assinalamos no mapa a cidade de Xaxim, onde encontra-se a fábrica que pertencia ao frigorífico Diplomata (por sua vez, criado no Paraná).

4. Reportagem online sobre mutirão de confecção de documentos em área indígena no oeste de Santa Catarina:

Aldeia Kondá recebe força-tarefa para confecção de documentos

Aldeia Kondá recebe força-tarefa para confecção de documentos



Instituto Saga e DRS Indígena do Banco do Brasil estão entre os organizadores

Carteira de Identidade, de Trabalho, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e declaração para emissão de Certidão de Nascimento. Estes foram alguns dos documentos confeccionados pela força-tarefa realizada no dia 24 de junho, na Aldeia Kondá, em Chapecó. A ação foi idealizada ainda em 2011 e organizada pelo Instituto Saga, DRS Indígena do Banco do Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho e Instituto Geral de Perícias (IGP), que enviou onze profissionais de Florianópolis para a força-tarefa. A ação contou também com o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura e Serviços Rurais de Chapecó, da Epagri, da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Araapoc e da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Chapecó.

A diretora presidente do Instituto Saga, Marlene de Andrade, afirma que a demanda pelos documentos foi identificada pelo DRS Indígena durante algumas conferências que a comunidade indígena participou. "Pela falta de documentação necessária para viagens, principalmente, os indígenas mostraram essa necessidade. Por isso a ação começou a ser pensada e executamos através do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) do MDA", explica.

Em nome da organização, Marlene agradeceu a comunidade local pela participação, a diretoria e os professores da Escola Indígena de Ensino Fundamental Sãpe Ty Kó, que disponibilizou o espaço e os voluntários que trabalharam o dia todo na confecção dos documentos.

Aldeia Kondá recebe força-tarefa para confecção de documentos

Números

A força-tarefa realizou cerca de 400 atendimentos. Entre eles, o levantamento de mais de 120 certidões de nascimento. “Já foram expedidas as declarações da Funai e agora serão encaminhadas ao cartório”, explica Marlene. Além disso, só para a população da Aldeia Kondá foram confeccionadas mais de 150 carteiras de identidade, mais de 150 CPFs, e cerca de 60 carteiras de Trabalho. “Detectamos também a falta do título de eleitor, porém, como o prazo da Justiça Eleitoral já encerrou, essa documentação vai ficar pendente”, diz.



Fonte:

Instituto Saga

http://www.institutosaga.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=138:aldeia-konda-recebe-forca-tarefa-para-confeccao-de-documentos&catid=35:ultimas-noticias&Itemid=57